

CÂMARA DOS DEPUTADOS**TVR****N.º 113, DE 2016****(Do Poder Executivo)****MSC 218/2016****AV 257/2016**

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3611, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Mirassol D'Oeste, Estado do Mato Grosso.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 460, de 9 de junho de 2015 – Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo, no município de Buriti Bravo – MG;
- 2 - Portaria nº 464, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural Teresense, no município de Santa Teresa – ES;
- 3 - Portaria nº 468, de 5 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV, no município de Guarani – MG;
- 4 - Portaria nº 648, de 9 de junho de 2015 – Associação Casa de Apoio à Criança e ao Adolescente, no município de Autazes – AM;
- 5 - Portaria nº 743, de 9 de junho de 2015 – Associação Educacional, Cultural e Artística Novo Tempo, no município de Igaci – AL;
- 6 - Portaria nº 2.019, de 9 de junho de 2015 – Associação Comunitária, Cultural e Ecológica Rio dos Bois, no município de Anicuns – GO;
- 7 - Portaria nº 2.828, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural de Iati, no município de Iati – PE;
- 8 - Portaria nº 2.838, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Educativa e Artística de Brumadinho – ACRCEAB, no município de Brumadinho – MG;
- 9 - Portaria nº 2.940, de 12 de agosto de 2015 – Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Capitólio, no município de Capitólio – MG;
- 10 - Portaria nº 2.945, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Radiodifusão Belavistense, no município de São Sebastião da Bela Vista – MG;
- 11 - Portaria nº 2.952, de 30 de julho de 2015 – Associação Cultural Comunitária Joanopolense, no município de Joanópolis – SP;
- 12 - Portaria nº 2.959, de 30 de julho de 2015 – Associação dos Moradores e Produtores dos Bairros de Parambu, no município de Parambu – CE;
- 13 - Portaria nº 2.967, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Itarema, no município de Itarema – CE;

- 14 - Portaria nº 2.969, de 30 de julho de 2015 – Associação de Moradores do Bairro Bento Marques - Cohab, no município de Tarauacá – AC;
- 15 - Portaria nº 2.973, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Libertense de Radiodifusão, no município de Liberdade – MG;
- 16 - Portaria nº 2.993, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Inocenciente de Comunicação e Marketing, no município de Inocência – MS;
- 17 - Portaria nº 3.149, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura da Barra, no município de Barra – BA;
- 18 - Portaria nº 3.422, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Rádio Tropical FM, no município Vera – MT;
- 19 - Portaria nº 3.424, de 30 de julho de 2015 – Associação Comunitária Clube do Machadinho de Radiodifusão, no município de Lauro Muller – SC;
- 20 - Portaria nº 3.555, de 5 de agosto de 2015 – Associação Cultural do Município de Indiará, no município de Indiará – GO;
- 21 - Portaria nº 3.591, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Cultural e Artística de Pratinha, no município de Pratinha – MG;
- 22 - Portaria nº 3.594, de 19 de agosto de 2015 – Associação Lar Comunitário, no município de Poções – BA;
- 23 - Portaria nº 3.596, de 19 de agosto de 2015 – Associação Local de Obras Assistenciais, no município de Ferraz Vasconcelos – SP;
- 24 - Portaria nº 3.598, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Esperança de Iguatemi – ACEI, no município de Iguatemi – MS;
- 25 - Portaria nº 3.600, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski, no município de Dom Feliciano – RS;
- 26 - Portaria nº 3.603, de 19 de agosto de 2015 – Associação Rádio Comunitária de Campo Redondo, no município de Campo Redondo – RN;
- 27 - Portaria nº 3.611, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, no município de Mirassol D'Oeste – MT;
- 28 - Portaria nº 3.612, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Pró Cidadania e Cultura de Paracuru, no município de Paracuru – CE;
- 29 - Portaria nº 3.617, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Arco-Iris, no município de Ibiraci – MG;
- 30 - Portaria nº 3.624, de 19 de agosto de 2015 – Associação dos Moradores do Serra Verde, no município de Porto Alegre – RS;
- 31 - Portaria nº 3.625, de 19 de agosto de 2015 – Associação Rádio Comunitária Nova Esperança FM Cultural e Comunicação Social, no município de Nova Esperança do Sul – RS;
- 32 - Portaria nº 3.631, de 19 de agosto de 2015 – Associação Beneficente e Cultural Comunitária de Meruoca – ABCCM, no município de Meruoca – CE.

33 - Portaria nº 3.633, de 19 de agosto de 2015 – Associação Comunitária Cultural e Folclórica de Marcelândia, no município de Marcelândia – MT;

34 - Portaria nº 3.634, de 19 de agosto de 2015 – Fundação Deputado Walfrido Monteiro, no município de Icó – CE;

35 - Portaria nº 3.635, de 19 de agosto de 2015 – Associação Cultural Amigos de Dorcas de Campos – ASCAD, no município de Dorcas de Campos – MG; e

36 - Portaria nº 3.639, de 19 de agosto de 2015 – Associação de Radiodifusão Comunitária Cravinhos FM, no município de Cravinhos – SP;

Brasília, 9 de maio de 2016.

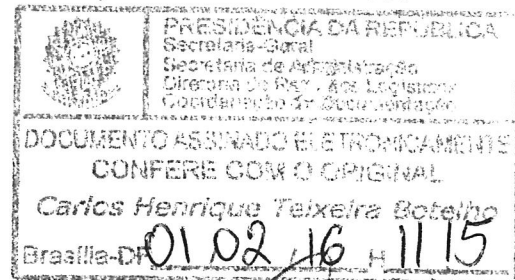
A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Mussel', with a large, stylized flourish on the left and a sharp, downward-pointing stroke on the right.

53000.028782/2013-31

PORT. 361115

EM nº 00033/2016 MC

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.028782/2013-31, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Mirassol D'Oeste / MT.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PORTARIA Nº 3611/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.028782/2013-31 e nº 53690.001239/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mirassol D'Oeste / MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644688** e o código CRC **82AE3A77**.

PRIMEIRA SECRETARIA	
RECEBIDO Nesta Secretaria	
Em <u>12/05/16</u>	às <u>14.30</u> horas
<u>DMR</u>	<u>5.876</u>
Nome legível	Ponto

Aviso nº 257 - C. Civil.

Em 9 de maio de 2016.

MSC 212/2016


A Sua Excelência o Senhor
Deputado BETO MANSUR
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

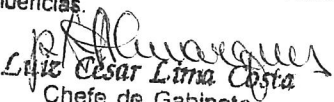
Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos que autorizam a execução de serviços de radiodifusão comunitária constantes das Portarias nºs 460, 464, 468, 648, 743, 2.019, 2.828, 2.838, 2.940, 2.945, 2.952, 2.959, 2.967, 2.969, 2.973, 2.993, 3.149, 3.422, 3.424, 3.555, 3.591, 3.594, 3.596, 3.598, 3.600, 3.603, 3.611, 3.612, 3.617, 3.624, 3.625, 3.631, 3.633, 3.634, 3.635 e 3.639.

Atenciosamente,


EVA MARIA CELLA DAL CHIAVON
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, substituta

PRIMEIRA SECRETARIA
Em <u>12/05/16</u>
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.
 Luiz César Lima Costa Chefe de Gabinete

Secretaria-Geral da Mesa SEP/12/Mai/2016 17:06
Ponto: 8102 Ass: J
Origem: 1ª SEC



TVR
113/2016

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

53000.028782/2013-31

:: SEI / MC - 0075706 - Termo de Cadastro de Inf. Proc. no âmbito do ...

https://sei.mc.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimi



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 07 de agosto de 2014.

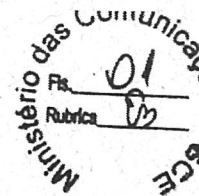


Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 07/08/2014, às 18:32, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0075706** e o código CRC **3B84FB9F**.

27		/	/	63		/	/
28		/	/	64		/	/
29		/	/	65		/	/
30		/	/	66		/	/
31		/	/	67		/	/
32		/	/	68		/	/
33		/	/	69		/	/
34		/	/	70		/	/
35		/	/	71		/	/
36		/	/	72		/	/



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.028782/2013-31

(Processo de Outorga nº 53690.001239/1998)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT**, sediada na localidade de **Mirassol D'Oeste/MT**, tem validade até 30/07/2013, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 12 de junho de 2013.



NATALIA FROEMMING
Chefe de Serviço

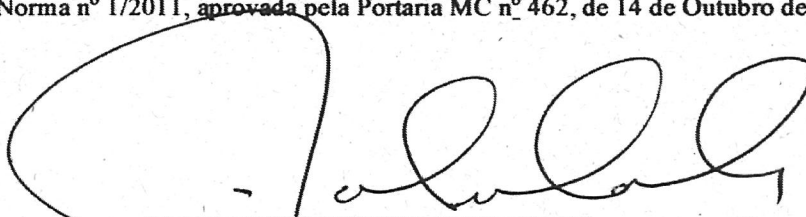
Ministério das Comunicações - GCE
Fls. 02
Rubrica 03

Sept 13/10

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual
5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;
6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro “A” do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;
7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:
7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;
8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;
9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora
10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede
11 - laudo de ensaio do(s) transmissor(es), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
12 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência; ou Laudo de Vistoria Técnica, elaborado por profissional habilitado (Anexo 13), com sua respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, conforme item 12.1.1
13 - Comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas decorrente deste ato.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.



ANTÔNIO CARLOS DA SILVA LUZ
Representante legal

Endereço para correspondência : Rua Maria dos Anjos, nº 770-B - Centro, na cidade de Mirassol D'Oeste, Estado do Mato Grosso, CEP: 78.280-000.

Telefone para contato:

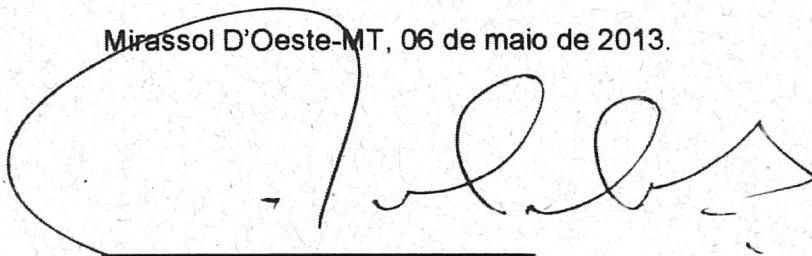
Correio eletrônico (e-mail) _____

20.3. a) Declaração

Eu, ANTÔNIO CARLOS SILVA LUZ, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, declaro para os devidos fins que:

- a emissora encontra-se com as suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Mirassol D'Oeste-MT, 06 de maio de 2013.



ANTÔNIO CARLOS SILVA LUZ
Representante legal
CPF: 271.537.701-00

20.3. g) Declaração

Eu, ANTÔNIO CARLOS SILVA LUZ, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, declaro para os devidos fins que: a pessoa responsável indicada pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação:

- Nome: Renilva Rosa Pena
RG: 960.526 - SSP/RO
CPF: 170.467.131-20

Mirassol D'Oeste-MT, 06 de maio de 2013.



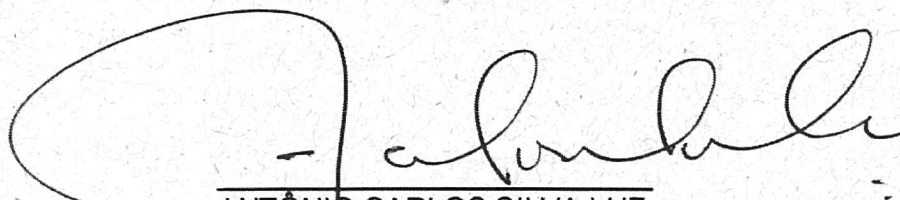
ANTÔNIO CARLOS SILVA LUZ
Representante legal
CPF: 271.537.701-00

20.3.f) Declaração

Eu, ANTÔNIO CARLOS SILVA LUZ , na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT , declaro para os devidos fins que a emissora:

- f.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- f.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;
- f.3) cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Mirassol D'Oeste-MT, 06 de maio de 2013.

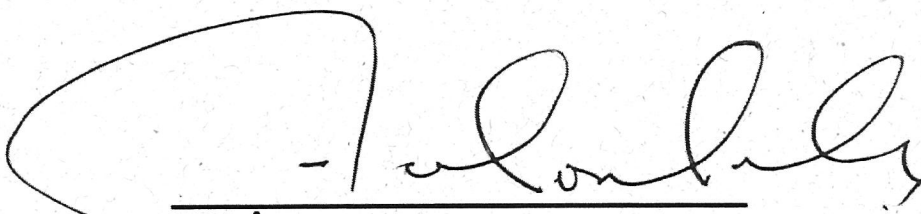


ANTÔNIO CARLOS SILVA LUZ
Representante legal
CPF: 271.537.701-00

IX- Declaração:

Na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, DECLARO que: a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados; de acordo com o disposto no subitem 8.1, alínea "f2", da Norma nº 01/2011.

Mirassol D'Oeste-MT, 06 de maio de 2013



ANTÔNIO CARLOS DA SILVA LUZ

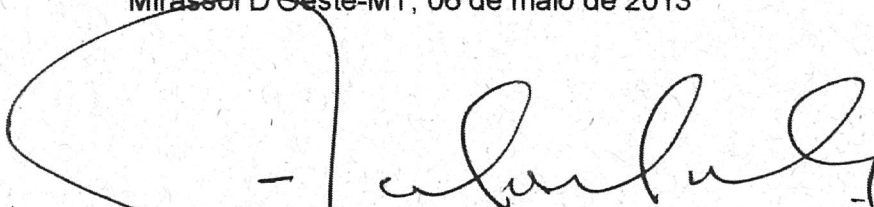
Representante legal

CPF: 271.537.701-00

VIII - Declaração

Eu, ANTÔNIO CARLOS DA SILVA LUZ, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, declaro para os devidos fins que: todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação, de acordo com o subitem 8.1, alínea "f1", da Norma nº 01/2011.

Mirassol D'Oeste-MT, 06 de maio de 2013

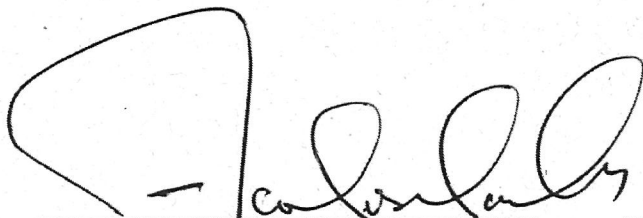


ANTÔNIO CARLOS DA SILVA LUZ
Representante legal
CPF: 271.537.701-00

DECLARAÇÃO ASSINADA PELOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Nós, abaixo-assinados, na qualidade de dirigentes da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, declaramos para os devidos fins, que nos comprometemos no fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 do Regulamento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

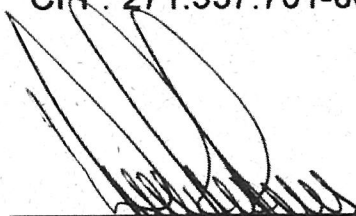
Mirassol D'Oeste-MT, 06 de maio de 2013



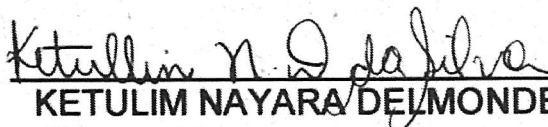
ANTÔNIO CARLOS SILVA LUZ
Presidente
CPF: 271.537.701-00



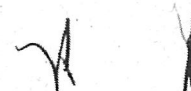
DAVI BARBOSA DA SILVA
Vice Presidente
CPF: 874.297.641-34



PAULO R. DE J. DOS SANTOS
Secretário
CPF: 833.463.091-34



KETULIM NAYARA DELMONDES
Tesoureira
CPF: 024.478.451-27



MIRASSOL D' OESTE – MT

12 Anos À Serviço da Comunidade!

CPJ: 02.839.951/0001-84

FONE – (65) 241-3884 – 3241-2503 e CEL.: 9943-8170

E-MAIL – radio14demaiofm@vsp.com.br

RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA - 770-B - CENTRO - CEP.: 78.280-000

DECLARAÇÃO

O Conselho Comunitário da Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Mirassol D'Oeste-MT, presidido pela associada **RENILVA ROSA PENA**, vem por meio desta **ATESTAR** que a **Rádio Comunitária 14 de Maio FM**, cumpre fielmente o que determina a legislação em vigor da RadCom, em relação a **PROGRAMAÇÃO** veiculada pela emissora.

Por ser verdade, assino e dou fé.

Mirassol D'Oeste, em 06 de maio de 2013

Renilva Rosa Pena

RENILVA ROSA PENA

Pres. do Conselho Comunitário

CPF – 170.467.131-20

RG – 960.826 – SSP-GO

MIRASSOL D' OESTE – MT

12 Anos À Serviço da Comunidade!

CPJ: 02.839.951/0001-84

FONE – (65) 241-3884 – 3241-2503 e CEL.: 9943-8170

E-MAIL – radio14demaiofm@vsp.com.br

RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA - 770-B - CENTRO - CEP.: 78.280-000

PROGRAMAÇÃO

De Seg à Sexta-feira

07H ÀS 11H - BOM DIA 14 DE MAIO FM

11H ÀS 12H - NOTÍCIA – ESPORTE E SHOW

12H ÀS 13H - FLAHS BACK

13H ÀS 16H - FREQUÊNCIA UNIVERSITÁRIA

16H ÀS 17H45 - CORAÇÃO SERTANEJO

17H45 ÀS 18H – AVE MARIA – PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA

18H ÀS 19H - A VOZ DO BRASIL

19H ÀS 00H - SUPER NIGTH E LOVE SONG

00H ÀS 04H - 14 FM NA MADRUGADA

04H ÀS 07H - ALVORADA SERTANEJA

PROGRAMAÇÃO

Sábado

05H ÀS 08H – ALVORADA SERTANEJA

08H ÀS 11H – AQUECIMENTO 104,9

11H ÀS 13H – SUPER HITS

13H ÀS 16H – NO CLIMA DO OUVINTE

16H ÀS 17H – PROGRAMA EVANGÉLICO RESTAURANDO VIDAS

17H ÀS 19H – PROGRAMA EVANGÉLICO VOZ PROFÉTICA

19H ÀS 00H – FIM DE SEMANA 14 FM

PROGRAMAÇÃO

Domingo

04H ÀS 08H – ALVORADA SERTANEJA

08H ÀS 10H – JJ BREGA

10H ÀS 12H – SEGURA PEÃO

12H ÀS 13H – ALMOÇANDO COM O REI

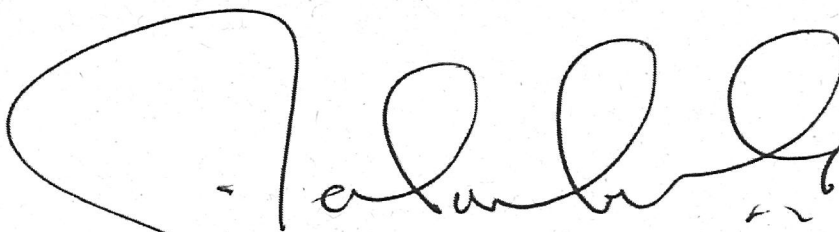
13H ÀS 22H – DOMINGÃO DA 14 FM

22H ÀS 00H – PROGRAMA EVANGÉLICO A VOZ DA PROFECIA

12) Declaração

Eu, ANTÔNIO CARLOS SILVA LUZ , na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, declaro para os devidos fins que a entidade solicita Vistoria Técnica em nossa estação transmissora de Radiodifusão Comunitária junto ao Ministério das Comunicações, para fins de Renovação de Outorga da emissora, na localidade de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

Mirassol D'Oeste-MT, 06 de maio de 2013.



ANTÔNIO CARLOS SILVA LUZ
Representante legal
CPF: 271.537.701-00

Declaração do interessado:

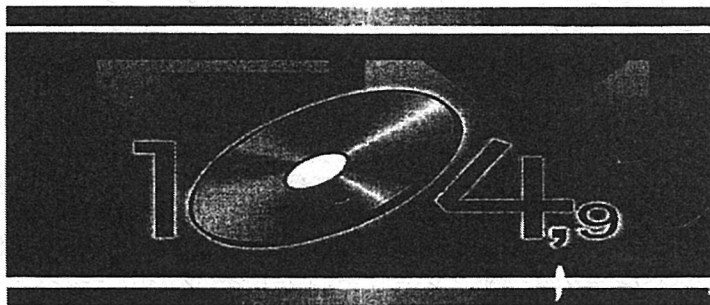
"Na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT, DECLARO que o Sr. Samuel Shockness Julien esteve no endereço abaixo no dia 27 de abril de 2013, ensaiando nosso transmissor de FM, de fabricação: Montel Sistema de Comunicação Ltda, modelo: MTFM 98, Canal: 285, Frequência: 104,9 MHz, Potência: 25,0 Watts, código de homologação: 046100XXX0312".

Endereço: Rua Maria dos Santos Braga, nº 770-B - Centro
Mirassol D'Oeste - MT CEP: 78.280-000

Mirassol D'Oeste-MT, 06 de maio de 2013



ANTÔNIO CARLOS SILVA LUZ
Representante legal
CPF: 271.537.701-00



MIRASSOL D' OESTE – MT

SITE: www.radio14demaiofm.com.br

11 Anos No Ar Ouvindo Você – *TÁ NA 14 FM, TÁ BOM DE MAIS!!!*

RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA - 770-B - CENTRO - CEP.: 78.280-000

FONES – (65) 241-3884 - 3241-2503 E Cel.: 9943 - 8170

E-MAIL – radio14demaiofm@vsp.com.br

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO
ARTÍSTICO, CULTURAL, INFORMATIVO E SOCIAL DE
MIRASSOL D'OESTE – MATO GROSSO.**

CNPJ – 02.839.951.0001.84

AOS TRINTA DIAS (30) DO MÊS DE OUTUBRO (10) DO ANO DE DOIS MIL E DOZE (2012), ÀS 09H30, EM SUA SEDE SOCIAL, À RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, 770-B, CENTRO, MIRASSOL D'OESTE-MATO GROSSO, SE REUNIRAM EM **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, OS ASSOCIADOS DESTA ENTIDADE, CONFORME EDITAL DE CONVOCAÇÃO, AFIXADO NO MURAL DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO NO DIA 28 DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE. PRESENTES A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA OS SEGUINTE MEMBROS ASSOCIADOS: **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ; DAVI BARBOSA DA SILVA; MARIA APARECIDA ROSA, DANIEL JOSÉ DA SILVA, PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS; CLAITSON APARECIDO GONÇALVES E RENILVA ROSA PENA**. ABERTA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, PELO SENHOR PRESIDENTE **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ**, QUE VERIFICOU HAVER QUORUM LEGAL, TENDO A PRESENÇA DE 07 (SETE) DOS 10 (DEZ) ASSOCIADOS PARA DELIBERAR SOBRE A **ORDEM DO DIA**, DE ACORDO COM O EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ESTE CONVOCOU A MIM PARA SECRETARIAR A PRESENTE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, **PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS** E ASSIM O FIZ. COM A PALAVRA, O SENHOR PRESIDENTE LAMENTOU PROFUNDAMENTE AS

Carlos W.G. Matos
OAB/MT 13077

Min

AUSÊNCIAS DOS MEMBROS **JOSÉ CARLOS DA SILVA, TESOUREIRO E JURANDIR DE SOUZA FREIRE, MEMBRO DO CONSELHO COMUNITÁRIO** DESTA ENTIDADE, FALECIDOS NO DECORRER DESTES ANOS, BEM COMO DO PEDIDO DE AFASTAMENTO DO SENHOR JOSÉ MOREIRA NUNES, ALEGANDO PROBLEMAS PARTICULARES. APÓS FAZER UMA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NOS ÚLTIMOS DOIS (02) ANOS, O SENHOR PRESIDENTE APRESENTOU OS PEDIDOS PARA INTEGRAR A ENTIDADE DE **KETULIN NAYARA DELMONDES DA SILVA, COMerciária, E RAFAELA APARECIDA DE ALMEIDA BARBOSA, ENFERMEIRA**, OS QUAIS FORAM SUBMETIDOS A APRECIÇÃO DOS PRESENTES E APROVADOS POR UNANIMIDADE. ATO SEGUINTE, O SENHOR PRESIDENTE ESCLARECEU QUE A **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA FOI CONVOCADA PELA DIRETORIA EXECUTIVA DENTRO DO PRAZO LEGAL, DE ACORDO COM O ESTATUTO, A FIM DE ELEGER A NOVA DIRETORIA DA ENTIDADE PARA O BIÊNIO 2012/2014,** ASSIM COMO, ADMITIR EM SEU QUADRO NOVOS ASSOCIADOS. LOGO APÓS UM INTERVALO DE 15 MINUTOS, DE COMUM ACORDO, TODOS OS PRESENTES ELEGERAM OS SEGUINTE MEMBROS PARA COMPOR A **DIRETORIA PARA O BIÊNIO 2012/2014:** **PRESIDENTE, O SENHOR ANTONIO CARLOS SILVA LUZ, VICE-PRESIDENTE, DAVI BARBOSA DA SILVA, TESOUREIRA, KETULIN NAYARA DELMONDES DA SILVA E SECRETÁRIO, PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS.**

PARA O **CONSELHO COMUNITÁRIO** DESTA ENTIDADE FORAM ELEITOS OS SEGUINTE ASSOCIADOS: A SENHORA **RENILVA ROSA PENA, MARIA APARECIDA ROSA, DANIEL JOSÉ DA SILVA, CLAITSON APARECIDO GONÇALVES E RAFAELA APARECIDA DE ALMEIDA BARBOSA.** NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, E COMO NINGUÉM QUIS USAR DA PALAVRA, O SENHOR PRESIDENTE DEU POR ENCERRADA A **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA,** SENDO SUSPENSÃO ASSIM, PARA QUE FOSSE LAVRADA A PRESENTE ATA, QUE LIDA E ACHADA CONFORME, FOI ASSINADA POR MIM **PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS,** QUE SECRETAREI A PRESENTE REUNIÃO, E POR TODOS OS PRESENTES.

MIRASSOL D'OESTE, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE (2012).

PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS

ANTONIO CARLOS SILVA LUZ

DAVI BARBOSA DA SILVA

MARIA APARECIDA ROSA

Carlos W. G. Matos
OAB/MT 13077

DANIEL JOSÉ DA SILVA *Daniel José da Silva*

RENILVA ROSA PENA *Renilva Rosa Pena*

PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS *Paulo Roberto de Jesus dos Santos*

CLAITSON APARECIDO GONÇALVES *Claitson Aparecido Gonçalves*

KETULIN NAYARA DELMONDES DA SILVA *Ketullin N. O. da Silva*

RAFAELA APARECIDA DE ALMEIDA BARBOSA *Rafaelle Ap: Almeida Barbosa*

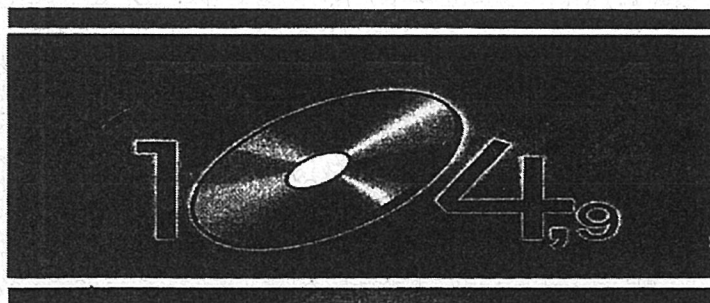
Maria Aparecida Rosa

[Signature]

Carlos W. G. Matos
OAB/MT 13077

17/11/15

[Signature]



MIRASSOL D' OESTE – MT

SITE: www.radio14demaiofm.com.br

11 Anos No Ar Ouvindo Você – *TÁ NA 14 FM, TÁ BOM DE MAIS!!!*

RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA - 770-B - CENTRO - CEP.: 78.280-000

FONES – (65) 241-3884 - 3241-2503 E Cel.: 9943 - 8170

E-MAIL – radio14demaiofm@vsp.com.br

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO
ARTÍSTICO, CULTURAL, INFORMATIVO E SOCIAL DE
MIRASSOL D'OESTE – MATO GROSSO.**

CNPJ – 02.839.951.0001.84

AOS TRINTA DIAS (30) DO MÊS DE OUTUBRO (10) DO ANO DE DOIS MIL E DOZE (2012), ÀS 09H30, EM SUA SEDE SOCIAL, À RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, 770-B, CENTRO, MIRASSOL D'OESTE-MATO GROSSO, SE REUNIRAM EM **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, OS ASSOCIADOS DESTA ENTIDADE, CONFORME EDITAL DE CONVOCAÇÃO, AFIXADO NO MURAL DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO NO DIA 28 DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE. PRESENTES A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA OS SEGUINTE MEMBROS ASSOCIADOS: **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ; DAVI BARBOSA DA SILVA; MARIA APARECIDA ROSA, DANIEL JOSÉ DA SILVA, PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS; CLAITSON APARECIDO GONÇALVES E RENILVA ROSA PENA**. ABERTA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, PELO SENHOR PRESIDENTE **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ**, QUE VERIFICOU HAVER QUORUM LEGAL, TENDO A PRESENÇA DE 07 (SETE) DOS 10 (DEZ) ASSOCIADOS PARA DELIBERAR SOBRE A **ORDEM DO DIA**, DE ACORDO COM O EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ESTE CONVOCOU A MIM PARA SECRETARIAR A PRESENTE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, **PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS** E ASSIM O FIZ. COM A PALAVRA, O SENHOR PRESIDENTE LAMENTOU PROFUNDAMENTE AS

Q Dm

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 9034

Registro: R-11/43

Fls. nº 43 Livro nº 01

M. D'Oeste - MT 14/12/2012


Francisco Florencio de Castilho
Notário e Registrador

AUSÊNCIAS DOS MEMBROS **JOSÉ CARLOS DA SILVA, TESOUREIRO E JURANDIR DE SOUZA FREIRE, MEMBRO DO CONSELHO COMUNITÁRIO** DESTA ENTIDADE, FALECIDOS NO DECORRER DESTE ANO, BEM COMO DO PEDIDO DE AFASTAMENTO DS SENHOR JOSÉ MOREIRA NUNES, ALEGADO PROBLEMAS PARTICULARES. APÓS FAZER UMA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NOS ÚLTIMOS DOIS (02) ANOS, O SENHOR PRESIDENTE APRESENTOU OS PEDIDOS PARA INTEGRAR A ENTIDADE DE **KETULIN NAYARA DELMONDES DA SILVA, COMERCÍARIA, E RAFAELA APARECIDA DE ALMEIDA BARBOSA, ENFERMEIRA**, OS QUAIS FORAM SUBMETIDOS A APRECIÇÃO DOS PRESENTES E APROVADOS POR UNANIMIDADE. ATO SEGUINTE, O SENHOR PRESIDENTE ESCLARECEU QUE A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA FOI CONVOCADA PELA DIRETORIA EXECUTIVA DENTRO DO PRAZO LEGAL, DE ACORDO COM O ESTATUTO, A FIM DE ELEGER A NOVA DIRETORIA DA ENTIDADE PARA O **BIÊNIO 2012/2014**, ASSIM COMO, ADMITIR EM SEU QUADRO NOVOS ASSOCIADOS. LOGO APÓS UM INTERVALO DE 15 MINUTOS, DE COMUM ACORDO, TODOS OS PRESENTES ELEGERAM OS SEGUINTE MEMBROS PARA COMPOR A **DIRETORIA PARA O BIÊNIO 2012/2014**: **PRESIDENTE, O SENHOR ANTONIO CARLOS SILVA LUZ, VICE-PRESIDENTE, DAVI BARBOSA DA SILVA, TESOUREIRA, KETULIN NAYARA DELMONDES DA SILVA E SECRETÁRIO, PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS.**

PARA O **CONSELHO COMUNITÁRIO** DESTA ENTIDADE FORAM ELEITOS OS SEGUINTE ASSOCIADOS: A SENHORA **RENILVA ROSA PENA, MARIA APARECIDA ROSA, DANIEL JOSÉ DA SILVA, CLAITSON APARECIDO GONÇALVES E RAFAELA APARECIDA DE ALMEIDA BARBOSA**. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, E COMO NINGUÉM QUIS USAR DA PALAVRA, O SENHOR PRESIDENTE DEU POR ENCERRADA A **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**, SENDO SUSPENSÃO ASSIM, PARA QUE FOSSE LAVRADA A PRESENTE ATA, QUE LIDA E ACHADA CONFORME, FOI ASSINADA POR MIM **PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS**, QUE SECRETAREI A PRESENTE REUNIÃO, E POR TODOS OS PRESENTES.

MIRASSOL D' OESTE, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E DOZE (2012).

PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS

ANTONIO CARLOS SILVA LUZ

DAVI BARBOSA DA SILVA

MARIA APARECIDA ROSA

2 OFÍCIO

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 9034

Registro: A-31/43

Fls. nº 43 Livro nº 01

M. D'Oeste, MT, 14 / 12 / 2012

Particular

Francisco Florêncio de Castilho
Notário e Registrador

DANIEL JOSÉ DA SILVA

RENILVA ROSA PENA

PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS

CLAITSON APARECIDO GONÇALVES

KETULIN NAYARA DELMONDES DA SILVA Ketullin N. D. da Silva

RAFAELA APARECIDA DE ALMEIDA BARBOSA Rafaela Ap: Almeida Barbosa

2º OFÍCIO

2º OFÍCIO

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Antonio Carlos Silva Luz Dou Fé.

AEY26870 R\$ 4,50
Mirass 14 de dezembro de 2012

Selo de Controle Digital
At. 5

Dou fé. Em testemunho() da verdade.
MARIA SILVA SOUZA-escrivente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

Maria Silva Souza
OAB: 15.023.237/0001-65
Escrivente Autorizada

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Ketullin Nayara Delmondes da Silva Dou Fé.

EY26864 R\$ 4,50
Mirass 14 de dezembro de 2012

Selo de Controle Digital
At. 5

Dou fé. Em testemunho() da verdade.
MARIA SILVA SOUZA-escrivente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

Maria Silva Souza
OAB: 15.023.237/0001-65
Escrivente Autorizada

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Paulo Roberto de Jesus Santos Dou Fé.

AEY26860 R\$ 4,50
Mirass 14 de dezembro de 2012

Selo de Controle Digital
At. 5

Dou fé. Em testemunho() da verdade.
MARIA SILVA SOUZA-escrivente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

Maria Silva Souza
OAB: 15.023.237/0001-65
Escrivente Autorizada

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Código do Ato: 107
AEY25470 R\$48,6
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Consulte: www.tjmt.gov.br/Selos

Selo de Controle Digital
Ato de Notas e Registro

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO
Francisco F. Castilho
Tabelão e Oficial
de Registro Civil
MIRASSOL D'OESTE - MT

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR

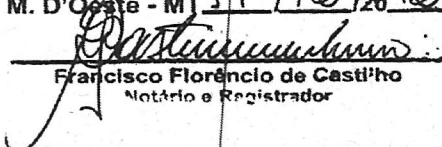
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

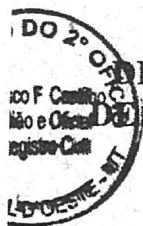
Protocolo: 9034

Registro: R-1/43

Fls. nº 43 Livro nº 01

M. D'Oeste - MT 14 112 120 12


Francisco Florêncio de Castilho
Notário e Registrador



**ATA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL
DE MIRASSOL D'OESTE - ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE MAIO
DE MIRASSOL D'OESTE
ESTADO DE MATO GROSSO**



Capítulo I - da Organização, Sede e Foro

Artigo 1º

A Associação Comunitária desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste (Associação Rádio Comunitária 14 de Maio de Mirassol D'Oeste-MT), tem como sede à rua Maria dos Anjos Braga, 770-B, centro, Mirassol D'Oeste e Foro Jurídico a Comarca de Mirassol D'Oeste, estado de Mato Grosso.

Artigo 2º

A Associação tem como abrangência a sede do município de Mirassol D'Oeste e comunidades próximas; é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de divulgação cultural, social e desportiva.

Artigo 3º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social tem por objetivo:

I - A prestação de serviços de rádio, operando em FM (Frequência Modulada), na sintonia de Mhz, baixa potência, divulgando programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, noticiário de lazer, político, econômico, infantil, entre outros.

II - Publicidade comercial para cobrir os encargos da Associação e sua necessária expansão, de acordo com o que dispõe o Artigo 3º do decreto 52.795 de 31 de dezembro de 1.963, se dará nos limites e formas da legislação específica.

Capítulo II - das Finalidades e Princípios

Artigo 4º

Sua finalidade será no atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

a - dar oportunidades à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, contra a violência e em busca da paz;

b - Oferecer mecanismo de formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, cultura e o convívio social;

c - Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se a defesa civil sempre que necessário;

d - permitir a capacitação no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível;

Artigo 5º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste atenderá em sua programação os seguintes princípios:

a - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

b - Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidário e condições sociais nas relações comunitário;

c - Desenvolver e apoiar programas de educação ambiental.

Parágrafo Único

Qualquer cidadão da comunidade beneficiada poderá emitir opinião sobre quaisquer assunto abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar este Estatuto e o momento adequado da programação para fazê-lo, através de pedido à direção.

Capítulo III - das Prerrogativas

Artigo 6º

Nas realizações de suas atividades, a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, poderá conveniar-se a qualquer entidade pública ou privada, desde que preservado os princípios deste Estatuto.

Artigo 7º

Poderá receber contribuição financeira de pessoas físicas e jurídicas, à título de incentivo cultural.

Artigo 8º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, para desenvolver suas atividades, poderá contratar serviços necessários e nos limites de suas possibilidades financeiras.

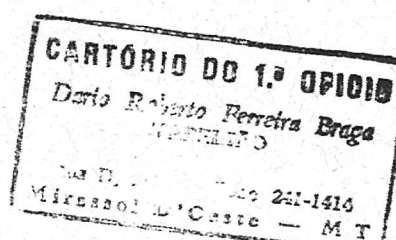
Capítulo IV - dos Órgãos

Artigo 9º

A Associação é composta dos seguintes órgãos:

a - Assembléia Geral

b - Diretoria Executiva



EM BRANCO

EM BRANCO

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78090-003 - FONE: (65) 3241-1030
TABELÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

AUTENTICAÇÃO

Certifico para os devidos efeitos que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

AGV50940

R\$ 2,10

Selo de Controle Digital

Em testemunho () da verdade.

MARIA SILVA SOUZA - escrevente
Mirassol 31 de maio de 2013
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Cod. Serv. 104 Cod Ato 6
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.023.237/0001-65
Escrevente Autorizada

c - Conselho Comunitário

Artigo 10

A Assembléia Geral é o Órgão Supremo da Associação, sendo constituído por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos, podendo excluir associados do seu quadro, destituir membros da diretoria e do Conselho, alterar o estatuto, admitir novos sócios e demais decisões de âmbito geral da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste.

A convocação da Assembléia Geral poderá ser feita pelo presidente da Diretoria Executiva, pelo Conselho Comunitário ou por 1/3 (um terço) dos associados.

Parágrafo II

O quorum mínimo de deliberação será de 50% (cinquenta por cento) mais um, em segunda convocação 30 (trinta) minutos após a primeira a qualquer número, em terceira convocação 30 (trinta) minutos após a segunda.

Parágrafo III

As decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

Parágrafo IV

As Assembléias Gerais podem ser:

- a - ordinárias, de doze em doze meses, a partir, da data de sua fundação;
- b - Extraordinárias a qualquer tempo de acordo com o disposto neste Capítulo.

Título

Artigo 11

A Diretoria Executiva é composta de um presidente, vice-presidente, um secretário e um tesoureiro, eleitos pela assembléia geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos com mandato de dois anos, podendo ser reeleito.

Artigo 12

As atividades do Presidente é coordenar as atividades da Diretoria Executiva, competindo-lhe representar a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele a executar medidas de proteção.

Artigo 13

Compete ao Secretário substituir o presidente no seus impedimentos, secretariar as assembléias gerais e as reuniões, guardar os livros e organizar os arquivos da Associação, atender ao expediente geral.

Artigo 14

Compete ao Tesoureiro responder pela guarda dos valores e títulos da Associação, receber mensalidade dos associados, movimentar as contas da entidade juntamente com o presidente, elaborar balancetes de prestação de contas, substituir o secretário no seu impedimento.

Artigo 15

O Conselho Comunitário terá a função consultiva, fiscalizadora, competindo-lhe também, assessorar a diretoria, interpretar o Estatuto e apreciar atos da administração geral.

Artigo 16

O Conselho Comunitário será composto por 5 (cinco) membros indicados pelas suas respectivas entidades representativas.

Artigo 17

As categorias dos sócios são:

a - Fundadores - são todas as pessoas que participarem da fundação constituição do patrimônio e manutenção da Associação.

Artigo 19

A admissão de novos sócios deverá ser submetida a decisão da Assembléia Geral, mediante apresentação por escrito da entidade associada.

Artigo 20

Os associados em dia com sua contribuição poderão usufruir gratuitamente dos serviços prestados pela emissora de forma proporcional ao número de associados.

Artigo 21

Todos os associados terão direitos a votar e ser votados aos cargos eletivos da Associação.

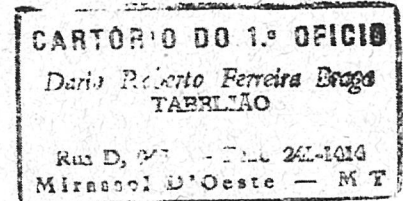
Parágrafo Único

Não poderá votar e ser votado o sócio que estiver com 3 (três) ou mais contribuições em atraso, salvo justificativa aprovada pela assembléia.

Das Penalidades

Artigo 23

O associado que deixar de comparecer a 2 (duas) assembléias ordinárias, previamente convocada, sem justificativa,



Handwritten signature/initials.

EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

AUTENTICAÇÃO

Certifico para os devidos efeitos que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

AGV50939

R\$ 2,10



Selo de Controle Digital

Em testemunho () da verdade.

MARIA SILVA SOUZA-escrivente
Mirassol 31 de maio de 2013
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso
Cod. Serv. 104 Cod Ato 8
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.023.237/0001-65
Escrivente Autorizada

Ministério das Comunicações
Fls. 24
Informativo C
ido a avalia-
DOCE

Os membros da Diretoria Executiva da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e de Mirassol D'Oeste ou do Conselho Comunitário que não cumprirem com suas funções, serão submetidos à avaliação da Assembléia Geral.

A Assembléia geral para eleição, será convocada 30 (trinta) dias antes do vencimento do mandato vigente.

Este Estatuto poderá ser modificado somente pela Assembléia Geral.

O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia. Assim sendo eu Antônio Carlos S. Luz, lavrei e assinei a presente Ata juntamente com os demais presentes.

Dr. Adolfo Sanchez A. Cruz
CALBERT 4466



[Signature]
Dora Elcia Sousa Almeida
Incorrente Juramentada

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
Dario do Couto Ferreira Braga
TABULEIRO
Rua D, 945 — Fone 241-1414,
Minneapolis D'Oeste — M T

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCE DE CASTILHO

AUTENTICAÇÃO

Certifico para os devidos efeitos que a presente fotocópia é reprodução fiel do documento que me foi apresentado.

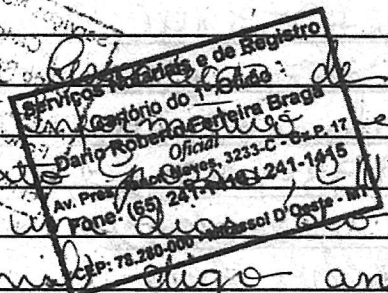
AGV50938 R\$ 2,10  Selo de Controle Digital

Em testemunho (_____) da verdade.
MARIA SILVA SOUZA-escrevente
Mirassol 31 de maio de 2013
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso.
Cod. Serv. 104 Cod Ato 6
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

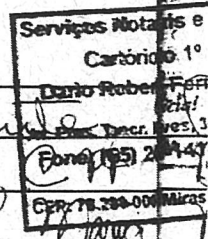
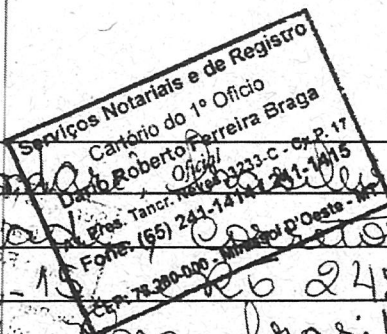
Maria Silva Souza
CNPJ: 15.000.000/0001-00
Escritório

le Digital

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.023.237/0001-65
Escrivente Autorizada



Ata da Assembleia Geral Ordinária da Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Mirassol D'Oeste - Mato Grosso nº 02.839.951-0001-84. Aos vinte e três dias do mês de Outubro do presente ano de dois mil e seis, às nove e trinta horas em sua sede social, à rua Maria dos Anjos Braga, setenta e setenta B, centro, Mirassol D'Oeste, Mato Grosso, reuniram-se em Assembleia Geral Ordinária, em segunda convocação, os associados desta entidade, conforme edital de convocação publicado e afixado no mural da sede da Associação do dia vinte de oito de setembro do ano de dois mil e seis. Presentes a Assembleia Geral Ordinária os seguintes membros associados: Antonio Carlos Silva Souza, brasileiro, casado, jornalista residente nesta cidade, CPF 271.537-70/00 e RG Nº 15.482.413 - SSP/MT; José Moreira Nunes, brasileiro, casado, professor, residente no distrito de Bonho Azul, Município de Mirassol D'Oeste, CPF 077.866.81/91, RG Nº 42.4518 SSP/SP; José Carlos da Silva, brasileiro, divorciado, bancário, residente nesta cidade, CPF 039.104.741/87, e RG Nº 180.412 SSP/GO; David Barbosa da Silva, brasileiro, solteiro, gráfico, residente nesta cidade, CPF Nº 784.297.641-34, e RG Nº 118.455-88 SSP/MT; Daniel José da Silva, brasileiro, casado, pintor, residente nesta cidade, CPF 303.718.211-34 e RG 45.299 SSP/MT; Jurondir de Souza Freire, brasileiro, casado, advogado, residente nesta cidade, CPF 315.670.378-86 e RG 130.338.62 SSP/SP.



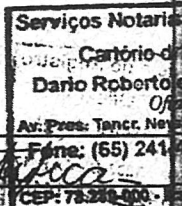
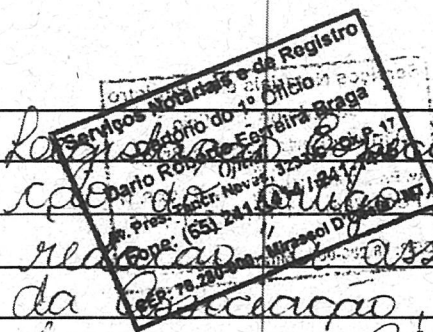
Teles, Lima, Casado, residente
nesta cidade, CPF 027.959.141-15 e R6 245.045 SSP/MT.
Cipareada Rosa, Brasileira, divorciada, pro-
fessora, residente nesta cidade, CPF 1995
39.339-87 e R6 123.898-1 SSP/PR. Assumindo
a presidência dos trabalhos os Sr. Antonio Carlos
Silva fez assim o fez, verificando haver
quorum após verificar digo conferir a
presença oito associados de um total
de oito membros, para deliberarem
sobre a ordem do dia, conforme edi-
tal de convocação. Este convidou a mim
David Barbosa da Silva para secretariar
a reunião, ficando assim constituída a
mesma, deu-se início à Assembleia Ge-
ral Ordinária, o senhor Presidente dos traba-
lhos esclarecendo que a mesma foi convo-
cada pelos membros da Diretoria Executiva
dentro do prazo legal de acordo com o
estatuto, ~~afim de eleger a nova diretoria~~
para o ~~Biênio~~ 2006/2008, deliberar sobre
algumas alterações no Estatuto Social da
Entidade a pedido do Ministério das
Comunicações através da secretaria de per-
tences de Comunicação Eletrônica conforme
Ofício nº 65202/2006 digo nº 6502/2006 e a
fim de promover uma prestação de contas
durante os últimos dois anos. Logo em
seguida em comum acordos os presentes
elegeram por unanimidade os seguin-
tes membros para compor a nova
Diretoria para o biênio 2006/2008: Presidente

Notas e de Registro
1º Ofício
be...
1306 17
244-1415
244-1415
244-1415

Serviços Notariais e de Registro
Cartório do 1º Ofício
D. Roberto Pereira Braga
Av. Pres. Taner, Nova, 244-1415
Fone: 244-1415, 244-1415, 244-1415

Ministério das Comunicações
26
Rubrica

Carlos Silva Luz, Vice-Presidente
Carlos da Silva, Secretário
Nunes - Tesoureiro José Carlos
bem como, foram eleitos para compor
o Conselho Comunitário da Entidade os se-
guintes membros: Maria Aparecida Rosa, re-
presentante da rede pública Estadual de
Ensino, Daniel José da Silva, represen-
tante dos Indústrias dos Trabalhadores
Rurais de Mirassol D'Oeste, Juran-
dir de Souza Freire, presidente da se-
ção Subseção da Ordem dos Advogados
do Brasil - Mirassol D'Oeste - MT, Amadeu
Giles Samandari, representante de repre-
sentante do segmento de corretores de
Imóveis e do Poder Legislativo Municipal
de Mirassol D'Oeste. Em seguida, o senhor Presi-
dente fez uma prestação de contas aos
associados, provando que não há nenhuma
dívida pendente, a não ser aquelas ainda
pendentes por vencer e que o funciona-
mento da Emissora encontra-se dentro
da normalidade, cumpindo o que determin
a legislação da Radcom. Para atender a
solicitação da secretaria dos Serviços de Comunicações
eletrônicas do MC, de comum acordo foi re-
fido no que consta do artigo terceiro,
segundo inciso, que passa a ter a seguinte
redação "patrocínio sob forma de apoio cultu-
ral" para cobrir os encargos da associação e
sua necessária expansão, de acordo com o que
dispõe o artigo 3º do decreto 52795 de 31 de dezem-
bro de 1963, se dará nos limites e forma da



do "Artigo 12, parágrafo único". Ratificação digo Retificação do "Artigo 12, parágrafo único" que passa a ter a seguinte redação: "a Assembleia Geral é o órgão supremo da Associação, sendo constituída por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos, podendo excluir associados do seu quadro, destituir membros da Diretoria e do Conselho, alterar o estatuto dito estatuto, admitir novos sócios, e demais decisões de âmbito geral da Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico Cultural, Informativo e Social de M. D. Deoli"; no parágrafo I passa a ter a seguinte redação "a convocação da Assembleia Geral, poderá ser feita pelo Presidente da Diretoria Executiva, pelo Conselho Comunitário ou por $\frac{1}{5}$ (um quinto) dos Associados, de acordo com o Artigo 59 Caput e parágrafo único da Lei nº 10406, de 10 de janeiro de 2002, alterada pela Lei 11.127 de 28/06/2005, "que será assegurado a $\frac{1}{5}$ (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação do Órgão Deliberativo. Em comum acordo foi acrescentado parágrafo único no artigo 12, sobre a atribuição do vice presidente que passa a ter a seguinte redação "compete ao vice presidente, na falta do Presidente, coordenar as atividades da Diretoria Executiva, representar a entidade nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele a executar medidas de proteção." Retificar o artigo 13, que

Cartório de Registro
do 1º Ofício
D. Ferreira Braga
Fica:
Av. 3233-C - Cx.P. 17
1414 / 241-1415
Mirassol D'Oeste - SP

Serviços Notariais e de Registro
Cartório do 1º Ofício
Dario Roberto Ferreira Braga
Oficial
Av. Pres. Tancre. Neves, 3233-C - Cx.P. 17
Fone: (65) 241-1414 / 241-1415
CEP: 78.280-000 - Mirassol D'Oeste - MT

das Comunidades
27
07

passa a ter a seguinte redação:
"O secretário, secretariar as assembleias
gerais e extraordinárias e reuniões,
guardar os livros e organizar os ar-
quivos da Associação, atender aos di-
tos expedientes gerais." Retificação de
artigo 19, que passa a ter a seguinte
redação "a admissão de novos sócios
a entidade dar-se-á de acordo se dada me-
diante manifesto por escrito à direto-
ria executiva, cujo o mesmo será
analisado se esta dentro das fina-
lidades e princípios que norteiam
o estatuto social da Entidade." Nada
mais havendo a tratar e como
ninguém quisesse fazer uso da pala-
vera, determinou o senhor Presidente que
se encerrasse a Assembleia Geral Ord-
nária, sendo suspensa a sessão e
lavrada a presente ata, que lida e
achada conforme foi assinada por
todos os presentes Mirassol D'Oeste, ao
trinta e um dias do mês de outubro de
ano de dois mil e seis.

Antônio Carlos Silva
David Barbosa da Silva
José Maria Nunes
José Carlos da Silva
Maria Aparecida Rosa
Jurandir de Souza Freire
Amândeo Jales Tamandari
DANIEL JOSÉ DA SILVA

[Handwritten signatures]
Jurandir de Souza Freire
CPF: 315.870.374-87
RG: 13036.862-5 SP/SP
OAB MT 6638-B

Serviços Notariais e de Registro
 Cartório do 1º Ofício
 Dario Roberto Ferreira Braga
 Oficial
 Av. Pres. Tancredo Neves, 3233 - C. 1
 Fone: (65) 241-1414 - 241-1415
 E-mail: prlmarioferrada@sp.enm.br
 CEP: 78280-000 - Anápolis - DF - Brasil

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
 CERTIFICADO que foi feita a AVERBAÇÃO
 Nº 002 de Registro 242
 do Livro A-002

Data: 06/11/2006
 Hora: 14:30

Assinatura

☐ Fosseis-larga
☐ Fosseis-pequena
☐ Fosseis-larga
☐ Fosseis-pequena
☐ Fosseis-larga
☐ Fosseis-pequena

Rmº Romão de Siqueira
 Escrevente Juramentado

A DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
 ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO
 CULTURAL, INTELIGÊNCIA E SOCIEDADE
 DE MINASGerais - MIN-CNPJ Nº 02.839.951/0001-84

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de Outubro do ano
 de 2006, às 9:00 horas (nove), reuniram-se
 a Assembleia Geral Ordinária, na presença de
 15 (quinze) membros da Associação, para deliberar
 sobre a alteração da denominação social da
 Associação, passando a ser denominada
 Associação Comunitária de Desenvolvimento
 Cultural, Inteligência e Sociedade de Minas
 Gerais - MIN-CNPJ Nº 02.839.951/0001-84.
 A Assembleia Geral Ordinária foi convocada
 pelo Conselho Administrativo da Associação
 em 26 de Setembro de 2006, através de
 Resolução nº 001/2006, de 26 de Setembro de
 2006, e a presente Assembleia foi realizada
 em 31 de Outubro de 2006, às 9:00 horas, no
 local acima mencionado, com a presença de
 15 (quinze) membros da Associação, sendo
 10 (dez) membros titulares e 05 (cinco) membros
 suplentes, todos devidamente inscritos no
 livro de registro da Associação, sob o nº 002
 de Registro 242, do Livro A-002, sob a
 presidência do Sr. Romão de Siqueira, Escrevente
 Juramentado, e a seguinte resolução foi aprovada:
 RESOLUÇÃO Nº 002/2006, de 31 de Outubro de
 2006, que altera a denominação social da
 Associação Comunitária de Desenvolvimento
 Cultural, Inteligência e Sociedade de Minas
 Gerais - MIN-CNPJ Nº 02.839.951/0001-84, para
 Associação Comunitária de Desenvolvimento
 Cultural, Inteligência e Sociedade de Minas
 Gerais - MIN-CNPJ Nº 02.839.951/0001-84.

FLS: 001/001

CIDADE DA OUTORGA :	Mirassol d'Oeste/MT	Número Processo :	536900012391998
NOME FANTASIA :	RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE MAIO FM	CANAL :	285
FREQUÊNCIA :	104,9 MHz	RATO DA AREA DE SERVICO :	1.00 KM
HORARIO FUNCIONAMENTO :	05:00 a 24:00 - Dom. a Sáb. / 08:00 a 01:00 - Sáb. a Sex.	PERP MAXIMA :	16,2500 W
INDICATIVO DA ESTAÇÃO :	ZYC385	LOCALIDADE :	*****
ESTÚDIO :	RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA 7708 CENTRO	UF :	MT
ENDEREÇO :	Mirassol d'Oeste	MODELO :	MTFM 98
TRANSMISSOR PRINCIPAL :	Montel Sistema de Comunicação Ltda	POTÊNCIA :	25,000 W
CÓDIGO :	0461800008312	MODELO :	*****
TRANSMISSOR AUXILIAR :	*****	POTÊNCIA :	***** W
CÓDIGO :	*****	MODELO :	MT DIP 186/1
ANTENA :	MONTEL SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	POLARIZAÇÃO :	Vertical
FABRICANTE :	***** 48d	ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO :	38.8 m
GANHO :	ONIDIRECIONAL		
DESCRIÇÃO :	200.00m		
COTA BASE NA TORRE :			

1. A EMISSORA DO RADCOM OPERARÁ SEM DIREITO A PROTEÇÃO CONTRA EVENTUAIS INTERFERÊNCIAS CAUSADAS POR ESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES E DE RADIODIFUSÃO REGULARMENTE INSTALADAS.

IME A EM 23/11/2005

08 - EMISSÕES	Licenciada Em	VÁLIDA ATÉ
02.133.951/0001-84	05/08/2004	30/07/2013

Nello Costa
Ministro das Comunicações

Ministério das Comunicações

Fs. 28

Rubrica



DESCRIÇÃO DO SISTEMA

Razão Social ASS.COMUNIT.DESENV.ARTIST.CULT.INFORMAT.E SOC.DE MIRASSOL D		C.G.C. 2.839.951/0001-84
Serviço RADIODIFUSAO COMUNITARIA - RadCom	Canal 285	Faixa/Freqüência 104,9 MHz
Localidade MIRASSOL D OESTE	UF MT	Nº Fieltel 500.116.875-92

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA(S) ESTAÇÃO(ÕES)

1 - LOCALIZACAO DA ESTACAO TRANSMISSORA :

LOGRADOURO : RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, N. 700 B
MUNICIPIO : MIRASSOL D OESTE / MT LOCALIDADE.:
LATITUDE : 15S4023
LONGITUDE : 58W0557
COTA BASE TORRE(m) : 260,00

2 - EQUIPAMENTOS:

SISTEMA IRRADIANTE : MONTEL SISTEMA DE COMUNICACAO
MODELO DA ANTENA : MT DIP 100/1
GMAX(dBd) : 0,00
BEAM-TILT(graus) : ***
HCI(m) : 30,00
ORIENTACAO NV(graus) : ***
DESCRICAO ANTENA : ONIDIRECIONAL
TRANSMISSOR PRINCIPAL : MONTEL SISTEMAS DE COMUNICACAO LTDA
MODELO DO TRANSMISSOR : MITH 98
POTENCIA TRANSMISSOR(W) : 25,000
CERTIFICACAO : 0461/00
TRANSMISSOR AUXILIAR : *****
MODELO DO TRANSMISSOR : *****
POTENCIA TRANSMISSOR(W) : *****
CERTIFICACAO : *****
LINHA DE TRANSMISSAO : KMF
MODELO : RCC 213
COMPRIMENTO(m) : 42,00
ATENUACAO(db/100m) : 4,5
IMPEDANCIA(ohms) : ***

3 - LOCALIZACAO DO ESTUDIO:

LOGRADOURO : RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, N. 700 B
MUNICIPIO : MIRASSOL D OESTE / MT LOCALIDADE.:

4 - AREA DE ATUACAO:

RAIO(KM) : 1,00

LEGENDAS :

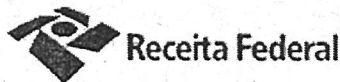
- GMAX: GANHO DO SISTEMA IRRADIANTE NA DIRECAO DE MAXIMA IRRADIACAO.
- HCI: ALTURA DO CENTRO DE IRRADIACAO DO SISTEMA IRRADIANTE EM RELACAO A COTA DA BASE DA TORRE.
- ORIENTACAO NV: ORIENTACAO DO NORTE VERDADEIRO EM RELACAO AO ZERO DO DIAGRAMA DE IRRADIACAO.

Observações

ESTE RELATORIO DE DESCRICAO DE SISTEMA REFERE-SE AO ATO NUMERO 23401 (D.O.U DE 05/03/2002)
DATA LIMITE INSTALACAO : *****

Local de emissão BRASILIA	Data de emissão 05/03/2002	 ARA APKAR MINASSIAN Superintendente
------------------------------	-------------------------------	--

OFICIO 2.º OFICII
Nº 03/02
MIRASSOL D OESTE
25 de Abril de 1940
apresentado (Dec. Lei n.º 2148 de 25 de Abril de 1940)
que a presente fotocópia é reproduzida
para uso de vídeos etc. etc.

**Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA****NÚMERO DE INSCRIÇÃO**
02.839.951/0001-84
MATRIZ**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL****DATA DE ABERTURA**
28/10/1998**NOME EMPRESARIAL**
ASSOCIACAO COMUNITARIA DESENVOLVIMENTO ARTISTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT**TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)**
ASSOCIACAO RADIO COMUNITARIA 14 DE MAIO DE M.D'OESTE**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL**
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS**
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente**CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA**
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA**LOGRADOURO**
R MARIA DOS ANJOS BRAGA**NÚMERO**
770 B**COMPLEMENTO****CEP**
78.280-000**BAIRRO/DISTRITO**
CENTRO**MUNICÍPIO**
MIRASSOL D'OESTE**UF**
MT**SITUAÇÃO CADASTRAL**
ATIVA**DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL**
03/11/2005**MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL****SITUAÇÃO ESPECIAL**
*******DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL**

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 29/05/2013 às 16:11:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

BOLETO » Nada Consta menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASS.COMUNIT.DESENV.ARTIST.CULT.INFORMAT.E SOC.DE MIRASSOL
D'

CNPJ: 02.839.951/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

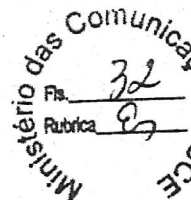
Emitida às 16:17:02 do dia 31/05/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/06/2013.

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO COMUNITARIA DESENVOLVIMENTO ARTISTICO CULTURAL
INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT
CNPJ: 02.839.951/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 16:11:17 do dia 29/05/2013 <hora e data de Brasília>.

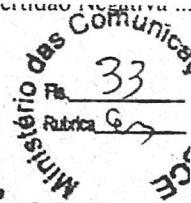
Válida até 25/11/2013.

Código de controle da certidão: **B40D.E952.BEDF.20B5**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Secretaria de Estado de Fazenda



Sistema de Certidão Negativa de Débito

Data: 29/05/20

Certidão referente ao ICMS/IPVA para fins gerais

Número : 0009561387

Certidão fornecida para CNPJ/MF : 02.839.951/0001-84
Razão Social : ASSOC. COMU. DE DESEN. ARTIS. E CULTU.
Emitida em : 29/05/2013

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

CERTIFICAMOS que, até a data e hora em epígrafe, não consta, nas bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados da CND, da Secretaria de Estado de Fazenda, pendência fiscal, em nome do Contribuinte acima indicado, excetuada a eventual existência de créditos tributários cuja exigibilidade esteja suspensa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso exigir valores relativos a tributos estaduais e seus acréscimos legais, mesmo lançados, bem como em razão de posterior lançamento ou apuração, ou decorrentes de inexatidão da informação prestada pelo contribuinte ou, ainda, do restabelecimento da exigibilidade do crédito tributário, inclusive quando objeto de NAI e/ou acordo de parcelamento.

OBS. A presente Certidão não alcança débitos fiscais já encaminhados para inscrição em Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, nem o cumprimento de obrigações principais ou acessórias, cujo controle ainda não esteja informatizado ou integrado ao sistema da CND/SEFAZ.

-Fornecimento gratuito, salvo quando a impressão for efetuada por unidade fazendária, mediante requerimento do interessado.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet: www.sefaz.mt.gov.br

Esta Certidão tem validade até **28/06/2013** - Fornecimento Gratuito

Código de Autenticidade : TU7TK2K2MULA92T2

RECEBUE



Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste

ESTADO DE MATO GROSSO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - Nº 838/2013

Certifico a pedido de ASS. COM. DES. ART. CULT. INFOR. E SOC. DE MDO-MT, conforme o requerimento protocolado sob número 3703/2013-GRL, que **ASS. COM. DES. ART. CULT. INFOR. E SOC. DE MDO-MT**, CNPJ 02.839.951/0001-84, encontra-se **QUITE** até a presente data com o Município de MIRASSOL D OESTE, referente aos tributos municipais sujeitos a FIRMA abaixo identificada:

Inscrição: 1938 (SÓCIO ECONÔMICO)

Endereço: RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA 500
CENTRO

Atividade(s): ESTACAO DE RADIO (TRANSMISSAO)

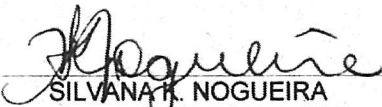
Período de atividade: 23/05/2002 até a presente data.

Certifico mais, PARA FINS GERAIS.

Ficam, todavia, ressaltados os direitos do Município de MIRASSOL D OESTE de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados posteriormente, mesmo que dentro do período compreendido nesta certidão.

O referido é verdade e dou fé.

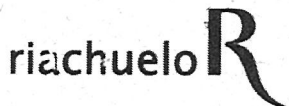
MIRASSOL D OESTE (MT), 03 de junho de 2013.


SILVANA R. NOGUEIRA
AGENTE ADMINISTRATIVO
COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO

Certidão válida até 02/09/2013.

A autenticidade desta certidão pode ser verificada no endereço www.mirassoldoeste.mt.gov.br.
Certidão emitida em 03/06/2013 as 15:32:02h. - Código de Validação **W2J3S9.I0D0T7.P4L6E0**

RUA. ANTONIO TAVARES, nº 3310 - MIRASSOL D OESTE - MT - CEP 78280-000 - Fone: (65) 32411914
CNPJ 03.755.477/0001-75 - e-mail: iss@mirassoldoeste.mt.gov.br



Fatura Mensal (Cartão de Crédito)

Central de Atendimento Riachuelo
3003-4342 capitais e regiões metropolitanas
0800-701-4342 demais localidades
Atendimento 24 horas de segunda a domingo

Número do Cartão

02076.804616.109

Página

1/1

Data de Vencimento

27/04/2013

Total da Fatura

23,39

Pagamento Mínimo

23,39

Pague qualquer valor entre o mínimo e o total dessa fatura. Sobre a diferença incidirão os encargos contratuais que serão cobrados na próxima fatura.



CTC MOOCA BPM PL7

ANTONIO CARLOS SILVA LUZ
R BENTO ALEXANDRE DOS S 947
PLANALTO MIRASSOL DO OESTE MT
78280-000



7211050330046070000005267330190413

Nº SORTEIOS - PRODUTOS FINANCEIROS

CASA PREMIADA Nº 079998 R\$ 37.500,00 Sorteio: 29/06/13
ASSIS. RESIDENCIA Nº 054049 R\$ 10.000,00 Sorteio: 29/06/13
ACID. PESSOAL FAM. Nº 059901 R\$ 10.000,00 Sorteio: 29/06/13

DEMONSTRATIVO

Data	Loja	Descrição das Operações	Valor da Compra	Nº Parc.	Encargos
17/04/13	001	PRODUTO - SEGURO RESIDENCIAL			6,95 D
17/04/13	001	ASSISTENCIA 24HS - RESIDENCIA			3,49 D
17/04/13	001	SEGURO ACIDENTES PESSOAIS FAMILIAR			12,95 D
27/04/13	001	VALOR DE CREDITO PENDENTE			26,44 C

O não pagamento dessa fatura ou atraso superior a 20 dias implica na suspensão do sorteio.

ENCARGOS

FINAN. DE SALDO A PARTIR DE	13,50% a.m.
REFINANCIAMENTO MAX. PROXIMO MES:	16,50% a.m.
MULTA CONTRATUAL POR ATRASO:	2,00%
ENCARGOS ATRASO A PARTIR DE	13,50% a.m.

Limite disponível para compra em 27/04/13 R\$ 2.500,00

Total de compras a vencer: R\$ 0,00

Limite disponível de Crédito Pessoal: * R\$ 1.875,00
(*Sujeito à análise e aprovação)

Limite disponível para Saque: R\$ 1.500,00
(*Sujeito à análise e aprovação)

IMPORTANTE!



www.midwayfinanceira.com.br

Ouvidoria Midway: 0800 727 3255

Deficientes Auditivos: 0800 722 0604
Das 9h às 17h - seg a sex exceto feriados



saque aqui.

BANCO DO BRASIL

001

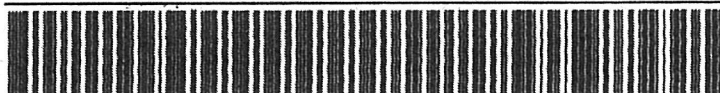
00190.00009 02247.415207 76804.616183 6 5681000000000

Local de Pagamento					Vencimento	
PAGAVEL EM QUALQUER AGENCIA BANCARIA ATÉ O VENCIMENTO					27/04/2013	
Cedente					Agência / Código Cedente	
MIDWAY SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVEST					3070-8/0070100-9	
Data Documento	Número Documento	Espécie Documento	Aceite	Data Processamento	Nosso Número	
17/04/2013	076804616	Outro	N	17/04/2013	22474152076804616	
Uso Banco	Carteira	Espécie	Quantidade	X Valor	Valor do Documento	
	18	Real			23,39	
Instruções SR. CAIXA: NAO ACEITAR PAGAMENTO INFERIOR A R\$ 23,39. NAO RECEBER APOS 12/05/2013. APOS O VENCIMENTO COBRAR COMISSAO DE PERMANENCIA DE R\$ 0,11 POR DIA, MULTA CONTRATUAL DE R\$ 0,47 E IOF DE 0,0068% POR DIA SOBRE O TOTAL DO DEBITO. OBS.: O PAGAMENTO INFERIOR AOS VALORES DESTA BOLETO NAO BAIXA A DIVIDA, RESULTANDO EM ATRASO E RECEBIMENTO DE COBRANCAS. O PAGAMENTO SOMENTE ESTARA DISPONIVEL PARA A RIACHUELO APOS 3 DIAS UTEIS.					(-) Desconto / Abatimento	
					(-) Outras Deduções	
					(+/-) Mora / Multa	
					(+/-) Outros Acréscimos	
					(-) Valor Cobrado	

Sacado
ANTONIO CARLOS SILVA LUZ
R BENTO ALEXANDRE DOS S 947
PLANALTO MIRASSOL DO OESTE MT

CARTÃO: 076.804616.109

Sacador / Avalista



Autenticação Mecânica

FICHA DE COMPENSAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 81291

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

ANTONIO CARLOS SILVA LUZ, ou vinculado ao **CPF: 271.537.701-00**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso (**www.jfmt.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Barra do Garças (MT) = Barra do Garças/MT;
 - Subseção Judiciária de Cáceres (MT) = Cáceres/MT;
 - Subseção Judiciária de Diamantino (MT) = Diamantino/MT;
 - Subseção Judiciária de Rondonópolis (MT) = Rondonópolis/MT;
 - Subseção Judiciária de Sinop (MT) = Sinop/MT;

Cuiabá/MT, 14h01, 22/05/2013.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Ministério das Comunicações
Fis. 38
Rubrica

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

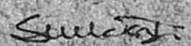
Nº 17944172013 - DPF/CAE/MT

STELLA REGINA BALLARINY DE GLUCK LIMA, Escrivão (ã) de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício no(a) DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CACERES - MT, no uso de suas atribuições, atendendo a requerimento do interessado e com observância aos termos do art. 14 da Instrução Normativa nº 005/2008 - DG/DPF, **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **ANTONIO*CARLOS*SILVA*LUZ**, nacionalidade brasileira, filho(a) de ANTONIO PEREIRA LUZ e ALAIDE SILVA LUZ, nascido(a) aos 28/07/1962, natural de BALIZA/GO, Documento de Identificação 15482413 SSP/MT, CPF 271.537.701-00.

Observações:

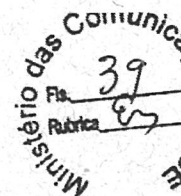
- 1) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 2) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 3) Esta certidão é válida por 90 dias.

CACERES-MT, 15:48 de 29/05/2013


STELLA REGINA BALLARINY DE GLUCK LIMA
ESCRIVÃO (A) DE POLÍCIA FEDERAL
TERCEIRA CLASSE - Mat. nº 0014688
DPF/CAE/MT



JUSTIÇA ELEITORAL
18ª ZONA ELEITORAL DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA GERMANO GREVE, N 284 Telefone 65 32413116



Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: ANTONIO CARLOS SILVA LUZ
Inscrição: 010596171880 Zona: 18 Seção: 123
Município: 91774 - MIRASSOL D'OESTE UF: MT
Data de nascimento: 28/07/1962 Domiciliado desde: 15/04/1988
Filiação: ALAIDES SILVA LUZ
ANTONIO PEREIRA LUZ

Em 22 de maio de 2013.

ROBSON DE CASTILHO RIBEIRO
SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA ELEITORAL



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

**Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Criminais**

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso **CERTIFICA** que, revendo os registros de distribuições do 1º Grau de Jurisdição, **NADA CONSTA** contra **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ**, portador do CPF: 271.537.701-00, até a data de 18/05/2013.

Nº DA CERTIDÃO: 723156

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, por meio da **Internet**, com base no Provimento nº 21/2011-CGJ;
- b) *A informação do NOME e do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;*
- c) A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo endereço www.tjmt.jus.br, acessando a opção "Certidão Negativa" e logo em seguida "Verificar Autenticidade Certidão Negativa", informando o Número da Certidão, Nome e CPF.
- d) Este documento é válido por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua expedição;
- e) A autenticação poderá ser efetivada em, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição;
- f) Esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente nos Cartórios Distribuidores do Poder Judiciário de Mato Grosso, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do documento pessoal informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TJMT.
- g) Abrange processos de Execução Fiscal, Crimes Militares e Juizados Especiais (Sistemas Apolo e Projudi).

Emitida em 21/05/2013, às 15:58h

REGISTRO NACIONAL
1194588-0 DATA DE EXPEDICAO 23/04/96

DAVI BARBOSA DA SILVA

MILITANTE DA SILVA

DAVI DA LEITE BARBOSA

DATA DE NASCIMENTO 07/09/1977

NASC. LIV. 03 FLS. 104

ESP. 103 P. ESP. 104

Leite

ASSINATURA DO DIRETOR

024

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE JUSTICA

INSTITUTO DE IDENTIFICACAO DR. AROLDINO

47

Leite

DAVI BARBOSA DA SILVA

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTERIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FISICAS

Nome

DAVI BARBOSA DA SILVA

Nº de Inscrição

874297641-34

Data de Registro

07/09/77

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FISICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.

Assinatura

Leite

DAVI BARBOSA DA SILVA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 27/06/97



Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Rua Ricardo Druzian Galo - 167 - Mirassol 2 - Mirassol
D'Oeste - CEP: 78.280.000 - Fone: (65) 3241-2178
C.N.P.J (M.F) 07.745.657/0001-27
EMAIL: saemi_mirassol@hotmail.com

MATRÍCULA 1813	Nota Fiscal 390722
Mes/ano de Consumo 3/2013	

Ministério das Comunicações
Fis. 42
Rubrica 8

CLIENTE DAVI BARBOSA DA SILVA	VENCIMENTO 30/03/2013
ENDEREÇO RUA I DE MAIO	NUMERO 921
CIDADE TAMANDARE	

DATA LEIT. ANT. 13/02/2013	LEITURA ANTERIOR 0	DATA LEIT. ATUAL 12/03/2013	LEITURA ATUAL 0	DATA EMISSÃO 13/03/2013	ECONOMIAS I
CICLO - SETOR - ROTA - SEQUÊNCIA 01-16 -05 -000750		CONSUMO Taxa Mínima	MÉDIA 0	HIDROMETRO	OCCORRÊNCIA
MES/ANO 4/2012	MES/ANO 5/2012	MES/ANO 6/2012	MES/ANO 7/2012	MES/ANO 8/2012	MES/ANO 9/2012
0	0	0	0	0	0
MES/ANO 10/2012	MES/ANO 11/2012	MES/ANO 12/2012	MES/ANO 1/2013	MES/ANO 2/2013	MES/ANO
0	0	0	0	0	0

TABELA TARIFÁRIA	
0 - 10	1,31
11 - 20	1,96
21 - 30	3,27
31 - 40	4,30
MAIOR 40	6,91
0 - 10	3,04
MAIOR 10	3,04
0 - 10	3,50
MAIOR 10	3,50
0 - 10	3,47
MAIOR 10	3,75

**PAGAVEL
NO
CASTELAO
ALIANCA E
DROGA
FARMA**

MESES EM ATRASO, será efetuado o corte 30 dias após a data de vencimento dos meses abaixo especificado

FATURA	VALOR	VENCIDO	FATURA	VALOR	VENCIDO
02/2013	12,30	28/02/2013			

Mensagem Social COMUNICAMOS QUE DE ACORDO COM O DECRETO 2524/2013 HOVE UM REAJUSTE 6.20 POR CENTO NAS TARIFAS DE AGUA E ESGOTO

Características Físico-Química e Microbiológica da Água Potável do Mês

PARÂMETRO	VALOR MÁXIMO PERMITIDO	RESULTADO
CORO	0,50 A 2,00	1,5
TUBIDEZ	0,00 A 1,00	1,60
FLUOR	0,30 A 1,00	0,30
COR	0,00 A 5,00	5,00
PH	6,5 A 9,5	6,5

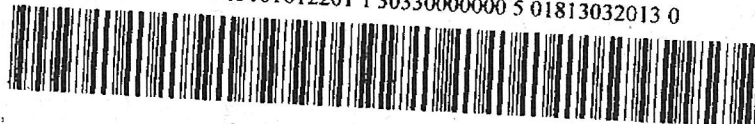
AGUA (Taxa Mínima) RESIDENCIAL 13,10

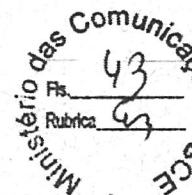
TOTAL A PAGAR

13,10

SERVIÇO AUTÔNOMO DE AGUA E ESGOTO						VIA BANCO
DAVI BARBOSA DA SILVA						
MATRÍCULA 1813	CICLO-SETOR-ROTA-SEQUÊNCIA 01-16 -05 -000750	MES/ANO FAT. 3/2013	CONSUMO Taxa Mínima	VENCIMENTO 30/03/2013	TOTAL A PAGAR 13,10	

82670000000 1 13101012201 1 30330000000 5 01813032013 0





PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 81301

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

DAVI BARBOSA DA SILVA, ou vinculado ao **CPF: 874.297.641-34**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso (**www.jfmt.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Barra do Garças (MT) = Barra do Garças/MT;
 - Subseção Judiciária de Cáceres (MT) = Cáceres/MT;
 - Subseção Judiciária de Diamantino (MT) = Diamantino/MT;
 - Subseção Judiciária de Rondonópolis (MT) = Rondonópolis/MT;
 - Subseção Judiciária de Sinop (MT) = Sinop/MT;

Cuiabá/MT, 14h03, 22/05/2013.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

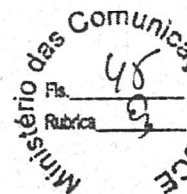
Nº 17439152013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **DAVI*BAROSA*DA*SILVA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **JOAO CARDOSO DA SILVA** e **GENILDA LEITE BARBOSA**, nascido(a) aos 07/09/1977, natural de **MIRASSOL D'OESTE/MT**, Documento de identificação 11845860 SSSP/MT, CPF 874.297.641-34.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 8:10 de 26/05/2013



JUSTIÇA ELEITORAL
18ª ZONA ELEITORAL DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA GERMANO GREVE, N 284 Telefone 65 32413116

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

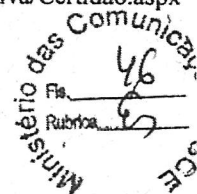
Eleitor: DAVI BARBOSA DA SILVA
Inscrição: 017635281848 Zona: 18 Seção: 76
Município: 91774 - MIRASSOL D'OESTE UF: MT
Data de nascimento: 07/09/1977 Domiciliado desde: 19/05/1994
Filiação: GENILDA LEITE BARBOSA
JOAO CARDOSO DA SILVA

Em 22 de maio de 2013.

ROBSON DE CASTILHO RIBEIRO
SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA ELEITORAL

2.

ROBSON DE CASTILHO RIBEIRO



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

PRIMEIRO GRAU

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS

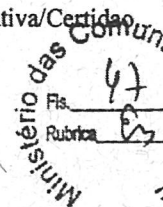
O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso CERTIFICA que, revendo os registros de distribuições do 1º Grau de Jurisdição, **NADA CONSTA** contra **DAVI BARBOSA DA SILVA**, portador do **CPF: 874.297.641-34**, até a data de **17/05/2013**.

Nº DA CERTIDÃO: **721563**

Observações:

- a. Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento nº 21/2011-CGJ;
- b. **A informação do NOME e do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;**
- c. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo endereço www.tjmt.jus.br, acessando a opção "Certidão Negativa" e logo em seguida "Verificar Autenticidade Certidão Negativa", informando o **Número da Certidão, Nome e CPF**.
- d. Este documento é válido por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua expedição;
- e. A autenticação poderá ser efetivada em, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição;
- f. Esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente nos Cartórios Distribuidores do Poder Judiciário de Mato Grosso, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do documento pessoal informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TJMT.
- g. Abrange processos de Execução Fiscal, Crimes Militares e Juizados Especiais (Sistemas Apolo e Projudi).

Emitida em 20/05/2013, às 15:23h

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO**CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO****SEGUNDO GRAU****AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS**

CERTIFICO que conforme pesquisa realizada no Sistema Proteus de Distribuição do 2º Grau - Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso nos últimos dez anos, **NADA CONSTA** referente a processos Ações e Execuções Cíveis e Criminais em que seja parte o(a) senhor(a) **DAVI BARBOSA DA SILVA**, portador do CPF: **874.297.641-34**, até a data de **20/05/2013**.

Nº DA CERTIDÃO: **721618**

Observações:

- a. Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base na Portaria nº 5005/2012-PRES;
- b. **A informação do NOME e do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;**
- c. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo endereço www.tjmt.jus.br, acessando a opção "Certidão Negativa" e logo em seguida "Verificar Autenticidade Certidão Negativa", informando o **Número da Certidão, Nome e CPF**.
- d. Este documento é válido por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua expedição;
- e. A autenticação poderá ser efetivada em, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição;
- f. Esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Departamento Judiciário Auxiliar do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do documento pessoal informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TJMT.

Emitida em 20/05/2013, às 15:34h

TOPO

REGISTRO GERAL 1950722-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 01/02/2005

NOME KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA

FILIAÇÃO SAMUEL MACIEL DA SILVA

ROZILDA DELMONDES DA SILVA

NATURALIDADE MIRASSOL D'OESTE-MT DATA DE NASCIMENTO 15/05/1989

DOC. ORIGEM C. NASC. LIV. A10 FLS. 221

TECM 12178 MIRASSOL D'OESTE-MT

CPF * * * * *

024

SP175J5P

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO 48

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES PADO





Ketullin Nayara D. da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

024.748.451-27

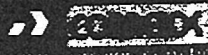
KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA

15/05/1989

Cartão de uso pessoal e intransferível

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

M...co 2905



www.carteiraidentidade.gov.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

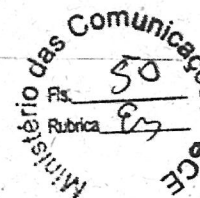
Nº 17439072013

O Departamento de Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **KETULLIN*NAYARA*DELMONDES*DA*SILVA**, nacionalidade brasileira, filho(a) de SAMUEL MARCIEL DA SILVA e ROZILDA DELMONDES DA SILVA, nascido(a) aos 15/05/1989, natural de MIRASSOL D'OESTE/MT, Documento de identificação 19507224 SSSP/MT, CPF 024.748.451-27.

Observações:

- 1) Certidão expedida gratuitamente por meio da **Internet** em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/DPF;
- 2) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 3) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 4) Para evitar incorreções no nome do titular, os espaços foram substituídos por asteriscos (*);
- 5) Verifique, antes de apresentar ou aceitar esta certidão, se os nomes foram informados corretamente e se há apenas um asterisco entre cada nome ou sobrenome do titular;
- 6) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 7:59 de 26/05/2013



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Distrito Federal

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 431154

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

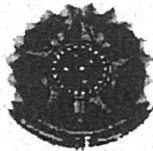
KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA, ou vinculado ao **CPF: 024.748.451-27**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Distrito Federal.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (www.jfdf.jus.br), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange apenas a Seção Judiciária do Distrito Federal com banco de dados atualizado em:
Justiça Federal do Distrito Federal = Brasília/DF;

Brasília/DF, 18h32, 22/05/2013.



JUSTIÇA ELEITORAL
18ª ZONA ELEITORAL DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA GERMANO GREVE, N 284 Telefone 65 32413116

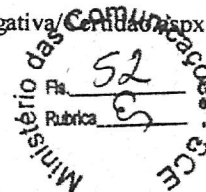
Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para a eleitora abaixo qualificada.

Eleitora: KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA
Inscrição: 028060011864 Zona: 18 Seção: 116
Município: 91774 - MIRASSOL D'OESTE UF: MT
Data de nascimento: 15/05/1989 Domiciliada desde: 26/08/2005
Filiação: ROZILDA DELMONDES DA SILVA
SAMUEL MACIEL DA SILVA

Em 22 de maio de 2013.

ROBSON DE CASTILHO RIBEIRO
SERVENTUARIO DA JUSTIÇA ELEITORAL



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

PRIMEIRO GRAU

AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso CERTIFICA que, revendo os registros de distribuições do 1º Grau de Jurisdição, **NADA CONSTA** contra **KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA**, portador do CPF: **024.748.451-27**, até a data de **17/05/2013**.

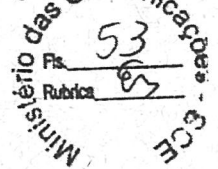
Nº DA CERTIDÃO: **721575**

Observações:

- a. Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base no Provimento nº 21/2011-CGJ;
- b. **A informação do NOME e do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;**
- c. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo endereço www.tjmt.jus.br, acessando a opção "Certidão Negativa" e logo em seguida "Verificar Autenticidade Certidão Negativa", informando o **Número da Certidão, Nome e CPF**.
- d. Este documento é válido por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua expedição;
- e. A autenticação poderá ser efetivada em, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição;
- f. Esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente nos Cartórios Distribuidores do Poder Judiciário de Mato Grosso, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do documento pessoal informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TJMT.
- g. Abrange processos de Execução Fiscal, Crimes Militares e Juizados Especiais (Sistemas Apolo e Projudi).

Emitida em 20/05/2013, às 15:26h

TOPO



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
SEGUNDO GRAU
AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICO que conforme pesquisa realizada no Sistema Proteus de Distribuição do 2º Grau - Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso nos últimos dez anos, **NADA CONSTA** referente a processos Ações e Execuções Cíveis e Criminais em que seja parte o(a) senhor(a) **KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA**, portador do CPF: 024.748.451-27, até a data de 20/05/2013.

Nº DA CERTIDÃO: 721614


Observações:

- a. Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base na Portaria nº 5005/2012-PRES;
- b. A informação do NOME e do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo endereço www.tjmt.jus.br, acessando a opção "Certidão Negativa" e logo em seguida "Verificar Autenticidade Certidão Negativa", informando o Número da Certidão, Nome e CPF.
- d. Este documento é válido por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua expedição;
- e. A autenticação poderá ser efetivada em, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição;
- f. Esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Departamento Judiciário Auxiliar do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do documento pessoal informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TJMT.

Emitida em 20/05/2013, às 15:33h

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DE MATO GROSSO SECRETARIA DE SEGURANCA PUBLICA INSTITUTO DE IDENTIFICACAO DE MATO GROSSO DE TAYRA		VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL	
  PAULO R. DE JESUS SANTOS ASSINATURA DO TITULAR CARTEIRA DE IDENTIDADE	REGISTRO GERAL 1151832-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 13/11/75 NOME PAULO ROBERTO DE JESUS SANTOS FILIAÇÃO FRANCISCO FIGUEREDO DOS SANTOS MARIA DE JESUS NATURALIDADE PIRAGI-BA DATA DE NASCIMENTO 18/04/1975 DOB ORIGEM C NASC LIV 76 FLS 360 TERM 73358 ITAMARAJU-BA CPF *****		
	Crescência Costa Leite EVIA-010		
	LEI 497/75		
	54 59 5		
	Ministério das Comunicações		

MINISTÉRIO DA FAZENDA Secretaria da Receita Federal	
CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS	
Nome PAULO ROBERTO DE JESUS SANTOS	Data do Nascimento 18/04/75
Nº de inscrição 833463091-34	

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na Legislação vigente.	
Assinatura  PAULO ROBERTO DE JESUS SANTOS	
S E R V I C O	
VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL Emitido em : 03/06/98	



CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A.
Rua Manoel dos Santos Coimbra, 184 | Cuiabá MT
CNPJ 07.467.321/0001-99 | Inscrição Estadual 13.020.425-0
PAT 07.20131117830838-82

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Série B-U
000.483.997

4413601

04/2013



AKIO MANOEL DUARTE
RUA ANTONIO TAVARES, 3188 - 0821003488000
CENTRO-7820000-MIRASSOL DOESTE-MT
Lect/Estad/Liv/Seq:0062.10.003838.222 - Equipamento: 1130801 - TENSÃO NOMINAL: 127v - v - GRUPO B
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL NORMAL
Fase: MONOFASICO
Ced. Fiscal de Operação: PS (17.21.0)

Equipamento	1130801	Consumo Med/Fat	71/71	CPF: 01440267162
Lect. Atual (kWh)	8470	Numero de Dias Faturado	32	
Lect. Anter (kWh)	6398	Consumo Medio Diario	2.22	
		Constante	1.00	
		Origem da Leitura	LIDA	
		Fator de Potencia		
Indicadores de Qualidade				
Lect. Anterior	1603/2013	Conjunte Anel: QUATRO MARCOS		
Lect. Atual	1604/2013	FEV/13	DIC FIC DMIC	
Emissao	1604/2013	Limite Mensal	6.97 3.98 3.97	
Apresentacao	1604/2013	Limite Trim.	13.74 7.98	
Prox. Leitura	1605/2013	Limite Anual	27.48 16.96	
		Apurado	0.00 0.00 0.00	
		EUSD-Enc Use Sist Dist (R\$)	10.88	Media 3 ultimas meses (kWh): 80

Descrição	Qtde-Faturada	Tarifa	Valor(R\$)
CONSUMO TE	71	0.153462	10.89
CONSUMO TUSD	71	0.199884	13.38
VALOR DO ICMS			0.00
VALOR DO COFINS			0.83
VALOR DO PIS			0.23
Total - (1)			25.44

Outros Lançamentos, Cobranças e Serv. Autoriz.
CIP-CONTRIB DE ILUM PUB
Total - (2) 3,77

Composicao dos Preços em (R\$) (Artigo 31 Resolucao 166/2006)

ENERGIA	DISTRIBUICAO	TRIBUTOS	TRANSMISSAO	ENC. SETORIAIS	SOMA DEMONSTRATIVO
12.28	10.210	1.18	0.18	1.41	25.44

Mensagem
- Reajuste tarifario em media de 0,95% conforme Resolucao Anel
1606/2013, vigente a partir de 09/04/2013.

Incidirao sobre a conta paga apos o vencimento multa de 2% (duas de mais) de 0,33333% ao dia (conf. Lei 10.408/02) e atualização monetaria com base no IGP-M a serem incluídos na proxima conta	71	29/04/2013	29,21
---	----	------------	-------

INFORMACAO DE TRIBUTOS			
TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	ALIQUOTA	VALOR DO IMPOSTO (%)
ICMS	25.44	0%	0.00
PIS	25.44	0.908300%	0.23
COFINS	25.44	3.608300%	0.93

Reservado ao Fisco

Periodo Fiscal: 16/04/2013

F134.A2F0.30CC.DA7F.B099.A324.4ADF.9915



07-20131117830838-82

4413601

R\$

29,21

836100000006 292100140006 001070 01312 117830838826





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Ministério das Comunicações
R. 56
R. 57

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 17943472013 - DPF/CAE/MT

STELLA REGINA BALLARINY DE GLUCK LIMA, Escrivão (ã) de Polícia Federal, lotado(a) e em exercício no(a) **DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM CACERES - MT**, no uso de suas atribuições, atendendo a requerimento do interessado e com observância aos termos do art. 14 da Instrução Normativa nº 005/2008 - DG/DPF, **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data **NÃO CONSTA** registro de antecedentes criminais em nome de **PAULO*ROBERTO*DE*JESUS*SANTOS**, nacionalidade brasileira, filho(a) de **FRANCISCO FIGUEIREDO DOS SANTOS** e **MARIA DE JESUS**, nascido(a) aos 18/04/1975, natural de **PIRAGI/BA**, Documento de Identificação 11518324 SSP/MT, CPF 833.463.091-34.

Observações:

- 1) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 2) A autenticidade desta certidão **DEVERÁ** ser confirmada na página do Departamento de Polícia Federal, no endereço (<http://www.dpf.gov.br>);
- 3) Esta certidão é válida por 90 dias.

CACERES-MT, 15:45 de 29/05/2013

Stella Regina

STELLA REGINA BALLARINY DE GLUCK LIMA
ESCRIVÃO (A) DE POLÍCIA FEDERAL
TERCEIRA CLASSE - Mat. nº 0014688
DPF/CAE/MT



JUSTIÇA ELEITORAL
18ª ZONA ELEITORAL DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA GERMANO GREVE, N 284 Telefone 65 32413116

Certidão

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se **NÃO CONSTAR** registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o eleitor abaixo qualificado.

Eleitor: PAULO ROBERTO DE JESUS SANTOS
Inscrição: 019543701805 Zona: 18 Seção: 85
Município: 91774 - MIRASSOL D'OESTE UF: MT
Data de nascimento: 18/04/1975 Domiciliado desde: 02/05/2006
Filiação: MAFIA DE JESUS
FRANCISCOO FIGUEIREDO DOS SANTOS

Em 22 de maio de 2013.

ROBSON DE CASTILHO RIBEIRO
SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA ELEITORAL

2.
1



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal Regional Federal da 1ª Região
Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso

Certidão de Distribuição
Ações e Execuções Cíveis, Criminais e JEF

Nº 81315

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição de 25 de abril de 1.967 até a presente data, **que contra:**

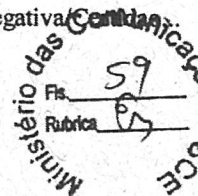
PAULO ROBERTO DE JESUS SANTOS, ou vinculado ao **CPF: 833.463.091-34**,

NADA CONSTA na Justiça Federal de 1ª Instância, Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso.

Observações:

- a) Certidão expedida gratuitamente, através da **Internet**;
- b) a informação do nº do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) a autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso (**www.jfmt.jus.br**), pelo prazo de até 3(três) meses após a sua expedição;
- d) válida por 30 (trinta) dias;
- e) esta Certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no balcão da Justiça Federal, ressalvada a obrigatoriedade do destinatário conferir a titularidade do número do CPF informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica da Justiça federal.
- f) A presente Certidão abrange, inclusive, as Subseções Judiciárias da Seção Judiciária do Estado de Mato Grosso, com banco(s) de dados atualizado(s) em:
 - Subseção Judiciária de Barra do Garças (MT) = Barra do Garças/MT;
 - Subseção Judiciária de Cáceres (MT) = Cáceres/MT;
 - Subseção Judiciária de Diamantino (MT) = Diamantino/MT;
 - Subseção Judiciária de Rondonópolis (MT) = Rondonópolis/MT;
 - Subseção Judiciária de Sinop (MT) = Sinop/MT;

Cuiabá/MT, 14h12, 22/05/2013.



ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO
SEGUNDO GRAU
AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICO que conforme pesquisa realizada no Sistema Proteus de Distribuição do 2º Grau - Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso nos últimos dez anos, **NADA CONSTA** referente a processos Ações e Execuções Cíveis e Criminais em que seja parte o(a) senhor(a) **PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS**, portador do **CPF: 833.463.091-34**, até a data de **20/05/2013**.

Nº DA CERTIDÃO: 721604

Observações:

- a. Certidão expedida gratuitamente, por meio da Internet, com base na Portaria nº 5005/2012-PRES;
- b. **A informação do NOME e do CPF acima é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;**
- c. A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo endereço www.tjmt.jus.br, acessando a opção "Certidão Negativa" e logo em seguida "Verificar Autenticidade Certidão Negativa", informando o **Número da Certidão, Nome e CPF**.
- d. Este documento é válido por 30 (trinta) dias, a contar da data de sua expedição;
- e. A autenticação poderá ser efetivada em, no máximo, até 3 (três) meses após a sua expedição;
- f. Esta certidão tem a mesma validade da emitida diretamente no Departamento Judiciário Auxiliar do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, ressalvada a obrigatoriedade de o destinatário conferir a titularidade do documento pessoal informado, bem como confirmar a autenticidade da certidão na página eletrônica do TJMT.

Emitida em 20/05/2013, às 15:30h

TOPO

Ministério das Comunicações - CACE
Fls. 62
Rubrica

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
MARIA APARECIDA ROSA

DOC. IDENTIDADE/ORG. EMISSOR/UF
1238981 SSP PR

CPF
199.539.339-87

DATA NASCIMENTO
04/09/1951

PLANO
QUILHHERNE ROSA

PALMIRA PEREIRA DE
CARVALHO

PERMISSÃO
CONDIÇÃO
E

ASSO
CONDIÇÃO
E

PROBADO
00011586345

VALIDADE
31/10/2017

PROBADO
08/10/1976

VALIDA EM TODOS
O TERRITÓRIO NACIONAL
677087813

PROBADO PLASTIFICAR
677087813

OBSERVAÇÕES

Maria Aparecida Rosa

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MIRASSOL DOESTE, MT

DATA EMISSÃO
14/11/2012

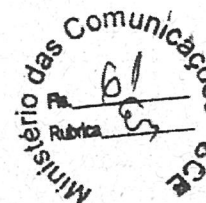
Assessor Especial Especial
Divisão de Habilitação e Segurança
ASSINATURA DO EMISSOR

44088145604
MT608471437

DETRAN - MT (MATO GROSSO)

4402359

04/2013



Dados Cadastrais

MARIA APARECIDA ROSA VOLPATO
RUA PROF ODELIO B SILVA, 786 - 0620611054000
CENTRO-78200000-MIRASSOL DOESTE-MT
Lei/Etapa/Liv/Seq:0062,06,003936,77 - Equipamento: 00656831 - TENSÃO NOMINAL: 127v - 220v - GRUPO B
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL NORMAL CONVENCIONAL
Fase: TRIFÁSICO Cód. Fiscal de Operação: FS (1.7.21.0)

Descrição de Consumo

Equipamento	00656831	Consumo Med/Fat	590/590	CPF: 19653833967
Leit. Atual (kWh)	63102	Numero de Dias Faturado	29	
Leit. Anter (kWh)	62612	Consumo Medio Diario	20,34	
		Constante	1,00	
		Origem da Leitura	LIDA	
		Fator de Potencia		

Dados Importantes

Leit. Anterior	**03/2013	Conjunte Aneel: QUATRO MARCOS		
Leit. Atual	04/04/2013	FEV13	DIC	FIC
Emissao	08/04/2013	Limite Mensal	6,87	3,99
Apresentacao	08/04/2013	Limite Trim.	13,74	7,98
Prox. Leitura	08/05/2013	Limite Anual	27,48	16,96
		Apurado	0,38	1,00
		EUSD-Enc Use Sist Dist (R\$)	111,32	

Detalhamento do Produto Faturamento

Valores Faturados	Qtde-Faturada	Tarifa	Valor(R\$)
Consumo TE	590	0,146929	86,68
Consumo TUSD	590	0,196006	116,05
VALOR DO ICMS			79,68
VALOR DO COFINS			10,79
VALOR DO PIS			2,87
Total - (1)			294,77

Outros Lançamentos, Cobranças e Serv. Autoriz.

CIP-CONTRIB DE ILUM PUB	11,31
CORRECAO MONETARIA POR ATRASO Ref. 03/2013	0,18
CNV-APAE MIRASSOL DO OESTE	1,00
JUROS CONTA ANTERIOR Ref. 03/2013	0,89
MULTA CONTA ANTERIOR Ref. 03/2013	5,36
Total - (2)	18,73

Composicao dos Preços em (R\$) (Artigo 31 Resolucao 166/2006)

ENERGIA	DISTRIBUICAO	TRIBUTOS	TRANSMISSAO	ENC. SETORIAIS	SOMA DEMONSTRATIVO
88,10	88,88	83,04	1,78	12,02	294,77

Mensagem

Em atendimento a Lei 12.007/2009, declaramos quitados os debitos de consumo de energia elétrica do ano de 2012, exceto os valores nao faturados em razao de irregularidades constatadas posteriormente, debitos parcelados ou em discussao administrativa ou judicial. Esta declaracao substitui comprovantes de quitacao de debitos de consumo de energia elétrica de 2009, 2010, 2011 e 2012, nos termos desta declaracao.
- Reajuste tarifario em media de 0,96%, conforme Resolucao Aneel 1606/2013, vigente a partir de 08/04/2013.

Incidirao sobre a conta paga apos o vencimento multa de 2%, juros de mora de 0,0333% ao dia (conf. Lei 10.438/02) e atualizacao monetaria com base no IGP-M a serem incluidos na proxima conta.	Consumo (kWh)	Data de Vencimento	Valor Total a Pagar (R\$)
	590	22/04/2013	313,50

INFORMACAO DE TRIBUTOS			
TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	ALIQUOTA	VALOR DO IMPOSTO (R\$)
ICMS	294,77	27%	79,68
PIS	294,77	0,908300%	2,87
COFINS	294,77	3,660000%	10,79

Reservado ao Fisco

Periodo Fiscal: 11/04/2013

B412.EDE4.005B.E2D9.83B2.3FD5.D3C3.1A8A

FS (1.7.21.0)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 960.826

NOME RENILVA ROSA PENA
FILIAÇÃO José de ...
Olázia ...

Araguari-MG, 28-abr-1953
NATURALIDADE ...
CARTÃO DO NASCIMENTO 978

CHEFE DA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

(CEDULA DE IDENTIDADE)

Comunicado nº 62

POLEGAR DIREITO

RENILVA ROSA PENA

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

C/C

NASCIMENTO 28.04.53

INSCRIÇÃO NO CPF 370.667.131-20

CONTRIBUINTE

RENILVA ROSA PENA

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

RENILVA ROSA PENA



Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Série B-U
000 486 234 Nº da Conta Unidade Consumidora (UC)

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A.
Rua Manoel dos Santos Coimbra, 184 | Cuiabá MT
CNPJ 03.467.321/0001-99 | Inscrição Estadual 13.020.425-0
FAT-07-20131104006130-27

4414519

03/2013

Dados Cadastrais

RENILVA ROSA PENA
RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, 611 - 0521003800000
CENTRO-76280000-MIRASSOL DOESTE-MT
Loc/Etapa/Liv/Seq:0062,10.003839,313 - Equipamento: 1404163 - TENSÃO NOMINAL: 127 v - 220v - GRUPO B
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL BAIXA RENDA BPC
Fase: BIFÁSICO Cod. Fiscal de Operação: PS (1.7.20.0)

Descrição de Consumo

Equipamento	1404163	Consumo Med/Fat	276/276	CPF: 37046713120
Leit. Atual (kWh)	16242	Numero de Dias Faturada	29	
Leit. Anter (kWh)	14967	Consumo Medio Diario	9,48	
		Constante	1,00	
		Origem da Leitura	LIDA	
		Fator de Potencia		

Datas Importantes

Leit. Anterior	14/02/2013	Indicadores de Continuidade		
Leit. Atual	15/03/2013	Conjunto Anel: QUATRO MARCOS		
Emissao	15/03/2013	JAN/13 DIC FIC DMIC		
Apresentacao	15/03/2013	Limite Mensal 6,87 3,99 3,97		
Prox. Leitura	15/04/2013	Limite Trim. 10,74 7,98		
		Limite Anual 27,48 16,96		
		Apurado 0,00 0,00 0,00		
		EUSD-Enc Use Sist Diet (R\$): 49,36		

Distribuição do Produto/Faturamento

Valores Faturados	Qtde-Faturada	Tarifa	Valor(R\$)
DESCRICO			
CONSUMO	30	0,116310	3,48
CONSUMO	60	0,199380	9,96
CONSUMO	20	0,199380	3,98
CONSUMO	40	0,299080	11,96
CONSUMO	80	0,299080	23,92
CONSUMO	66	0,332310	18,27
VALOR DO ICMS			26,67
VALOR DO COFINS			4,32
VALOR DO PIS			0,94
Total - (1)			102,40

Outros Encargamentos, Cobranças e Serv. Autoriz.

CIP-CONTRIB DE ILUM PUB	7,46
EMISSAO SEGUNDA VIA Ref. 02/2013	1,99
Total - (2)	9,44

Composição dos Preços em (R\$) (Artigo 31 Resolução 166/2006)

ENERGIA DISTRIBUICAO	TRIBUTOS	TRANSMISSAO	ENC. SETORIAIS	SOMA DEMONSTRATIVO
35,32	32,07	30,83	0,84	3,64
				102,40

Mensagens

BENEF. TAR. SOCIAL RES 414/02 R\$ 30,44
- A tarificação está no ar, se não tratar, pode malhar.

111,84R C001

CEMAT

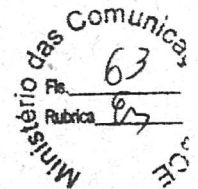
Consumo (kWh)	Data de Vencimento	Valor total a pagar (R\$)
275	08/04/2013	111,84

INFORMACAO DE TRIBUTOS			
TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	ALIQUOTA	VALOR DO IMPOSTO (R\$)
ICMS	102,40	26%	26,67
PIS	102,40	0,910000%	0,94
COFINS	102,40	4,230000%	4,32

Reservado ao Fisco

Periodo Fiscal: 15/03/2013

5693.ED6B.8011.598D.0279.F44R.D28R F0FF



Arquivo das Comunicações
Fis. 64
Rúbrica





Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 303.718.211-34

Nome da Pessoa Física: DANIEL JOSE DA SILVA

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **10:27:15** do dia **25/04/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **3B4B.9A28.D031.CE44**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.



CENTRAIS ELÉTRICAS LTDA - MICROEMPRESA S.A.
Rua Manoel dos Santos C. 100 - 13.020-425-0
CNPJ 03.467.321/0001-99 | INSC. EST. 13.020.425-0
PAT-07-00101110100770-6

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Série B-U

501.312.436

4405668

04/2013

Ministério das Comunicações
Fls. 66
Rubrica 03

SINDICATO TRAB RURAIS MDO

RUA GERMANO GREVE, 703 - 082051007000

CENTRO-7030000-MIRASSOL DOESTE-MT

Lei/Emp/Liv/Seq:0002.07.00307.103 - Equipamento: 0000000705 - TENSÃO NOMINAL: 127v - 220v - GRUPO B

Classe/Subclasse: COMERCIAL - SERVIÇOS, OUTRAS ATIVIDADES/IDENTIDA

CONVENÇIONAL

Fase: BIFÁSICO

Cod. Fiscal de Operação:

P0 (17.31.0)

Equipamento	0000000705	Consumo Med/At	100/100
Leit. Anul (kWh)	5101	Numero de Dias Faturado	29
Leit. Anter (kWh)	5133	Consumo Medio Diario	6,21
		Constante	10,00
		Origem da Leitura	LDA
		Fator de Potencia	
Leit. Anterior	12/02/2013	Conjunto Anel: QUATRO MARCOS	
Leit. Atual	10/04/2013	FEV13 DIC FIC DMS	
Emprego	10/04/2013	Limite Mensal	6,07 3,00 3,07
Apresentacao	10/04/2013	Limite Trim.	12,74 7,00
Pres. Leitura	10/04/2013	Limite Anual	27,40 15,00
		Ajurado	0,00 0,00 0,00
		EUSD-Ene Use Sist Dist (R\$): 30,35	
		Media 3 ultimos meses (kWh): 103	

Valores Faturados	Qtd-Faturada	Tarifa	Valor(R\$)
CONSUMO TE	100	0,166666	27,00
CONSUMO TUSD	100	0,304244	30,70
VALOR DO ICMS			25,64
VALOR DO COFINS			3,47
VALOR DO PIS			0,00
Total - (1)			86,82

Outros Lançamentos, Cobranças e Serv. Autoriz.

CP-CONTRIB DE ILUM PUB

11,31

Total - (2)

11,31

Composicao dos Preços em (R\$) (Artigo 31 Resolucao 100/2005)

ENERGIA DISTRIBUICAO	TRIBUTOS	TRANSMISSAO	ENC. SET. ORNIS	SOMA DEMONSTRATIVO
51,71	29,69	29,67	0,00	111,07

Mensagem

Em atendimento a Lei 12.007/2008, declaramos quitados os débitos de consumo de energia elétrica de ano de 2012, exceto os valores não faturados em razão de irregularidades constatadas posteriormente, débitos parcelados ou em discussão administrativa ou judicial. Esta declaração substitui comprovantes de quitação de débitos de consumo de energia elétrica de 2008, 2010, 2011 e 2012, nos termos desta declaração.
- Reajuste tarifário em média de 0,80%, conforme Resolucao Anel 1006/2013, vigente a partir de 08/04/2013.

Indicar se sobre a conta paga após o vencimento multa de 2% (duas por cento) de 0,00333% ao dia (cent. Lei 10.408/02) e encargos monetários passivos de 100% a serem indicados na próxima conta

180

23/04/2013

105,93

INFORMACAO DE TRIBUTOS			
TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA	VALOR DO IMPOSTO (R\$)
ICMS	84,82	27%	22,90
PIS	84,82	0,650000%	0,55
COFINS	84,82	3,000000%	2,54

Reservado ao Fisco

Período Fiscal: 12/04/2013

1ED1.20C7.94AB.B3B9.618F.1BAF.3499.80D6

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 1891962-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 30/06/2004

NOME RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BARBOSA

ROBERIO GONZAGA BARBOSA

CLAUDEMIRA DE ALMEIDA BARBOSA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
MIRASSOL D'OESTE-MT 15/04/1987

C.NASC. LIV. A9 FLS. 57
TERM 10322 MIRASSOL D'OESTE-MT

* * * * *

Cosmos

024

SP/533P

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MULLER DE PAIVA

Rubrica

Rafaela Ap. Almeida Barbosa

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

017.584.821-17

RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BARBOSA

15/04/1987

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

BANCO DO BRASIL

Rua Benito dos Santos Coimbra, 134 - Cuiabá - MT
 CEP: 13.020-425-0 (Inscrição Estadual: 13.020.425-0)
 FANT: 07.20131104604520-16

Fls. 08
 Rubrica 60

03/2013

MAURILIO RODRIGUES DE MATTOS
 RUA BENITO ALEXANDRE DOS SANTOS, 781 - 0621003433000
 CENTRO, 72200000-MIRASSOL DOESTE-MT
 Lote/Espal./Seq: 3002.10 003038 201 - Equipamento: 1618389 - TENSÃO NORMAL 127V-220V-240V
 Classe/Subclasse: RESIDENCIAL RESIDENCIAL NORMAL
 Fone: 3545000 Cod. Fiscal de Operação: 725

Equipamento	1618389	Consumo Med/Fat	725/725	CPF: 20760872193
Leit. Atual (389V)	29351	Numero de Dias Faturado	28	
Leit. Anter. (389V)	28626	Consumo Medio Diario	25.00	
		Constante	1.00	
		Origem da Leitura	LIDA	
		Fator de Potencia		
Índices importantes				
Leit. Anterior	14/02/2013	Conjunto Anel: QUATRO MARCOS		
Leit. Atual	16/03/2013	JAN/13 DIC FIC DMIC		
Emissão	16/03/2013	Limite Mensal	6.87 3.89 3.87	
Apresentação	16/03/2013	Limite Trim.	12.74 7.36	
Prox. Leitura	16/04/2013	Limite Anual	27.46 16.96	
		Apurado	0.00 0.00	
		EUSC-Em. dea Sist. (R\$)	286.27	

Valores Faturados	Descrição	Valor (R\$)
CONSUMO	725	247.86
VALOR DO ICMS		99.81
VALOR DO COFINS		16.42
VALOR DO PIS		3.36
Total - (1)		365.23

Outros Lançamentos, Cobranças e Serv. Autoriz.
 CIP-CONTRIB DE ILUM PUB 14.91
 Total - (2) 14.91

Composição dos Preços em (R\$) (Artigo 31 Resolução 198/2005)				
ENERGIA	DISTRIBUIÇÃO	TRIBUTOS	TRANSMISSÃO	ENC. SERV. OUTROS
118.08	112.07	117.38	1.12	14.91
				263.56

Mensagens
 FATURA DO MES 02-2013 ARRECADADA POR DEBITO AUTOMATICO
 - A tuberculose esta no ar, se nao tratar, pode matar

Inclui-se sobre a conta paga após o vencimento multa de 2% (juros de mora de 0,00333% ao dia (conf. Lei 10.438/02) e atualização monetária com base no IGP-M a serem incluídos na próxima conta)	Consumo (kWh)	Data de Vencimento	Valor total a pagar (R\$)
	725	28/03/2013	380,14

INFORMAÇÃO DE TRIBUTOS			
TRIBUTOS	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR DO IMPOSTO (R\$)
ICMS	365.23	27%	98.81
PIS	365.23	0.916000%	3.36
COFINS	365.23	4.230000%	15.42

Reservado ao Fisco Período Fiscal: 19/03/2013
 6D0C.5235.9E59.AD79.6D6B.93E9.B711.EBD2

Cemat
 RODEMONTA

Fls. 17.20.01
 Comprovante de Autenticação
 Autenticação no verso
 29351-725-038-08:09:07
 Conta do Mês: 03/2013 Data de Vencimento: 28/03/2013

Código de Autenticação	Unidade Consumidora	Valor Total a Pagar
07-20131104604520-16	4413350	R\$ 380,14

NAO RECEBER - DEBITO AUTOMATICO - BANCO - 001 - AGENCIA - 1320
 CASO NAO OCORRA O DEBITO, UTILIZE O CODIGO ABAIXO PARA PAGAMENTO
 836000000031 801400140001 001070201312 104604520163

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO FEDERAL 1785693-0 DATA DE EXPEDIÇÃO 22/09/2003

NOME CLEITSON APARECIDO GONCALVES

FILIAÇÃO NIVALDO RODRIGUES GONCALVES
ADALINA GREGORIO MARIANO GONCALVES

NATURALIDADE MIRASSOL D'OESTE-MT DATA DE NASCIMENTO 03/01/1977

DOC ORIGEM C.CASM. LIV. B12 FLS.84
TERM. 3184 MIRASSOL D'OESTE-MT

CPF 11111111111

ASSINATURA DO TITULAR *Cleiton* 024

LEI Nº 11.676 DE 29/08/2003

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AFONSO MENDES

Fls. 69

Assinatura do titular *Cleiton*

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

C/C

DE INSCRIÇÃO 598961131-15

NOME COMPLETO CLEITSON APARECIDO GONÇALVES

AG 234-8 NASCIMENTO 03-01-77

ASSINATURA 514.036-2

Cleiton Aparecido Gonçalves

VALIDEZ SOMENTE COM A APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE

VALIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO É O DOCUMENTO COMPROVATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF. DE USO OBRIGATÓRIO NOS CASOS LEGALMENTE DETERMINADOS. PARA QUALQUER ORIENTAÇÃO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA, PROCURE A UNIDADE LOCAL DO DEPARTAMENTO DA RECEITA FEDERAL.

CARIMBO DO AGENTE EMISSOR

0130109-8

29-07-91

NOME, MATRÍCULA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO

APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO DRE

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A.
Rua Manoel dos Santos Coimbra, 184 | Cuiabá MT
CNPJ 03.467.321/0001-99 | Inscrição Estadual 13.020.425-0
FAT. 2012987590831-67
Atividade Social de Energia Elétrica - TSEE (criada pela Lei
10.438, de 26 de abril de 2002).

Nota Fiscal de Energia Elétrica Série B.U
000.663.961 No. da Unidade Consumidora (UC)

9663436

Contador

06/2012

Ministério das Comunicações
70
Rubrica
SCE

ADRIANA CRISTINA BARBOSA DA SILVA

RUA DOM AQUINO - COD VIZ 06213132850

ALTO BOA VISTA-76280000-MIRASSOL DOESTE-MT

Local/Etapa/Liv:0062,14,003946 - Equipamento 1468966 - TENSÃO NOMINAL 127v - v - GRUPO B

Classificação: 01 - RESIDENCIAL - BAIXA RENDA - MONOFÁSICO

Cod. Fiscal de Operação:

F5 (17.2.1)

Detalhamento de Consumo			CNPJ / CNPJ	
Equipamento	1468966	Consumo Med/Fat	194/194	CPP: 72086416191
Leit. Atual (kWh)	4735	Numero de Dias Faturado	30	
Leit. Anter (kWh)	4601	Consumo Medio Diario	6,47	Historico de Consumo (kWh)
		Constante	1,00	JUN/12 164 NOV/11 206
		Origem da Leitura	LIDA	MAR/12 206 OUT/11 233
		Fator de Potencia		ABR/12 236 SET/11 226
Dados Importantes			Indicadores de Continuidade	
Leit. Anterior	23/05/2012	Conjunto Anel: QUATRO MARCOS		MAR/12 206 AGO/11 187
Leit. Atual	22/06/2012	ABR/12 DIC FIC DMIC		FEV/12 160 JUL/11 186
Emissao	22/06/2012	Limite Mensal 6,47 3,99 3,97		JAN/12 229 JUN/11 222
Apresentacao	22/06/2012	Limite Trimo 16,44 7,98		DEZ/11 206
Prox. Leitura	24/07/2012	Limite Anual 27,46 11,96		
		Apurado 2,45 4,00 1,30		Media: 210
		EUSD Enc Use Sist Dist (R\$): 37,71		

Discriminação do Produto Faturamento

Valores Faturados	Qtde-Faturada	Tarifa	Valor(R\$)
Consumo	30	0,128370	3,86
Consumo	50	0,220120	11,00
Consumo	20	0,220120	4,40
Consumo	40	0,330150	13,20
Consumo	64	0,330150	17,82
VALOR DO ICMS			10,97
VALOR DO COFINS			2,83
VALOR DO PIS			0,61
Total - (1)			64,66

Outros Lançamentos, Cobranças e Serv. Autoriz.

CIP-CONTRIB DE ILUM PUB

CORRECAO MONETARIA POR ATRASO Ref. 04/2012

MULTA CONTA ANTERIOR Ref. 04/2012

JUROS CONTA ANTERIOR Ref. 04/2012

CRED VIOL META CONT

Total - (2)

4,21

0,90

1,75

1,11

-0,01

7,96

Composicao dos Preços em (R\$) (Artigo 31 Resolucao 166/2006)

ENERGIA	DISTRIBUICAO	TRIBUTOS	TRANSMISSAO	ENC. SETORIAIS	SOMA DEMONSTRATIVO
25,41	18,69	14,41	1,33	4,84	64,66

Mensagens

BENEF. TAR. SOCIAL RES 465/02 R\$ 30,13 E ISENTO REC. TAR. EXTP 391/01

- As aves simples ajudam manter a Dengue longe da sua casa, do seu

burro e até da sua cidade. Faça sua parte, não deixe água acumulada.

DEBITOS: 06/2012 R\$ 70,03

- Vai construir? Muito cuidado com andaimes, escadas e barras metálicas.

Esses materiais não podem tocar na rede elétrica. Isso pode matar!

- MOTOCROSS - 6ª etapa brasileira em Sorriso, dias 30 de junho

e 01 de julho, no Autódromo Valdeir de Teles Pires

- Participe da audiência pública do CANCEL MT, dia 27/06/2012, 9h, no

auditório da Fecomercio Av. do CPA, em Cuiabá. Conhea seus direitos.

NOTIFICACAO DE SUSPENSAO DE FORNECIMENTO

Até a presente data não houve pagamento da(s) seguinte(s) fatura(s)

Referencia	Valor R\$	Vencimento	Referencia	Valor R\$	Vencimento
05/2012	70,03	04/06/2012			

Esta unidade consumidora está sujeita a suspensão de fornecimento de energia a partir de 13/07/2012, caso o pagamento não seja realizado. O encargamento da relação contratual ocorrerá 2 (dois) ciclos de faturamento após a suspensão de fornecimento, período no qual poderá ser cobrado o custo de disponibilidade.

Incidir sobre a conta paga após o vencimento multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e atualização monetária pelo IGP-M a serem incluídas na próxima conta	Consumo (kWh)	Data de Vencimento	Valor total a pagar R\$
	194	04/07/2012	72,54

INFORMACAO DE TRIBUTOS			
TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA	VALOR DO IMPOSTO (R\$)
ICMS	64,66	17%	10,97
PIS	64,66	0,643800%	0,61
COFINS	64,66	4,367100%	2,83

Reserva: 19,15

Periodo Fiscal: 20/06/2012

3100.F1D8.0.131.3406.4442.5909.9973.8A99



LAUDO DE ENSAIO

EQUIPAMENTO TRANSMISSOR DE FM-SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA
CANAL: 285 - FREQUÊNCIA: 104,9 MHZ
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO CULTURAL INFORMATIVO E
SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT
MIRASSOL D'OESTE - MATO GROSSO

Laudo de ensaio

9.4.1 - Interessado

a) Nome:

. Associação Comunitária Des. Cultural Inf. e Social de Mirassol D'Oeste-MT

b) Endereço Completo:

. Rua Maria dos Anjos Braga, nº 770-B - Centro
CEP: 78.280-000 Mirassol D'Oeste - Mato Grosso

c) Nome e local da emissora a que se destina o transmissor, se for o caso:

. Associação Comunitária Desenvolvimento Cultural Informativo e Social
de Mirassol D'Oeste-MT
Mirassol D'Oeste - Mato Grosso

d) Motivo:

. Para fins de renovação de outorga da emissora junto ao Ministério
das Comunicações.

e) Endereço completo onde foi realizado:

. Rua Maria dos Anjos Braga, nº 770B - Centro
CEP: 78.280-000 Mirassol D'Oeste - Mato Grosso
Coordenadas geográfica: Latitude: 15° 40' 25" S
Longitude: 58° 05' 57" W
Altitude: 250 m

f) Data em que foi realizado

. 27 de abril de 2013

9.4.3 - Fabricante

a) Nome:

. Montel Sistema de Comunicação Ltda

a) Endereço no caso de equipamento importado, também, o endereço de seu eventual representante no Brasil).

. Rua João de Paulai, nº 469 - Jardim Marabá
São Paulo - SP CEP: 15.700-000

9.4.4 - Função do transmissor

(principal ou reserva, quando o ensaio for realizado na estação transmissora)

. Principal

9.4.5 - Medições

9.4.5.1 - Frequência:

a) Nominal:

. 104.900.000 Hz

b) Medida em ambiente normal:

. 104.900.000 Hz

c) Variação máxima da frequência na unidade osciladora, após 60 minutos de estabilização em cada um dos extremos de temperatura (+10 C e +50 C). Quando não houver disponibilidade de câmara térmica no local das instalações da emissora, a variação máxima de frequência poderá ser a observada durante 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente.

. 0 Hz

9.4.5.2 – Resposta de audiofrequência, para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz, para 25, 50 e 100% modulação. Para estereofonia, as medidas deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente.

• Resposta de audiofrequência em transmissora monofônica - (dB) / (25 W)

FREQ./MODUL.	25 %	50 %	90 %
50 Hz	0,00	0,00	-0,01
100 Hz	-0,01	-0,01	-0,01
400 Hz	+0,01	+0,02	+0,02
1000 Hz	0,00	0,00	0,00
5000 Hz	0,00	0,00	0,00
7500 Hz	+0,05	+0,05	+0,07
10000 Hz	+0,06	+0,07	+0,09
15000 Hz	+0,08	+0,10	+0,15

• Resposta de audiofrequência em transmissão estereofônica – Canal Direito

FREQ./MODUL.	25%	50%	90%
50 Hz	0,00	0,00	-0,01
100 Hz	-0,01	-0,01	-0,02
400 Hz	+0,01	+0,02	+0,02
1000 Hz	0,00	0,00	0,00
5000 Hz	0,00	0,00	0,00
7500 Hz	+0,06	+0,06	+0,07
10000 Hz	+0,07	+0,08	+0,10
15000 Hz	+0,08	+0,12	+0,15

Samuel S. Julien
Eng. Telecomunicações
CREA-RJ-87-1-07514-9-D

Resposta de audiofrequência em transmissão estereofônica - Canal Esquerdo

FREQ/ MODUL.	25 %	50 %	90 %
50 Hz	0,00	0,00	-0,01
100 Hz	-0,01	-0,01	-0,02
400 Hz	+0,01	+0,02	+0,02
1000 Hz	0,00	0,00	0,00
5000 Hz	0,00	0,00	0,00
7500 Hz	+0,06	+0,06	+0,07
10000 Hz	+0,07	+0,08	+0,10
15000 Hz	+0,08	+0,12	+0,15

9.4.5.5 – Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação, em cada canal individualmente.

• **Distorção harmônica em transmissão monofônica (%)**

FREQ/MODUL.	25 %	50 %	90 %
50 Hz	0,35	0,42	0,43
100 Hz	0,37	0,45	0,44
400 Hz	0,38	0,45	0,46
1000 Hz	0,38	0,46	0,45
5000 Hz	0,40	0,44	0,48
7500 Hz	0,39	0,43	0,47
10000 Hz	0,36	0,42	0,45
15000 Hz	0,34	0,40	0,44

• **Distorção harmônica em transmissão estereofônica – Canal: Direito**

FREQ/MODUL.	25 %	50 %	90 %
50 Hz	0,35	0,43	0,45
100 Hz	0,36	0,45	0,46
400 Hz	0,37	0,46	0,47
1000 Hz	0,38	0,45	0,45
5000 Hz	0,40	0,43	0,44
7500 Hz	0,38	0,44	0,46
10000 Hz	0,37	0,42	0,43
15000 Hz	0,35	0,39	0,42

• **Distorção harmônica em transmissão estereofônica – Canal: Esquerdo**

FREQ/MODUL .	25 %	50 %	90 %
50 Hz	0,36	0,43	0,45
100 Hz	0,36	0,44	0,46
400 Hz	0,37	0,46	0,47
1000 Hz	0,38	0,45	0,48
5000 Hz	0,40	0,43	0,44
7500 Hz	0,39	0,44	0,47
10000 Hz	0,38	0,42	0,43
15000 Hz	0,35	0,39	0,42

9.4.5.4 - **Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz**

. Menor que - 55 dB

9.4.5.5 - **Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude;**

. Menor que 60 dB

9.4.5.6 - **Atenuação de harmônico e espúrios.**

. De 120 a 240 KHz 25 dBc
 De 240 a 600 KHz 35 dBc
 Maior que 600 Khz..... 60 dBc

9.4.5.7 - **Potência de saída (indicar o método empregado para sua determinação)**

. 25 W - método direto

9.4.6 - Informações específica para estereofonia

9.4.6.1 - **Gerador de estéreo:**

a) **Fabricante;**

. Montel Sistemas de Comunicação Ltda

b) **Modelo;**

9.4.6.2 - **Medições**

9.4.6.2.1 – **Frequência de subportadora piloto;**

a) **Medida;**

19.001 Hz

b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente

1 Hz

9.4.6.2.2 – Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto:

10 %

9.4.6.2.3 – Separação estereofônica de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz. (dB)

FREQUÊNCIA	MODULAÇÃO	CANAL DIREITO	CANAL ESQUERDO
50 Hz	90 %	43	44
100 Hz	90 %	46	47
400 Hz	90 %	48	48
1000 Hz	90 %	45	46
5000 Hz	90 %	47	47
7500 Hz	90 %	49	49
10000 Hz	90 %	50	50
15000 Hz	90 %	52	52

9.4.6.2.4 – Diafonia, para audiodfrequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos. (dB)

FREQUÊNCIA	MODULAÇÃO	ESQ. + DIR SOBRE - DIR	ESQ. - + DIR SOBRE DIR
50 Hz	90%	54	54
100 Hz	90%	53	53
400 Hz	90%	49	49
1000 Hz	90%	52	52
5000 Hz	90%	50	50
7500 Hz	90%	46	47
10000 Hz	90%	48	48
15000 Hz	90%	49	49

9.4.7 - Informações específica para canais secundários

a) Fabricante;

b) Modelo;

9.4.7.2 - Medições:

9.4.7.2.1 - Frequências centrais das subportadoras e estabilidade em 60 minutos.

. 19000 Hz / ± 1 Hz

9.4.7.2.2 - Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras dos canais secundários.

. Melhor que 5 %

9.4.8 - Observações visuais no transmissor

9.4.8.1 - Placa de identificações:

Transcrição dos dizeres constantes da placa.

- . Fabricante: Montel Sistemas de Comunicação Ltda
- . Modelo: MTFM 98
- . Potência de operação: 25 W
- . Frequência de oper.: 104,9 MHz
- . Cód. de homologação: 046100XXX0312

9.4.8.2 - Medidores do estágio final de RF. Verificar a existência e indicar a escala dos seguintes medidores:

a) De corrente contínua de placa ou coletor;

. 2 A - Escala: 0 a 10 A

b) De tensão contínua de placa ou coletor;

. 20 V - Escala: 0 a 50 V

c) De potência de saída (incidente e refletida).

. Escala: 0 a 50 W

9.4.8.3 - Existência de tomadas de amostras de RF, para:

a) Modulação;

. Existente em (%)

b) Frequência.

. Existente

9.4.8.4 - Existência de dispositivos de segurança do pessoal:

- a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária);

. Existente - dispositivo ligado ao sistema de terra

- b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas a terra;

. Existente

- c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas;

. Existente

- d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts, com todas as portas e tampas fechadas.

. Existente

9.4.8.5 – Existência de dispositivos de proteção do transmissor:

- a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão;

. Existente – proteção feita através de interlock

- b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso sistema forçado.

. Existente

Samuel S. Julien
Engº Telecomunicações
CREA-RJ-87-1-07514-0-0

9.4.9 - Declarações

9.4.9.1- Declaração do Profissional Habilitado:

"Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de 07 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica de que faço uso".

Cuiabá-MT, 06 de maio de 2013

Samuel S. Julien
Engº Telecomunicações
CREA-RJ-87-1-07514-9-D

Nome do engenheiro: Samuel Shockness Julien
Nº do Registro do CREA: RJ-87-1-07514-9/D
Registro Nacional: 200285639-7

9.4.9.2 - Parecer Conclusivo

" Para os fins previstos na Norma Técnica para emissora de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada N-07/80, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia a todas as normas vigentes a ele aplicáveis".

Cuiabá-MT, 06 de maio de 2013

Samuel S. Julien
Engº Telecomunicações
CREA-RJ-87-1-07514-9-D

Nome do engenheiro: Samuel Shockness Julien
Nº do Registro no CREA: RJ-87-1-07514-9/D
Registro Nacional: 200285639-7

9.4.9.3 - Declaração do interessado:

Em anexo

9.4.9.4 – Os demais equipamentos conterão em seus laudos de ensaio, dentre outras julgadas necessárias, informações que incluam todas as medidas feitas, relativas aos requisitos mínimos exigidos para esses equipamentos, bem como parecer conclusivo;

9.4.9.5 – Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Em anexo

9.4.10 - Instrumento de medição:

- Multímetro analógico
 - . fabricante: Motorádio
 - . modelo: HIOKI – 3007
 - . série: 073823
 - . precisão: 0,5 %
- Frequencímetro digital
 - . fabricante: Linear
 - . modelo: FL 1000
 - . série: BF 478
- Gerador de áudio
 - . fabricante: MINIPA
 - . modelo: MG 201
 - . precisão: 2 %
- Medidor de distorção
 - . fabricante: LEADER
 - . modelo: 170
 - . precisão: 0,5%
- Osciloscópio
 - . fabricante: GOCOSMAN
 - . modelo: GS9060D
 - . série: 981173
- Termômetro
 - . fabricante: MINIPA
 - . modelo: MT-510
 - . precisão: 0,1%



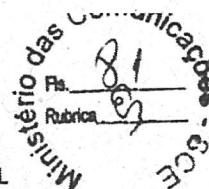
Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de Dezembro de 1977

CREA-MT

**ART de
EXECUÇÃO**

1634977

Motivo: NORMAL



Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do MT

ART Individual/Principal

1. Responsável Técnico

SAMUEL SHOCKNESS JULIEN

Título Profissional: * Engenheiro de Telecomunicações

RNP: 2002856397

Registro: RJ71075149

Empresa: NENHUMA EMPRESA

Registro: 0

2. Dados do Contrato

Contratante: ASSOCIAÇÃO COM.D.ART.C.I.E SOC.DE MIR.DO OESTE

CPF/CNPJ: 02839951/0001-84

Endereço: RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, B

Nº 770

Cidade: MIRASSOL D'OESTE

Bairro: CENTRO

UF: MT

CEP: 78280000

Tipo de Contratante: PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO

Valor: 1.500,00

Honorários: 1.500,00

3. Dados da Obra/Serviço

Proprietário: ASSOCIAÇÃO COM.D.ART.C.I.E SOC.DE MIR.DO OESTE

CPF/CNPJ: 02.839.951/0001-84

Endereço: RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, B

Nº 770

Cidade: MIRASSOL D'OESTE

Bairro: CENTRO

UF: MT

CEP: 78280000

Data de Início: 08/05/2013 Previsão de término: 31/05/2013

Custo da Obra: 8000,00

Dimensão: 25,00

4. Atividade Técnica

1 Laudo Técnico

Equipamento de Comunicação/Telecomunicação

1,00

W

5. Observações

Para inclusão da ART no Acervo Técnico, é necessário que seja entregue no CREA-MT uma via original assinada da mesma.

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro a aplicabilidade das regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de classe

ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS ENGENHEIROS ELETRICISTAS - AMEE

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

VIIABA-MT, 07 de MAIO de 2013

Local

Data

Samuel S. Julien

Engº Telecomunicações

CREA RJ-1-07514-9-D

SAMUEL SHOCKNESS JULIEN

ASSOCIAÇÃO COM.D.ART.C.I.E SOC.DE MIR.DO OESTE

9. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do CREA.
- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-mt.org.br
- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.crea-mt.org.br atendimento@crea-mt.org.br

tel: (65) 3315-3000 fax: (65) 3315-3000



CREA-MT
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
do Estado de Mato Grosso

Valor ART R\$60,00

Paga em 07/05/2013

Valor pago: R\$60,00

Nosso Número: 24/181000001634977-6

CAIXA



CREA-MT

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DE MATO GROSSO

Comunicações - GCE
89

Recibo do Sacado

Cedente: CREA MT
Ag/Cód. Cedente: 1695/241810-0
Data do Documento: 07/05/2013
Nosso Número: 24/181000001634977-8
Nº do Documento: 1634977
Espécie Doc.: DM
Carteira:
Aceite: NÃO
Espécie: R\$

Sacado: SAMUEL SHOCKNESS JULIEN
CPF/CNPJ: 115.958.332-34
Endereço: AVENIDA MIGUEL SUTIL, 500
Cidade: CUIABA - MT
CEP: 78015100

INSTRUÇÕES:

Texto de Responsabilidade do Cedente
PREFERENCIALMENTE NAS CASAS LOTÉRICAS E AGÊNCIAS DA CAIXA

NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO

ART nº 1634977

**CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO COM.D.ART.C.I.E SOC.DE MIR.DO OESTE CPF/CNPJ:
02839951/0001-84**

Vencimento	Valor do Título	Autenticação Mecânica - RECIBO DO SACADO
17/05/2013	60,00	



CAIXA ECONOMICA FEDERAL

QUINA: sorteios de segunda-feira a sábado, às

127 895634911-6

07/Mai/2013

HORA DE 08:39:22

LOT. 32, 07/506-7

TERM 024350

LOCALIDADE: PORTO VELHO

AG. VINCULADA: 2848

COMPROVANTE PAGAMENTO DE
BLOQUETO CAIXA

CÓDIGO DO CEDENTE: 241810

Nosso Número: 24181000001634977

DATA DE VENCIMENTO: 17/05/2013

VALOR DO PAGAMENTO: 60,00

1049241811

00181200019

001649778/ 1 5701000000000

127 895634911-6

VIA DO CLIENTE

as CAIXA

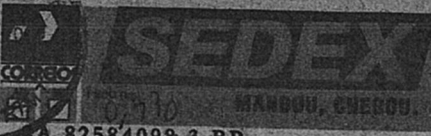
Loterias CAIXA

A

Loterias CAIXA

Loterias

Ministério das
Comunicações



DESTINATÁRIO:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO-R - 3º ANDAR - ANEXO
OESTE - SALA 300

CEP: 70.044-900 BRASÍLIA - DF

REMETENTE:

**ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL
INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT**

RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, Nº 770-B - CENTRO

MIRASSOL D'OESTE- MT CEP: 78.280-000



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 07 de agosto de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 07/08/2014, às 18:32, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0075706** e o código CRC **3B84FB9F**.



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: ANTONIO CARLOS SILVA LUZ

Inscrição: 010596171880

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
---------	----	-----------	------------------

PMDB	MT	MIRASSOL D'OESTE	01/09/2009
------	----	------------------	------------

Certidão emitida às 17:23:57 de 16/07/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **1079.V52E.QIDO.NZFT**



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: DAVI BARBOSA DA SILVA

Inscrição: 017635281848

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
1PMDB	MT	MIRASSOL D'OESTE	30/09/2003

Certidão emitida às 17:24:56 de 16/07/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:

<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação:
AQPV.CC6T.OQDT.AYYC



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ REGULARMENTE FILIADO.**

Nome do Eleitor: PAULO ROBERTO DE JESUS SANTOS

Inscrição: 019543701805

Dados da Ocorrências de Filiação Partidária

Partido	UF	Município	Data de Filiação
---------	----	-----------	------------------

PMDB	MT	MIRASSOL D'OESTE	05/10/2011
------	----	------------------	------------

Certidão emitida às 17:25:49 de 16/07/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço:
<http://www.tse.gov.br>, por meio do código de autenticação: **EAUJ./SGX.E3M5.SP/O**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 6959/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.028782/2013-31**

Processo de Outorga nº: 53690.001239/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mirassol D'Oeste/MT**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação do artigo 19, ao disposto no artigo 57 da Lei nº 10.406/2002, que institui o Código Civil e o Estatuto Social ainda deverá conter, conforme Norma nº 1/2011:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

e) conter a denominação, os fins e o tempo de duração da entidade e, ainda, quando houver, o fundo social;

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;

j) indicar as condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio, observadas as disposições contidas nos arts. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

a) estabeleçam os critérios para ingresso e **exclusão** dos associados;

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

f) especifiquem as fontes de recursos para manutenção da entidade;

g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;

Lei nº 10.406/2002

Art. 57. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto no **art. 11 da Lei 9612/98**, vez que **3 (três) dos 4 (quatro) diretores da entidade são filiados ao mesmo partido PMDB, conforme certidões do TSE (0078579)**, motivo pelo qual a entidade deverá se manifestar.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** o item apontado, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do artigo 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 03/09/2014, às 13:48, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 04/09/2014, às 08:57, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0078593** e o código CRC **CC2D2871**.



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 6833/2014/SEI-MC

São Paulo, 11 de agosto de 2014

Ao Senhor

ANTONIO CARLOS SILVA LUZ

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE

Rua Maria dos Anjos, 770-B - Centro

CEP: 78280-000 / Mirassol D'Oeste – MT

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.028782/2013-31.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 6959/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



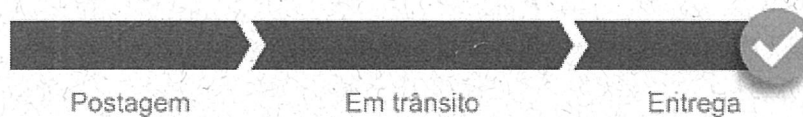
Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 03/09/2014, às 13:48, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0078844** e o código CRC **EF6EEEE3**.

JH 880 499 425 BR**Rastreamento**

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10, SEDEX 12 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
15/09/2014 16:25 MIRASSOL D OESTE / MT

15/09/2014
16:25
MIRASSOL D OESTE / MT

Objeto entregue ao destinatário

15/09/2014
09:13
MIRASSOL D OESTE / MT

Objeto saiu para entrega ao destinatário

08/09/2014
15:12
SAO PAULO / SP

Objeto postado

Ofício nº 6833/2014/SEI-MC

São Paulo, 11 de agosto de 2014

Ao Senhor

ANTONIO CARLOS SILVA LUZ

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO
CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE

Rua Maria dos Anjos, 770-B - Centro

CEP: 78280-000 / Mirassol D'Oeste - MT

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº
53000.028782/2013-31.

AR

TAIRE

AIRE

PAÍS / PAYS

TUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

EMS

SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Vone mauri

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

15/09/14

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Renato de Souza Martins
Mat. 8.422.376-0
AC Mirassol D'Oeste/MT

15 SET 2014

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



**AVISO DE
RECEBIMENTO**
AVIS CN07

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

JH 88049942 5 BR

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER 532 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA
FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680

CIDADE / LOCALITÉ

CEP: 05.311-800 - SÃO PAULO-SP

UF

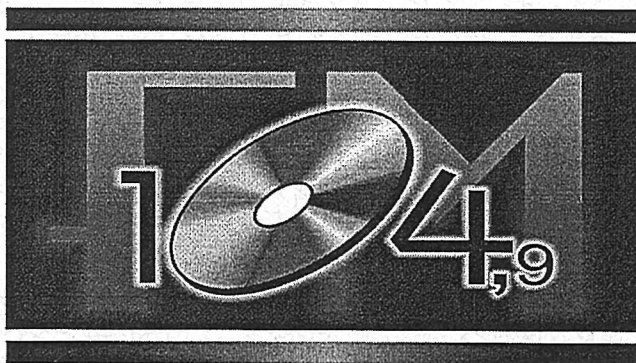
BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--

53800.021134/2014-81

10/10/14



RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE MAIO FM

MIRASSOL D' OESTE – MT

CPJ: 02.839.951/0001-84

FONE – (65) 241-2503 e CEL.: 9943-8170

RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA - 500 – CENTRO – CEP.: 78.280-000

12 Anos No Ar Ouvindo Você!

Mirassol D' Oeste, 03 de outubro de 2014

Of. nº 064/r14fm/14

AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM
SÃO PAULO – SP**

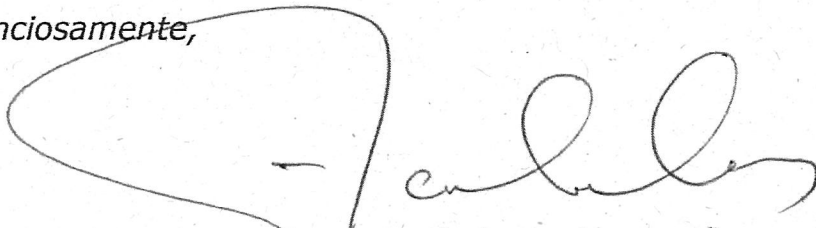
REF. PROCESSO NÚMERO – OF. Nº 6833/2014/SEI/MC

**ASSUNTO: NOTA TÉCNICA Nº 6959/2014/SEI/MC RELATIVA À
ANÁLISE DO 53000.028782/2013-31 DE RENOVAÇÃO DE
OUTORGA**

SENHOR DELEGADO REGIONAL;

Em atendimento ao Ofício número **6833/2014/SEI-MC**, datado do **dia 11 de agosto de 2014**, e recebido em **15 de setembro de 2014**, cumpro-me informar à V. Senhoria, que as pendências verificadas na Nota Técnica nº 6959/2014-MC, desta Delegacia Regional, em relação aos documentos desta Entidade relativas à análise do Processo de Renovação de Outorga nº 53000.028782/2013-31, foram sanadas conforme segue em anexos a documentação.

Atenciosamente,



Jorn. Antônio Carlos Luz

***Presidente da Associação Comunitária de Desenvolvimento
Artístico, Cultural, Informativo e Social de Mirassol
D´OesteMT***

**ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO
ARTÍSTICO, CULTURAL, INFORMTIVO E SOCIAL DE
MIRASSOL D'OESTE - MATO GROSSO. CNPJ:
02.839.951.0001-84.**



AOS VINTE DE SETE DIAS (27.09.14) DO MÊS DE SETEMBRO (09) DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE (2014), ÀS 10H30, EM SUA SEDE SOCIAL, À RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, 500, CENTRO, MIRASSOL D'OESTE-MT, SE REUNIRAM EM ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA, OS MEMBROS DESTA ENTIDADE: **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ, DAVI BARBOSA DA SILVA, KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA, MARIA APARECIDA ROSA, DANIEL JOSÉ DA SILVA, RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BARBOSA, CLAITSON APARECIDO GONÇALVES E RENILVA ROSA PENA**, para deliberarem sobre os seguintes temas: a) Mudança no Estatuto Social da Entidade, conforme exigência relativa ao requerimento de renovação de outorga, conforme nota técnica nº 6959/2014/SEI-MC, Ofício nº 6833/2014/SEI-MC, de 11 de agosto de 2014; b) Desfiliação de membros em cargos de Diretoria da Entidade de partidos políticos, em conformidade com Art. 11 da Lei 9612/98. Aberta a Assembléia Extraordinariamente pelo senhor Antônio Carlos Silva Luz, Presidente da Associação, que verificou haver quorum legal para deliberar sobre os assuntos a serem decididos, este convidou a mim, Davi Barbosa da Silva, para secretariar a presente Assembléia Extraordinária, e assim o fiz. Com a palavra, o Presidente lamentou a ausência do Secretário da Entidade, Paulo Roberto Jesus dos Santos. Em seguida, colocou sob apreciação dos membros presentes as mudanças a serem feitas no Estatuto Social da Entidade, em atendimento as exigências contidas no Ofício nº 6833/2014/SEI-MC, de 11 de agosto de 2014, relativas ao Processo nº 53000.028782-2013-31, conforme Nota Técnica nº 6959/2014/SEI-MC. Por unanimidade, os membros presentes concordaram em alterar o Estatuto Social da Entidade, que passa agora a ter uma nova redação. Em relação a constatação de membros filiados a partidos políticos, contrariando o artigo 11 da Lei

DAB/MT. 1459-A.

9612/98, o Presidente da Entidade apresentou Certidão da Justiça Eleitoral que prova não está filiado a nenhuma agremiação partidária, o mesmo acontecendo com os membros da Diretoria, Davi Barbosa da Silva e Paulo Roberto Jesus dos Santos. Com a anuência de todos, o Presidente leu aos presentes a nova redação com as alterações feitas do Estatuto Social da Entidade:



**ATA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO
CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL
D' OESTE – ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE
MAIO DE MIRASSOL D' OESTE – ESTADO DE MATO
GROSSO**

CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO, SEDE E FORO

ARTIGO 1º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D' Oeste (Associação Rádio Comunitária de Mirassol D' Oeste -MT), tem como sede à Rua Maria dos Anjos Braga, 500, Centro, Mirassol D' Oeste e Foro Jurídico a Comarca de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º

A Associação tem como abrangência a sede do município de Mirassol D' Oeste e comunidades próximas. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de divulgação cultural, informativa, social e desportiva.

ARTIGO 3º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social tem por objetivo:

I – Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, operando em FM (Frequência Modula), na sintonia de Mhz, baixa potência, divulgando programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, noticiário de lazer, político, econômico, infantil, entre outros.

7
OAB/MT. 1459-A

II – Apoio Cultural para cobrir os encargos da Associação e sua necessária expansão, de acordo com o que dispõe o Artigo 3º do Decreto 52.795 de 31 de dezembro de 1.963, se dará nos limites e formas da legislação específica.

CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES E PRINCÍPIOS

ARTIGO 4º

Sua finalidade será no atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, contra a violência e em busca de paz;
- b) Oferecer mecanismo de formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se a defesa civil sempre que necessário;
- d) Permitir a capacitação no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

ARTIGO 5º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D´Oeste atenderá em sua programação os seguintes princípios:

- a) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- b) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidário e condições sociais nas relações comunitário;
- c) Desenvolver e apoiar programas de educação ambiental e outros.

PARÁGRAFO ÚNICO

Qualquer cidadão da comunidade beneficiada poderá emitir opinião sobre quaisquer assunto abordado na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações, denúncias ou reivindicações;



7. - OAB/MT. 1459-A

devendo observar este Estatuto e o momento adequado da programação para fazê-lo, através de pedido à direção.

CAPÍTULO III- DAS PRERROGATIVAS

ARTIGO 6º

Nas realizações de suas atividades, a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, poderá conveniar-se a qualquer entidade pública ou privada, desde que preservado os princípios deste Estatuto.



ARTIGO 7º

O Patrimônio e Receita da Associação serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

PARÁGRAFO ÚNICO

Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela Diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

ARTIGO 8º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, para desenvolver suas atividades, poderá contratar serviços necessários e nos limites de suas possibilidades financeiras.

CAPÍTULO IV- DOS ÓRGÃOS

ARTIGO 9º

A Associação é composta dos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral
- b) Diretoria Executiva
- c) Conselho Comunitário

ARTIGO 10º

A Assembléia Geral é o Órgão Supremo da Associação, sendo constituído por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos, podendo excluir associados do seu quadro, destituir membros da Diretoria e do Conselho, alterar o Estatuto, admitir novos sócios e demais decisões de âmbito geral da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste.

PARÁGRAFO I

A convocação da Assembléia Geral poderá ser feita pelo Presidente da Diretoria Executiva, pelo Conselho Comunitário ou por 1/3 (um terço) dos associados.



PARÁGRAFO II

O quorum mínimo de deliberação será de 50% (cinquenta por cento) mais um em primeira convocação; em segunda convocação 30 (trinta) minutos após a primeira, a qualquer número, e em terceira convocação 30 (trinta) minutos após a segunda convocação.

PARÁGRAFO III

As decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

PARÁGRAFO IV

As Assembléias Gerais podem ser:

- a) Ordinárias, de doze em doze meses, à partir da data de sua fundação
- b) Extraordinariamente a qualquer tempo de acordo com o disposto neste Capítulo.

ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 11º

A Diretoria Executiva é composta de um Presidente, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos com mandato de dois anos, podendo ser reeleito.

7. OAB/MT. 1459. A

ARTIGO 12º

As atividades do Presidente é coordenar as atividades da Diretoria Executiva, competindo-lhe representar a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele a executar medidas de proteção.

ARTIGO 13º

Compete ao Secretário substituir o Presidente no seus impedimentos, secretariar as assembléias gerais e as reuniões, guardar os livros e organizar os arquivos da Associação, atender ao expediente geral.



ARTIGO 14º

Compete ao Tesoureiro responder pela guarda dos valores e títulos da Associação, receber mensalidades dos associados, movimentar as contas da entidade juntamente com o Presidente, elaborar balancetes de prestação de contas, substituir o Secretário no seu impedimento.

ARTIGO 15º

O Conselho Comunitário terá função consultiva, fiscalizadora, competindo-lhe também, assessorar a Diretoria, interpretar o Estatuto e apreciar atos da Administração Geral.

ARTIGO 16º

O Conselho Comunitário será formado por 05 (cinco) membros indicados pelas suas respectivas entidades representativas.

DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 17º

As categorias dos Sócios são:

- a) Fundadores – são todas as pessoas que participaram da fundação, constituição do patrimônio e manutenção da Associação.

ARTIGO 18º

7 - DAB/MT. 1459.A

A admissão de novos sócios deverá ser submetida a decisão da Assembléia Geral, mediante apresentação por escrito da entidade associada.

ARTIGO 19º

Serão admitidos como associados, cujo ingresso será gratuito, às pessoas físicas, com residência ou sede neste Município, bem como as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, por intermédio de seus representantes legais, que tenham preenchido formulário próprio e admitidos em Assembléia Geral, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, a quem são conferidos o direito de escolha dos integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, direito de voz e votos nas deliberações sobre a vida social da entidade.



PARÁGRAFO I

É direito do associado se demitir do quadro social quando julgar necessário, protocolando junto a Diretoria seu pedido de demissão. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social:

- a) Grave violação do Estatuto;
- b) Difamar a associação, seus membros, associados ou objetos;
- c) - Promover atividades que contrariem decisões de Assembléias;
- d) Desvio de bons costumes;
- e) Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;
- f) Falta de contribuições associativas estipulada em assembléia.

PARÁGRAFO II

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, que deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão, nos termos do que prescreve o art. 57, do Código Civil.

7. OAB/MT. 1459-14.

PARÁGRAFO III

A receita da Associação será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.



ARTIGO 20º

Aos associados, pessoas físicas ou jurídica em dia com as suas obrigações estatutárias, serão assegurados os direitos de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos.

ARTIGO 21º

O associado que deixar de comparecer a 02 (duas) Assembleias Ordinárias, previamente convocadas, sem justificativa, estará automaticamente desligado do quadro de sócios.

ARTIGO 22º

Os membros da Diretoria Executiva da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste ou do Conselho Comunitário que não cumprirem com suas funções, serão submetidos a avaliações da Assembleia Geral.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

PARÁGRAFO ÚNICO

A Assembleia Geral para eleição, será convocada 30 (trinta) dias antes do vencimento do mandato vigente.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 23º

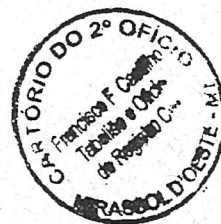
A dissolução da Rádio Comunitária FM, ocorrerá segundo decisão de assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembleia.

T. OAB/MT. 1459.A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



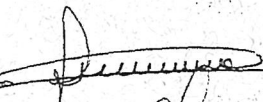
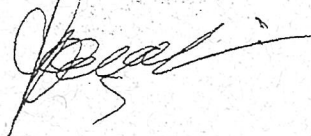
ARTIGO 24º

Este Estatuto poderá ser modificado somente pela Assembleia Geral.



ARTIGO 25º

O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia. Assim sendo eu DAVI BARBOSA DA SILVA, lavrei e assinei a Ata juntamente com os demais presentes.

Davi Barbosa da Silva 
Aureo Cab. Silva 
Ketullin Nayara Delmondes da Silva Damondes
Renilva Rosa Pena - Pena
Mariana Aparecida Rosa
Rafaela Ap. Almeida Barbosa.
Daniel Jos. da Silva 
Clitson Aparecido Gomes 
Erenio B. DABIT-1459-A

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Selo de Controle Digital

Código do Ato: 107

AMH55775 R\$54,2

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Consulte: www.tj.mt.gov.br/Selos



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Davi Barbosa da Silva Dou Fé. *****

AMO75997 R\$ 5,00
Mirass 02 de outubro de 2014

Dou fé. Em testemunho (2) da verdade.

MARIA SILVA SOUZA - escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Selo de Controle Digital
At. 5

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.023.237/0001-55
Escrevente Autorizada

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Ketullin Nayara Delmondes da Silva Dou Fé. *****

AMO76001 R\$ 5,00
Mirass 02 de outubro de 2014

Dou fé. Em testemunho (2) da verdade.

MARIA SILVA SOUZA - escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Selo de Controle Digital
At. 5

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.023.237/0001-55
Escrevente Autorizada

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 3918

Registro: R. 1141

Fls. nº 41 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT 02/10/2014

Maria Silva Souza
Francisco Florêncio de Castilho
Notário e Registrador

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Antonio Carlos Silva Luz Dou Fé. *****

AMO75990 R\$ 5,00
Mirass 02 de outubro de 2014

Dou fé. Em testemunho (2) da verdade.

MARIA SILVA SOUZA - escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Selo de Controle Digital
At. 5

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.023.237/0001-55
Escrevente Autorizada

**ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL
INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D' OESTE -
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE MAIO DE
MIRASSOL D' OESTE - ESTADO DE MATO GROSSO**

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO, SEDE E FORO

ARTIGO 1º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D' Oeste (Associação Rádio Comunitária de Mirassol D' Oeste -MT), tem como sede à Rua Maria dos Anjos Braga, 500, Centro, Mirassol D' Oeste e Foro Jurídico a Comarca de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso.



ARTIGO 2º

A Associação tem como abrangência a sede do município de Mirassol D' Oeste e comunidades próximas. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de divulgação cultural, informativa, social e desportiva.

ARTIGO 3º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social tem por objetivo:

I - Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, operando em FM (Frequência Modula), na sintonia de Mhz, baixa potência, divulgando programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, noticiário de lazer, político, econômico, infantil, entre outros.

II - Apoio Cultural para cobrir os encargos da Associação e sua necessária expansão, de acordo com o que dispõe o Artigo 3º do Decreto 52.795 de 31 de dezembro de 1.963, se dará nos limites e formas da legislação específica.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES E PRINCÍPIOS

ARTIGO 4º

Sua finalidade será no atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, contra a violência e em busca de paz;
- b) Oferecer mecanismo de formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se a defesa civil sempre que necessário;
- d) Permitir a capacitação no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.



ARTIGO 5º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste atenderá em sua programação os seguintes princípios:

- a) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- b) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidário e condições sociais nas relações comunitário;
- c) Desenvolver e apoiar programas de educação ambiental e outros.

PARÁGRAFO ÚNICO

Qualquer cidadão da comunidade beneficiada poderá emitir opinião sobre quaisquer assunto abordado na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações, denúncias ou reivindicações, devendo observar este Estatuto e o momento adequado da programação para fazê-lo, através de pedido à direção.

CAPÍTULO III- DAS PRERROGATIVAS

ARTIGO 6º

Nas realizações de suas atividades, a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo

e Social de Mirassol D'Oeste, poderá conveniar-se a qualquer entidade pública ou privada, desde que preservado os princípios deste Estatuto.



ARTIGO 7º

O Patrimônio e Receita da Associação serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

PARÁGRAFO ÚNICO

Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela Diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

ARTIGO 8º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, para desenvolver suas atividades, poderá contratar serviços necessários e nos limites de suas possibilidades financeiras.

CAPÍTULO IV- DOS ÓRGÃOS

ARTIGO 9º

A Associação é composta dos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral
- b) Diretoria Executiva
- c) Conselho Comunitário

ARTIGO 10º

A Assembléia Geral é o Órgão Supremo da Associação, sendo constituído por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos, podendo excluir associados do seu quadro, destituir membros da Diretoria e do Conselho, alterar o Estatuto, admitir novos sócios e demais decisões de âmbito

geral da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste.

PARÁGRAFO I

A convocação da Assembléia Geral poderá ser feita pelo Presidente da Diretoria Executiva, pelo Conselho Comunitário ou por 1/3 (um terço) dos associados.



PARÁGRAFO II

O quorum mínimo de deliberação será de 50% (cinquenta por cento) mais um em primeira convocação; em segunda convocação 30 (trinta) minutos após a primeira, a qualquer número, e em terceira convocação 30 (trinta) minutos após a segunda convocação.

PARÁGRAFO III

As decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

PARÁGRAFO IV

As Assembléias Gerais podem ser:

- a) Ordinárias, de doze em doze meses, à partir da data de sua fundação
- b) Extraordinariamente a qualquer tempo de acordo com o disposto neste Capítulo.

ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 11º

A Diretoria Executiva é composta de um Presidente, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos com mandato de dois anos, podendo ser reeleito.

ARTIGO 12º

As atividades do Presidente é coordenar as atividades da Diretoria Executiva, competindo-lhe representar a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele a executar medidas de proteção.

ARTIGO 13º

Compete ao Secretário substituir o Presidente no seus impedimentos, secretariar as assembléias gerais e as reuniões, guardar os livros e organizar os arquivos da Associação, atender ao expediente geral.



ARTIGO 14º

Compete ao Tesoureiro responder pela guarda dos valores e títulos da Associação, receber mensalidades dos associados, movimentar as contas da entidade juntamente com o Presidente, elaborar balancetes de prestação de contas, substituir o Secretário no seu impedimento.

ARTIGO 15º

O Conselho Comunitário terá função consultiva, fiscalizadora, competindo-lhe também, assessorar a Diretoria, interpretar o Estatuto e apreciar atos da Administração Geral.

ARTIGO 16º

O Conselho Comunitário será formado por 05 (cinco) membros indicados pelas suas respectivas entidades representativas.

DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 17º

As categorias dos Sócios são:

- a) Fundadores – são todas as pessoas que participaram da fundação, constituição do patrimônio e manutenção da Associação.

ARTIGO 18º

A admissão de novos sócios deverá ser submetida a decisão da Assembléia Geral, mediante apresentação por escrito da entidade associada.

ARTIGO 19º

Serão admitidos como associados, cujo ingresso será gratuito, às pessoas físicas, com residência ou sede neste

Município, bem como as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, por intermédio de seus representantes legais, que tenham preenchido formulário próprio e admitidos em Assembléia Geral, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, a quem são conferidos o direito de escolha dos integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, direito de voz e votos nas deliberações sobre a vida social da entidade.



PARÁGRAFO I

É direito do associado se demitir do quadro social quando julgar necessário, protocolando junto a Diretoria seu pedido de demissão. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social:

- a) Grave violação do Estatuto;
- b) Difamar a associação, seus membros, associados ou objetos;
- c) – Promover atividades que contrariem decisões de Assembléias;
- d) Desvio de bons costumes;
- e) Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;
- f) Falta de contribuições associativas estipulada em assembléia.

PARÁGRAFO II

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, que deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão, nos termos do que prescreve o art. 57, do Código Civil.

PARÁGRAFO III

A receita da Associação será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a

distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

ARTIGO 20º

Aos associados, pessoas físicas ou jurídica em dia com as suas obrigações estatutárias, serão assegurados os direitos de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos.

ARTIGO 21º

O associado que deixar de comparecer a 02 (duas) Assembléias Ordinárias, previamente convocadas, sem justificativa, estará automaticamente desligado do quadro de sócios.



ARTIGO 22º

Os membros da Diretoria Executiva da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste ou do Conselho Comunitário que não cumprirem com suas funções, serão submetidos a avaliações da Assembléia Geral.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

PARÁGRAFO ÚNICO

A Assembléia Geral para eleição, será convocada 30 (trinta) dias antes do vencimento do mandato vigente.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 23º

A dissolução da Rádio Comunitária FM, ocorrerá segundo decisão de assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ARTIGO 24º

Este Estatuto poderá ser modificado somente pela Assembléia Geral.

ARTIGO 25º

O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia.

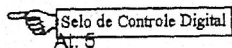


[Handwritten signature]
Antonio Carlos Silva Luz 43

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Antonio Carlos Silva Luz Dou Fé. *****

AM075995 R\$ 5,00
Mirass 02 de outubro de 2014



Dou fé. Em testemunho () da verdade.

MARIA SILVA SOUZA - escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

[Handwritten signature: Maria Silva Souza]

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.023.287/0001-85
Escrevente Autorizada

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Ato de Notas e Registro
Selo de Controle Digital

Código do Ato: 107

AMH55774 R\$54,2

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Consulte: www.tj.mt.gov.br/Selos



[Handwritten signature]



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: ANTONIO CARLOS SILVA LUZ

Inscrição: 010596171880

Certidão emitida às 17:49:15 de 18/09/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **NCM1.IP0F.TD5S.QFXP**



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: DAVI BARBOSA DA SILVA

Inscrição: 017635281848

Certidão emitida às 08:49:34 de 19/09/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **KKER.A2HB.6X/S.RSQW**



Justiça Eleitoral
Tribunal Superior Eleitoral
Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Sistema de Filiação Partidária e com o que dispõe a Res.-TSE nº 23.117/2009, o eleitor abaixo qualificado **NÃO ESTÁ FILIADO A PARTIDO POLÍTICO.**

Nome do Eleitor: PAULO ROBERTO DE JESUS SANTOS

Inscrição: 019543701805

Certidão emitida às 11:42:47 de 25/09/2014

Esta certidão de filiação partidária é expedida gratuitamente e os dados nela contidos refletem os registros oficiais de filiação, na forma da lei. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: **<http://www.tse.gov.br>**, por meio do código de autenticação: **J+DJ.DSIS.PDSE.5CLA**

AO

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES EM SÃO PAULO

RUA MERGENTHALER, 392, BLOCO 1, MEZANINO
(ECT), **VILA LEOPOLDINA-SP**

SÃO PAULO

CEP.: 05311-900



REMETENTE

RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE MAIO FM

MIRASSOL D'OESTE-MT



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

São Paulo, 10 de outubro de 2014.

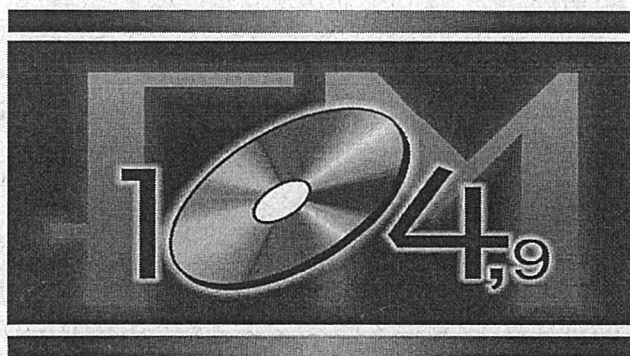


Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 10/10/2014, às 10:41, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0181823** e o código CRC **7FF9220E**.

53900.005256/2015-11



RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE MAIO FM

MIRASSOL D' OESTE – MT

CPJ: 02.839.951/0001-84

FONE – (65) 241-2503 e CEL.: 9943-8170

RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA - 500 - CENTRO - CEP.: 78.280-000
12 Anos No Ar Ouvindo Você!

Mirassol D' Oeste, 26 de Janeiro de 2015

Of. nº 014/r14fm/15

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

COORDENAÇÃO-GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

BRASÍLIA-DF

REF. PROCESSO NÚMERO – 5.3000.028.782/2013-31

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

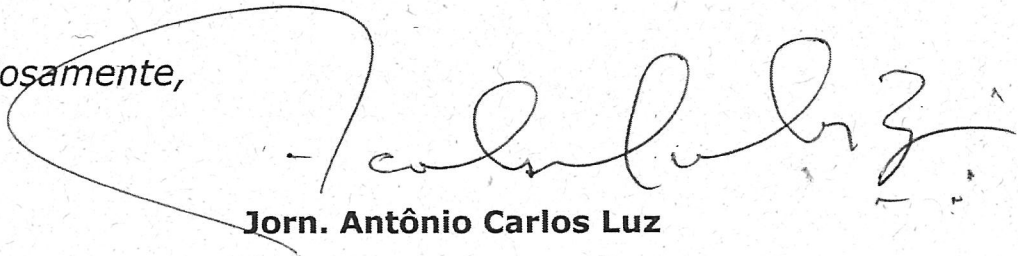
Em 30/01/15 às 15:00 horas

Assinatura: Pereira

SENHOR COORDENADOR;

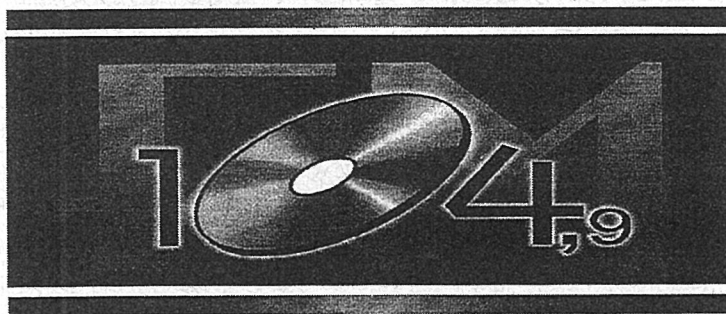
O presente é para encaminhar documentação da eleição da nova **Diretoria Executiva e Conselho Comunitário** para **Biênio 2014/2016** e de seus respectivos e atuais integrantes, acompanhado do novo Estatuto Social desta Entidade.

Atenciosamente,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Jorn. Antônio Carlos Luz', is written over a large, loopy, handwritten flourish that starts with a large 'J' and ends with a long horizontal stroke.

Jorn. Antônio Carlos Luz

*Presidente da Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico,
Cultural, Informativo e Social de Mirassol D'Oeste-MT*



MIRASSOL D' OESTE – MT

SITE: www.radio14demaiofm.com.br

12 Anos No Ar Ouvindo Você – **TÁ NA 14 FM, TÁ BOM DE MAIS!!!**

RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA - 500 – CENTRO – CEP.: 78.280-000

FONES – (65) 3241-2503 e Cel.: 9943 – 8170

E-mail – radio14demaiofm@hotmail.com

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO
ARTÍSTICO, CULTURAL, INFORMATIVO E SOCIAL DE
MIRASSOL D'OESTE – MATO GROSSO.**

CNPJ – 02.839.951.0001.84

AO PRIMEIRO DIA (01) DO MÊS DE NOVEMBRO (11) DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE (2014), ÀS 09H30, EM SUA SEDE SOCIAL, À RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, 500, CENTRO, MIRASSOL D'OESTE-MATO GROSSO, SE REUNIRAM EM **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, OS ASSOCIADOS DESTA ENTIDADE, CONFORME EDITAL DE CONVOCAÇÃO, AFIXADO NO MURAL DA SEDE DA ASSOCIAÇÃO NO DIA 28 DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE. PRESENTES A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA OS SEGUINTE MEMBROS ASSOCIADOS: **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ; DAVI BARBOSA DA SILVA; KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA; MARIA APARECIDA ROSA, DANIEL JOSÉ DA SILVA; RENILVA ROSA PENA; RAFAELA APARECIDA DE ALMEIDA BARBOSA**. ABERTA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, PELO SENHOR PRESIDENTE **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ**, QUE VERIFICOU HAVER QUORUM LEGAL, TENDO A PRESENÇA DE 07 (SETE) DOS 09 (NOVE) ASSOCIADOS PARA DELIBERAR SOBRE A **ORDEM DO DIA**, DE ACORDO COM O EDITAL DE CONVOCAÇÃO. ESTE CONVOCOU A MIM PARA SECRETARIAR A

M. J. Luz. OAB/MT 1482

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 180 - Centro

Protocolo: 0152

Registro: K-1/50

Fls. nº 50 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT 12/12/2014

Francisco Flôrencio da Costa
Francisco Flôrencio da Costa
Notário Público

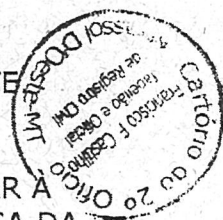
PRESENTE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, **DAVI BARBOSA DA SILVA** E ASSIM O FIZ. COM A PALAVRA, O SENHOR PRESIDENTE LAMENTOU PROFUNDAMENTE AS AUSÊNCIAS DOS MEMBROS **PAULO ROBERTO DE JESUS DOS SANTOS E CLAITSON APARECIDO GONÇALVES** DESTA ENTIDADE, QUE NO DECORRER DO MÊS DE OUTUBRO ÚLTIMO, DERAM ENTRADA COM PEDIDOS DE AFASTAMENTOS, AMBOS ALEGANDO PROBLEMAS DE ORDENS PARTICULARES E POR MUDANÇA DE CIDADE, RESPECTIVAMENTE APÓS FAZER UMA PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS NOS ÚLTIMOS DOIS (02) ANOS, O SENHOR PRESIDENTE APRESENTOU OS REQUERIMENTOS PARA INTEGRAR A ENTIDADE DE **LUZIA DA SILVA FERREIRA**, DA ENTIDADE CASA DA PRECE DO GRUPO DIVINO PAI ETERNO DE MIRASSOL D'OESTE, **LEVI SILVA DE MEDEIROS**, DA IGREJA AVIVADA DA RESTAURAÇÃO E **MARCOS RIBEIRO DE JESUS**, DA IGREJA ASSEMBLÉIA DE DEUS, OS QUAIS FORAM SUBMETIDOS A APRECIÇÃO DOS PRESENTES E VERIFICANDO ESTÁ DE CONFORMIDADE COM OS ARTIGOS 17º A 19º DO ESTATUTO SOCIAL DESTA ENTIDADE, FORAM APROVADOS POR UNANIMIDADE. ATO SEGUINTE, O SENHOR PRESIDENTE ESCLARECEU QUE A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA FOI CONVOCADA PELA DIRETORIA EXECUTIVA DENTRO DO PRAZO LEGAL, DE ACORDO COM O ESTATUTO, A FIM DE ELEGER A NOVA DIRETORIA DA ENTIDADE PARA O **BIÊNIO 2014/2016**, APRESENTAÇÃO DE CONTAS DO BIÊNIO 2012/2014, ASSIM COMO, ADMITIR EM SEU QUADRO NOVOS ASSOCIADOS. LOGO APÓS UM INTERVALO DE 30 MINUTOS, DE COMUM ACORDO, TODOS OS PRESENTES ELEGERAM OS SEGUINTE MEMBROS PARA COMPOR A **DIRETORIA PARA O BIÊNIO 2014/2016: PRESIDENTE**, O SENHOR **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ**, **VICE-PRESIDENTE**, **DAVI BARBOSA DA SILVA**, **TESOUREIRA**, **KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA** E **SECRETÁRIO**, **LEVI SILVA DE MEDEIROS**.

PARA O **CONSELHO COMUNITÁRIO** DESTA ENTIDADE FORAM ELEITOS OS SEGUINTE ASSOCIADOS: A SENHORA **RENILVA ROSA PENA**, **MARIA APARECIDA ROSA**, **DANIEL JOSÉ DA SILVA**, **RAFAELA APARECIDA DE ALMEIDA BARBOSA** E **MARCOS RIBEIRO DE JESUS**. NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, E COMO NINGUÉM QUIS USAR DA PALAVRA, O SENHOR PRESIDENTE DEU POR ENCERRADA A **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**, SENDO SUSPensa ASSIM, PARA QUE FOSSE LAVRADA A PRESENTE ATA, QUE LIDA E ACHADA CONFORME, FOI ASSINADA POR MIM **DAVI BARBOSA DA SILVA**, QUE SECRETAREI A PRESENTE REUNIÃO, E POR TODOS OS PRESENTES.

MIRASSOL D'OESTE, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE (2014).

DAVI BARBOSA DA SILVA 046/11 11962

[Assinatura]



2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 0152

Registro: X-1/50

Fls. nº 50 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT 10/12/2014

Francisco Florêncio do Castilho
Francisco Florêncio do Castilho
Notário e Registrador

DAVI BARBOSA DA SILVA

ANTONIO CARLOS SILVA LUZ

LEVI SILVA DE MEDEIROS

KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA

MARIA APRECIDA ROSA

DANIEL JOSÉ DA SILVA

RENILVA ROSA PENA

RAFAELA APARECIDA DE ALMEIDA BARBOSA

MARCOS RIBEIRO DE JESUS

Luzia da Silva Ferreira

Infância: OAB/MT 14862



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA 480 - CENTRO - CEP 76280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Antonio Carlos
Silva Luz Dou Fé. *****

ANM31210 R\$ 5,00

Mirassol 15 de dezembro de 2014

Dou fé. Em testemunho () da verdade.

MARIA SILVA SOUZA-escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104

<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

CNPJ: 15.023.237/0001-65
Escritório Autorizado

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA 480 - CENTRO - CEP 76280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Ketullin Nayara
Delmondes da Silva Dou Fé. *****

ANM31218 R\$ 5,00

Mirassol 15 de dezembro de 2014

Dou fé. Em testemunho () da verdade.

MARIA SILVA SOUZA-escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104

<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

CNPJ: 15.023.237/0001-65
Escritório Autorizado

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA 480 - CENTRO - CEP 76280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Levi Silva de
Medeiros Dou Fé. *****

ANM31215 R\$ 5,00

Mirassol 15 de dezembro de 2014

Dou fé. Em testemunho () da verdade.

MARIA SILVA SOUZA-escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104

<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

CNPJ: 15.023.237/0001-65
Escritório Autorizado

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA 480 - CENTRO - CEP 76280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Ato de Notas e Registro

Selo de Controle Digital

Código do Ato: 107

ANM30544 R\$54,2

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Consulte: www.tj.mt.gov.br/Selos



2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 0152

Registro: 2-1150

Fls. nº 50 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT 10.12.2014

Maria Silva Souza

Francisco Florêncio de Castilho
Notário e Registrador

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 1548241-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 10/09/2001

NOME ANTONIO CARLOS SILVA LUZ

PRIMEIRO ANTONIO PEREIRA LUZ

ALAIDE SILVA LUZ

NACIONALIDADE BALIZA-GO DATA DE NASCIMENTO 28/07/1962

DIG. ORIGEM C.CASM. LIV. B-07 FLS. 67

TERM 1667 MIRASSOL D'OESTE-MT

CPF 271537701-00

ASSINATURA DO TITULAR

024

LEI Nº 7114 DE 29-08-93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDIO MENDES DE PAIVA







ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME ANTONIO CARLOS SILVA LUZ

DIG. IDENTIFICAÇÃO/REGISTRO 15482413 SSP MT

CPF 271.537.701-00 DATA NASCIMENTO 28/07/1962

PRIMEIRO ANTONIO PEREIRA LUZ

ALAIDE SILVA LUZ

PERMISSÃO AB

REGISTRO 01931670510

VALIDADE 05/12/2015

HABILITAÇÃO 11/04/1989

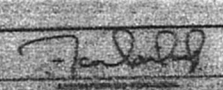
VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

572719245

PROIBIDO PLASTIFICAR

572719245

OBSERVAÇÕES



LOCAL MIRASSOL DOESTE - MT

EXPIRAÇÃO 15/05/2012

Suplente: [Signature]

57544186328

MT604399057

DETRAN - MT (MATO GROSSO)



Assinatura do
Entregador

Reintegrado ao
Serviço Postal em:

PARA USO DO CORREIO

☐ Mudou-se
☐ Endereço insuficiente
☐ Não existe o nº indicado
☐ Descartado
☐ Recusado
☐ Ausente
☐ Falecido
☐ Inf. escrita pelo porteiro/síndico
☐ Outros motivos

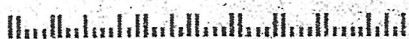
Na impossibilidade de entrega, este documento deve ser retornado ao SETOR DE DEVOLUÇÕES
Av. Tucuruá, 342 | Tamboré | Barueri | SP | CEP 06460-920

RCHLO
RIACHUELO

MIDWAY
FINANCEIRA



Data de Postagem: 17/12/2014
Data de Processamento: 15/12/2014



CTC MOOCA SPM PL7
ANTONIO CARLOS SILVA LUZ
R BÊNTO ALEXANDRE DOS S 947
PLANALTO MIRASSOL DO OESTE MT
78280-000



7211050330074600000008038830171214

CONSULTE AS CONDIÇÕES DA PROMOÇÃO E O REGULAMENTO COMPLETO NO SITE: WWW.VTFRACOMM.TOMAR.COM.BR. PROMOÇÃO VÁLIDA DE 15/12/2014 À 31/12/2014.
CERTIFICADO DE AUTORIZAÇÃO SEAE/MF Nº 0140399/2014

RCHLO **MIDWAY**



com os Correios RIACHUELO

Foram removidas ilustrações

A CADA COMPRA COM OS PRODUTOS RCHLO E MIDWAY, VOCÊ RECEBE UM CUPOM ELETRÔNICO E CONCORRE A
COM DIREITO A ACOMPANHANTE.
Cadastre-se agora em uma das lojas Riachuelo ou no site
WWW.VTFRACOMM.TOMAR.COM.BR para participar da promoção.

PROMOÇÃO

RIACHUELO
RIACHUELO

MIDWAY
FINANCEIRA
www.midwayfinanceira.com.br

Fatura Mensal

Central de Atendimento Riachuelo

Capitais e regiões metropolitanas	3804-5417
Demais localidades	0800 727 4417
SAC (Reclamações, Cancelamentos e Informações Públicas)	0800 721 3344
Deficiência Auditiva	0800 722 0604
Ouvidoria (Das 9h às 17h - segunda a sexta exceto feriados)	0800 727 3255
www.riachuelo.com.br	

Titular: **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ**

Cartão: **02076.804616.117**

Vencimento

27/12/2014

Valor Total R\$

R\$ 23,39

Pagamento Mínimo R\$

R\$ 23,39

Histórico das Despesas

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR
15/12/14	PRODUTO - SEGURO RESIDENCIAL	8,95 D
15/12/14	ASSISTENCIA 24HS - RESIDENCIA	3,49 D
15/12/14	SEGURO ACIDENTES PESSOAIS FAMILIAR	12,95 D
27/12/14	VALOR DE CREDITO PENDENTE	25,44 C

Pague qualquer valor entre o mínimo e o total dessa fatura. Sobre a diferença incidirão os encargos contratuais que serão cobrados na próxima fatura.

Limite R\$

Limite Disponível para Compra em 27/12/14	2.500,00
Total de Compras a Vencer	0,00
Limite Disponível de Crédito Pessoal: (*Sujeito a análise e aprovação)	2.250,00
Limite Disponível para Saque: (*Sujeito a análise e aprovação)	2.250,00

Encargos

Descrição	Valor
REFINAN. DE SALDO A PARTIR DE 02/08/2012:	13,50% a.m.
REFINANCIAMENTO MAX. PROXIMO MES:	15,50% a.m.
MULTA CONTRATUAL POR ATRASO:	2,00%
ENCARGOS ATRASO A PARTIR DE 02/08/2012:	13,50% a.m.

Nº Sorteio - Produtos Financeiros

Descrição	Código	Valor	Data Sorteio
CASA PREMIADA	016196	37.500,00	28/02/15
ASSIS. RESIDENCIA	024468	10.000,00	28/02/15
ACID. PESSOAL FAM.	084232	10.000,00	28/02/15

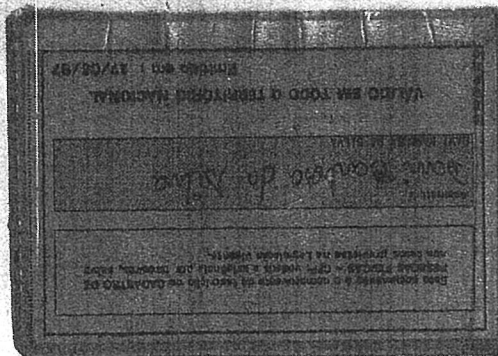
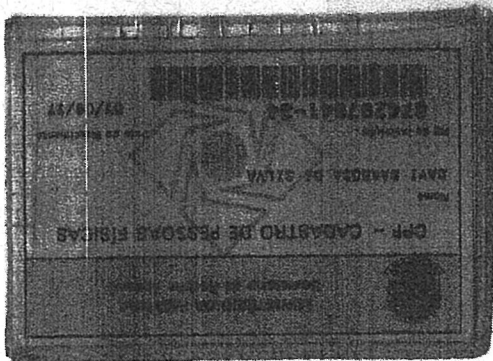
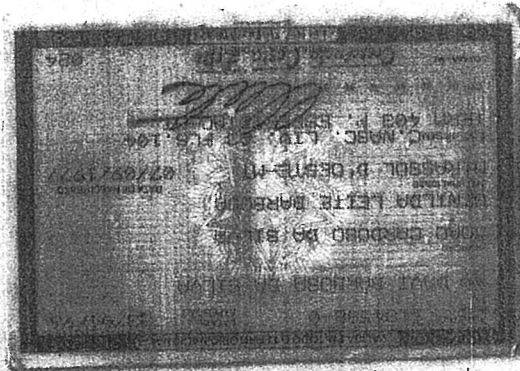
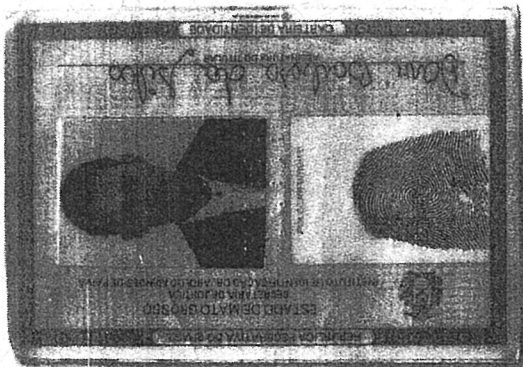
Informações Importantes

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 02247.415207 76804.616183 9 00000000000000		
Local de Pagamento			27/12/2014		
PAGAVEL EM QUALQUER AGENCIA BANCARIA ATÉ O VENCIMENTO					
Beneficiário			Agência / Código do Beneficiário		
MIDWAY SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVEST			3070-8/0070100-9		
Data do Documento	Número do Documento	Especie Documento	Acerto	Data do Processamento	Nome Número
15/12/2014	076804616	Outro	N	15/12/2014	22474152076804616
Uso do Banco	Carteira	Especie Moeda	Quantidade	Valor	Valor de Pagamento
	18	Real			23,39
Instruções (Fora de responsabilidade do beneficiário):					2 (-) Desconto / Abatimento
SR. CAIXA: PREENCHER O VALOR A SER PAGO NO CAMPO VALOR COBRADO ENTRE O					3 (+) Outras Deduções
MÍNIMO E O TOTAL DESSA FATURA.					4 (+) Juros / Multa
NÃO RECEBER APOS 11/01/2015.					5 (+) Outros Acréscimos
APOS O VENCIMENTO COBRAR COMISSÃO DE PERMANÊNCIA DE R\$ 0,11 POR DIA.					6 (-) Valor Encargado
MULTA CONTRATUAL DE R\$ 0,47 E IOF DE 0,0041% POR DIA SOBRE O TOTAL DO					
DÉBITO.					
OBS.: O PAGAMENTO INFERIOR AOS VALORES DESTA BOLETO NÃO BAIXA A DÍVIDA,					
RESULTANDO EM ATRASO E RECEBIMENTO DE COBRANÇAS.					
O PAGAMENTO SOMENTE ESTARÁ DISPONÍVEL PARA A RIACHUELO APOS 3 DIAS ÚTEIS.					
Pagador: ANTONIO CARLOS SILVA LUZ					
R. SEXTO ALEXANDRE DOS S 947 PLANALTO MIRASSOL DO OESTE MT					
78280-000					
Assinatura / Assinatura					

Autenticação Mecânica

FICHA DE COMPENSAÇÃO







Serviço Autônomo de Água e Esgoto
Rua Ricardo Druzian Gato - 167 - Mirassol 2 - Mirassol
D'Oeste - CEP: 78.280.000 - Fone: (65) 3241-2178
C.N.P.J (M.F) 07.745.657/0001-27
EMAIL: saemi_mirassol@hotmail.com

MATRÍCULA
1813

Nota Fiscal:
550132

Mes/ano de Consumo
12/2014

CLIENTE DAVI BARBOSA DA SILVA						VENCIMENTO ► 30/12/2014					
ENDEREÇO RUA 1 DE MAIO CIDADE TAMANDARE			NUMERO 921			COMPLEMENTO					
DATA LEIT. ANT. 12/11/2014		LEITURA ANTERIOR 0		DATA LEIT. ATUAL 12/12/2014		LEITURA ATUAL 0		DATA EMISSÃO 12/12/2014		ECONÔMIAS 1	
CICLO - SETOR - ROTA - SEQUÊNCIA 01-16 -05 -000750				CONSUMO Taxa Mínima		MÉDIA 0		HIDROMETRO		OCCORRÊNCIA	
MES/ANO 1/2014	MES/ANO 2/2014	MES/ANO 3/2014	MES/ANO 4/2014	MES/ANO 5/2014	MES/ANO 6/2014	MES/ANO 7/2014	MES/ANO 8/2014	MES/ANO 9/2014	MES/ANO 10/2014	MES/ANO 11/2014	MES/ANO 12/2014
0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

TABELA TARIFÁRIA		PAGAMENTOS		MESES EM ATRASO, será efetuado o corte 30 dias após a data de vencimento dos meses abaixo especificado	
RESIDENCIAL		*CASA LOTERICA		FATURA VALOR VENCIDO FATURA VALOR VENCIDO	
0 - 10 1,38		*HONDA MOTOFOR			
11 - 20 2,07		*SOVETERIA RADICAL			
21 - 30 3,45		*SORVETERIA			
31 - 40 4,54		*COPACABANA			
MAIOR 40 7,23		*CONQUISTA			
		*CRED			
SOMENTE PARA CORRENTISTAS					
0 - 10 3,21		BANCOS BRADESCO			
MAIOR 10 3,21		SICREDI E CAIXA			
		ECONOMICA NOS			
		CAIXAS ELETRONICOS			
INDUSTRIAL					
0 - 10 3,76					
MAIOR 10 3,76					
COMERCIAL					
0 - 10 3,96					
MAIOR 10 3,96					

Características Físico-Química e Microbiológica da Água Potável do Mês

PARÂMETRO	VALOR MÁXIMO PERMITIDO	RESULTADO
CLORO	0,50 A 2,00	1.5
TUBIDEZ	0,00 A 1,00	2.2
FLUOR	0,30 A 1,00	0.35
COR	0,00 A 5,00	5.00
PH	6,5 A 9,5	7.39

AGUA (Taxa Mínima) RESIDENCIAL 13,80

TOTAL A PAGAR

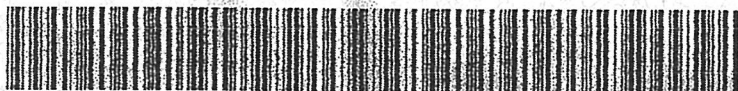
13,80

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

VIA BANCO

DAVI BARBOSA DA SILVA						
MATRÍCULA	CICLO-SETOR-ROTA-SEQUÊNCIA	MES/ANO FAT.	CONSUMO	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	
1813	01-16 -05 -000750	12/2014	Taxa Mínima	30/12/2014	13,80	

82690000000 9 13801012201 6 41230000000 4 01813122014 9



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1950722-4 DATA DE EXPEDIÇÃO 01/02/2008

NOME KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA

FILIAÇÃO SAMUEL MACIEL DA SILVA

ROZILDA DELMONDES DA SILVA

NATURALIDADE MIRASSOL D'OESTE-MT DATA DE NASCIMENTO 15/05/1989

DOC. ORIGEM C. NASC. LIV. A10 FLS. 221 TERM. 12178 MIRASSOL D'OESTE-MT

CPF * * * * *

Assinado digitalmente por Ketullin Nayara Delmondes da Silva

LEB 0111658-2208023 SPI/SJSP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. APOCÁ MENDES DE PAIVA

Assinado digitalmente por Ketullin Nayara D. da Silva

ASSINADO DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

024.748.451-27

KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA

15/05/1989

Cartão de uso pessoal e intransferível

Deve ser apresentado junto com um documento de identidade

Min. 2005

www.carteiraidentidade.gov.br

Vivo Segurança Online

No mundo virtual, proteção nunca é demais.



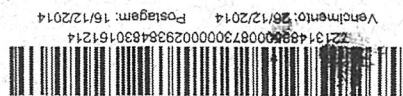
Navegue com segurança, preserve suas fotos e conversas, acesse o bankline e as redes sociais sem preocupação. Deixe o **Vivo Segurança Online** proteger seu smartphone, tablet ou PC contra as ameaças da internet.

Proteja suas informações, envie **SOS** para 1515 ou ligue 103 15 para adquirir.

Cadastre-se no Conta Online e concorra a prêmios. Saiba mais.



Sua conta chegou.



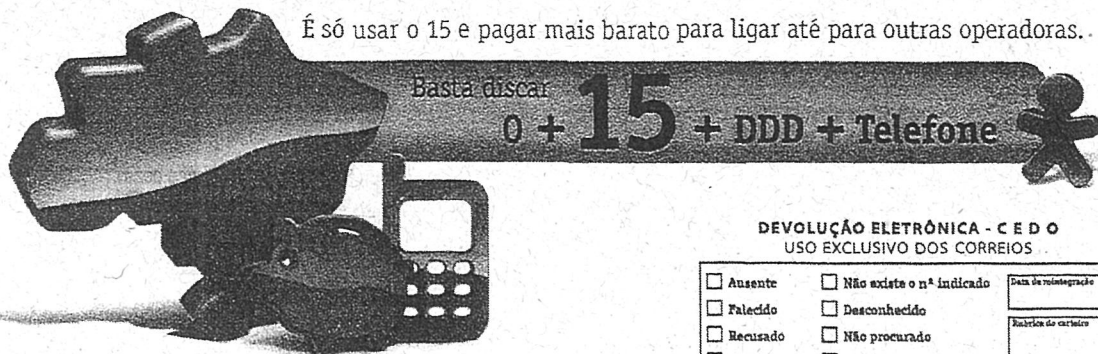
CTC MOOGA SPM PLT
KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA
RUA NILMA PEREIRA LEITE, 868
CENTRO
78280-000 MIRASSOL D'OESTE - MT



vivo

Quer economizar até 90% em suas ligações DDD?

É só usar o 15 e pagar mais barato para ligar até para outras operadoras.



DEVOLUÇÃO ELETRÔNICA - C E D O
USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS

<input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Não existe o n° indicado	Data de reintegração
<input type="checkbox"/> Falecido	<input type="checkbox"/> Desconhecido	Assinatura do cartista
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não procurado	
<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Endereço insuficiente	
<input type="checkbox"/> Outros (especificar)		



Oferta válida para clientes, pessoas físicas, participantes dos planos SmartVivo Pós e SmartVivo Controle. Para saber mais, visite vivo.com.br/planos e consulte o regulamento dos planos e valores homologados.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 3047414 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/08/2004

NOME LEVI SILVA DE MEDEIROS.

FILIAÇÃO José Amauri de Medeiros.
Maria Joziene da Silva Medeiros.

Serra Branca, PB 30.08.1986
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC ORIGEM Cert. Nasc. 1.802. Fls. 160. Liv. A-03. Cart. de São João do Cariri, PB

CPF

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 4741/68 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DI.P.119
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTERIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
066.651.744-41

Nome
LEVI SILVA DE MEDEIROS

Nascimento
30/08/1986

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
E888.A0BC.F036.5D50

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 15:23:45 do dia 13/10/2014 (hora e data de Brasília)

dígito verificador: 00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
LEVI SILVA DE MEDEIROS

DATA DE NASCIMENTO 30/08/1986 Nº INSCRIÇÃO 0357 2793 1244 D.V. 018 SEÇÃO 0082

MUNICÍPIO / UF MIRASSOL - CEARÁ DATA DE EMISSÃO 22/02/2010

JUIZ ELEITORAL

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

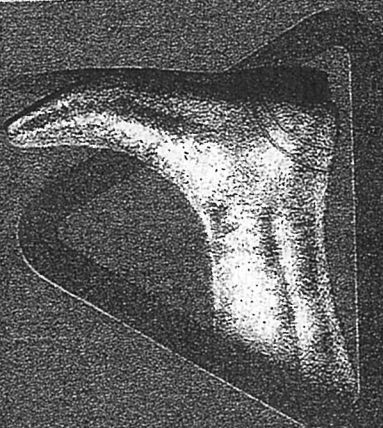
ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR


VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

ASSINE E, DEPOIS, BAIXE GRATIS O APLICATIVO.

50 dias gratis



Vivo Música &  napster



**PATROCINADORA
OFICIAL DA
CONEXÃO
COM A SELEÇÃO**  **BRASIL**
euvivoesporte.com.br



CTC MOOCA SPM PL7
LEVI SILVA DE MEDEIROS
RUA PROFESSOR ODELIO BARBOSA, 871
. CS
CENTRO
78280-000 MIRASSOL D'OESTE - MT



Vencimento: 10/10/2014 Postagem: 29/09/2014

Cadastre-se no Conta Online e concorra a prêmios. Saiba mais.

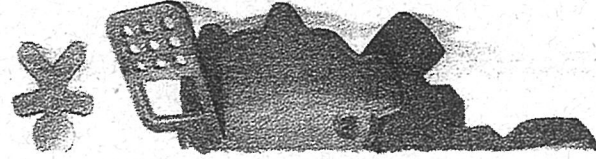


Baixe o leitor de QR Code para seu celular em leitorvivo.com.br

Sua conta chegou.

Telefónica

0 + 15 + DDD + telephone.



Oferta válida para clientes, pessoas físicas, residentes nos planos Vivo Controle, Vivo Controle Ilimitado, SmartVivo Controle, SmartVivo Controle Ilimitado 3G, SmartVivo 3G Plus, SmartVivo 4G e Você Ilimitado. Para saber mais, visite vivo.com.br/planos e consulte o regulamento dos planos e valores homologados.

- Agradecemos pagamentos recebidos até a emissão desta conta. Mantenha o pagamento em dia e evite a suspensão parcial/total dos serviços e a inclusão nos órgãos de proteção do crédito. Para pagamentos após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura.

MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
MARIA APARECIDA ROSA



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
1238981 SSP PR

CPF
199.539.339-87 DATA NASCIMENTO
04/09/1951

PLACAO
GUILHERME ROSA

PALMIRA PEREIRA DE
CARVALHO

PERMISSÃO
RENOVADA POR
ASC
RENOVADA POR
CAT. HAB.
E

Nº PROCESSO
00011586345

VALIDADEZ
31/10/2017

Nº HABILITAÇÃO
08/10/1976

OBSERVAÇÕES



Maria Aparecida Rosa

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MIRASSOL DOESTE, MT

DATA EMISSÃO
14/11/2012

Eugenio Ernesto Dantas
Eugenio Ernesto Dantas
Diretor de Habilitação - Detran/MT
ASSINATURA DO EMISSOR

44088145604
MT608471437

DETRAN - MT (MATO GROSSO)

VALIDA EM TODA
O TERRITÓRIO NACIONAL

677087813

UNICO PLASIFICAR

677087813

4402359
01/2015

Dados Cadastrais

MARIA APARECIDA ROSA VOLTATO
RUA PROF ODELIO B SILVA, 769 - 0520611054000
CENTRO-78263000-MIRASSOL D'OESTE-MT
Lod/Etap/Liv/Sa: 0052,05.003936,72 - Equipamento: 00555831 - TENSÃO NOMINAL: 127v - 220v - GRUPO B
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL NORMAL CONVENCIONAL
Fase: TRIFÁSICO Cod. Fiscal de Operação: FS [1,7,61,1]

Descrição de Consumo		CPF / CNPJ / IE
Equipamento	00555831	CPF: 19953933887
Leit. Atual (kWh)	76075	IE:
Leit. Anter (kWh)	74468	
Consumo Med/Fat		607/607
Número de Dias Faturado		29
Consumo Medio Diario		20,93
Constante		1,00
Origem da Leitura		LIDA
Fator de Potência		
Indicadores de Continuidade		Historico de Consumo (kWh)
Leit. Anterior	10/12/2014	Conjunto Anel: QUATRO MARCOS
Leit. Atual	09/01/2015	NOV/14 DIC FIC DMIC
Emissão	09/01/2015	Limites Mensal 6,15 3,96 3,63
Apresentação	09/01/2015	Limites Trim. 12,30 7,72
Prox. Leitura	06/02/2015	Limites Anual 24,80 16,45
		Apurado 4,03 1,00 0,00
		EUUSD-Enc Uso Sist Dist (R\$): 141,32
		Medis 12 ultimo(s) mes(es) (kWh): 564

Discriminação do Produto/Faturamento

Valores Faturados	Qtde-Faturada	Tarifa	Valor(R\$)
Descrição			
CONSUMO	607	0,381070	231,30
ADICIONAL BAND. VERMELHA			6,02
VALOR DO ICMS			88,78
VALOR DO COFINS			3,06
VALOR DO PIS			0,69
Total - (1)			328,84

Outros Lançamentos, Cobranças e Serv. Autoriz.	
CIP-CONTRIB DE ILUM PUB	16,76
DOACAO APAE (65) 3241-1875	1,00
JUROS CONTA ANTERIOR Ref. 12/2014	0,97
MULTA CONTA ANTERIOR Ref. 12/2014	5,49
Total - (2)	25,22

Composição dos Preços em (R\$) (Artigo 31 Resolução 156/2006)

ENERGIA	DISTRIBUICAO	TRIBUTOS	TRANSMISSAO	ENC. SETORIAIS	SOMA DEMONSTRATIVO
145,50	76,23	92,62	3,96	10,63	328,84

Mensagens

PERIODOS BAND. TARIF.: VERDE: 11/12-31/12 VERMELHA: 01/01-08/01

Incidirao sobre a conta paga apos o vencimento multa de 2%, juros de mora de 0,0533% ao dia (conf. Lei 10.438/02) e atualizacao monetaria com base no IGP-M a serem incluidos na proxima conta	Consumo (kWh)	Data de Vencimento	Valor total a pagar R\$
	607	21/01/2015	354,06

INFORMACAO DE TRIBUTOS			
TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA	VALOR DO IMPOSTO (R\$)
ICMS	328,84	27%	88,78
PIS	328,86	0,209600%	0,69
COFINS	328,86	0,929600%	3,06

Reservado ao Fisco

Periodo Fiscal: 12/01/2015

5578.4B79.204F.05A2.CD90.75F9.7C81.02E8

FS [1,7,61,1]



VÁLIDA EM TODO
 O TERRITÓRIO NACIONAL
 273078172

PROIBIDO PLASTIFICAR
 273078172

303-712-211-21
 00/11/2020

NOME
 MARCIO JOSÉ DA SILVA
 NOME DO PAI
 MARIA JOSE DA SILVA

SEXO
 M
 DATA DE NASCIMENTO
 02/02/1986

DATA DE EMISSÃO
 02/11/2020

DETRAN - MT (MATO GROSSO)





CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A.
Rua Manoel dos Santos Coimbra, 184 | Colaba MT
CNPJ 03.467.321/0001-99 | Inscrição Estadual 13.020.425-0
FAT-07-20141476903801-71

Nota Fiscal de Energia Elétrica Série B-U
Código de Consumidora (UC):

405668

12/2014

Dados Cadastrais

SINDICATO TRAB RURAIS MDO

RUA GERMANO GREVE, 753 - 0520615075000

CENTRO-76280000-MIRASSOL D' OESTE-MT

Loc/Etapa/Liv/Seq:0062,05,003937,112 - Equipamento:0003660756 - TENSÃO NOMINAL:127v - 220v - GRUPO B

Classe/Subclasse:COMERCIAL, SERVICOS, OUTRAS ATIVIDADES/ENTIDA CONVENCIONAL

Fase:BIFASICO

Cod. Fiscal de Operacao:

FS[1.7.47.2]

Descrição de Consumo		CPF/CNPJ/IE	
Equipamento	0003660756	Consumo Med/Fat	230/230
Leit. Atual (kWh)	5456	Numero de Dias Faturado	30
Leit. Anter (kWh)	5433	Consumo Medio Diario	7,87
		Constante	10,00
		Origem da Leitura	LIDA
		Fator de Potencia	
Dados Importantes		Indicadores de Continuidade	
Leit. Anterior	11/11/2014	Conjunto Aneel: QUATRO MARCOS	
Leit. Atual	11/12/2014	OUTH4	DIC FIC DMIC
Emissao	11/12/2014	Limite Mensal	6,16 3,86 3,63
Apresentacao	11/12/2014	Limite Trim.	12,30 7,72
Prox. Leitura	09/01/2015	Limite Anual	24,60 16,45
		Apurado	1,55 1,00 1,55
		EUUSD-Enc Uso Sist Dist (R\$):	40,37
		Media 12 ultimo(s) mes(es) (kWh):	164

Distribuição de Preços/Faturamento

Valores Faturados	Qtde-Faturada	Tarifa	Valor(R\$)
Descricao			
CONSUMO	230	0,381070	87,64
VALOR DO ICMS			34,48
VALOR DO COFINS			4,60
VALOR DO PIS			1,01
Total - (1)			127,73

Outros Lancamentos, Cobranças e Serv. Autoriz.

CIP-CONTRIB DE ILUM PUB

Total - (2)

16,76

16,76

Composicao dos Preços em (R\$) (Artigo 31 Resolucao 166/2005)

ENERGIA DISTRIBUICAO	TRIBUTOS	TRANSMISSAO	ENC. SETORIAIS	SOMADEMONSTRATIVO
53,24	28,88	40,09	1,50	4,02
				127,73

Mensagens

- A PARTIR DE 2015 VIGORARA O SISTEMA DE BANDEIRAS TARIFARIAS. A BANDEIRA VERDE NAO IMPLICARA COBRANCA ADICIONAL AS BANDEIRAS AMARELA OU VERMELHA, QUANDO ACIONADAS, IMPLICARAO TARIFAS DE MAIOR VALOR, DEVIDO AO MAIOR CUSTO DE GERACAO. NO MES DE DEZEMBRO VIGORARIA A BANDEIRA VERMELHA, A QUAL IMPLICARIA R\$ 0,030 /KWH DE ACRESCIMO AO VALOR DA TARIFA, LIQUIDO DE TRIBUTOS. MAIS INFORMACOES EM WWW.ANEEL.GOV.BR

Incidirao sobre a conta paga apos o vencimento multa de 2%, juros de mora de 0,0333% ao dia (conf. Lei 10.438/02) e atualizacao monetaria com base no IGP-M a serem incluidos na proxima conta	Consumo (kWh)	Data de Vencimento	Valor total a pagar R\$
	230	24/12/2014	144,49

INFORMACAO DE TRIBUTOS			
TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	ALIQUOTA	VALOR DO IMPOSTO (R\$)
ICMS	127,73	27%	34,48
PIS	127,73	0,788000%	1,01
COFINS	127,73	3,698400%	4,60

Reservado ao Fisco

Periodo Fiscal: 15/12/2014

8024.8C2F.6932.2258.DC9A.1713.D7F5.7490

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 960/826

NOME RENILVA ROSA PENA

PAI José de ...

MÃE Clezia José ...

Araguari-GO 28.4.1953

CHefe DA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

(CEDULA DE IDENTIDADE)

FOLHA DEBENTE

RENILVA ROSA PENA

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CIC

NASCIMENTO 29.04.53

INSCRIÇÃO NO CPF 370 467 131 20

CONTRIBUINTE

RENILVA ROSA PENA

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO FISCAL

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

RENILVA ROSA PENA

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A.
Rua Manoel dos Santos Coimbra, 184 | Cuiabá MT
CNPJ 03.467.321/0001-99 | Inscrição Estadual 13.020.425-0

4414519

Conta do mês

12/2014

FAT-07-20141473141956-53

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei
no 10.436, de 26 de abril de 2002.

Dados Cadastrais

RENILVA ROSA PENA

RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, 611 - 0521003600000

CENTRO-78280000-MIRASSOL D' OESTE-MT

Loc/Etapas/Liv/Seq:0052.09.003939.316 - Equipamento: 1404163 - TENSÃO NOMINAL: 127v - 220v - GRUPO B

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL BAIXA RENDA BPC

BAIXA RENDA

Fase: BIFASICO

Cod. Fiscal de Operação:

FS (1,7,47,2)

Descrição de Consumo			CPF / CNPJ / IE
Equipamento	1404163	Consumo Med/Fat	214/214
Leit. Atual (kWh)	20196	Numero de Dias Faturado	32
Leit. Anter (kWh)	15982	Consumo Medio Diario	6,68
		Constante	1,00
		Origem da Leitura	LIDA
		Fator de Potência	

Dados Importantes		Indicadores de Continuidade	
Leit. Anterior	14/11/2014	Conjunto Aneel: QUATRO MARCOS	
Leit. Atual	18/12/2014	OUT/14	DIC FIC DMIC
Emissao	18/12/2014	Limite Mensal	6,15 3,85 3,63
Apresentacao	18/12/2014	Limite Trim.	12,30 7,72
Prox. Leitura	14/01/2015	Limite Anual	24,60 16,46
		Apurado	1,55 1,00 1,55
		EUSD-Enc Uso Sist Dist (R\$):	37,87

Distribuição de Produtos e Faturamento			
Valores Faturados	Qtde-Faturada	Tarifa	Valor(R\$)
Consumo	30	0,131263	3,93
Consumo	70	0,225010	15,75
Consumo	114	0,337510	38,47
VALOR DO ICMS			12,55
VALOR DO COFINS			2,66
VALOR DO PIS			0,69
Total - (1)			73,95

Outros Lançamentos, Cobranças e Serv. Autoriz.

CIP-CONTRIB DE ILUM PUB

Total - (2)

8,38

9,38

Composicao dos Preços em (R\$) (Artigo 31 Resolucao 168/2006)

ENERGIA	DISTRIBUICAO	TRIBUTOS	TRANSMISSAO	ENC. SETORIAIS	SOMA DEMONSTRATIVO
35,93	19,45	16,80	0,89	1,77	73,95

Mensagens

- A PARTIR DE 2015 VIGORARA O SISTEMA DE BANDEIRAS TARIFARIAS. A BANDEIRA VERDE NAO IMPLICARA COBRANCA ADICIONAL. AS BANDEIRAS AMARELA OU VERMELHA, QUANDO ACIONADAS, IMPLICARAO TARIFAS DE MAIOR VALOR, DEVIDO AO MAIOR CUSTO DE GERACAO. NO MES DE DEZEMBRO VIGORARIA A BANDEIRA VERMELHA, A QUAL IMPLICARIA R\$ 0,030 /KWH DE ACRESCIMO AO VALOR DA TARIFA, LIQUIDO DE TRIBUTOS. MAIS INFORMACOES EM WWW.ANEEL.GOV.BR
BENEF. TAR. SOCIAL RES 414/10 R\$ 23,39

Incidirao sobre a conta paga apos o vencimento multa de 2% juros de mora de 0,0335% ao dia (conf. Lei 10.439/02) e atualizacão monetária com base no IGP-M a serem incluídos na próxima conta	Consumo (kWh)	Data de Vencimento	Valor total a pagar R\$
	214	08/01/2015	82,33

INFORMACAO DE TRIBUTOS			
TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	ALÍQUOTA	VALOR DO IMPOSTO (R\$)
ICMS	73,95	17%	12,55
PIS	73,95	0,788500%	0,59
COFINS	73,95	3,598400%	2,66

Reservado ao Fisco

Período Fiscal: 18/12/2014

1E6E.AA8B.7780.6D1B.7872.6328.14F9.D335

82,33R CB01

82,33R CB01

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

IDENTIDADE: 104.114

LUZIA DA SILVA FERREIRA

Assinatura: *Estelino Manoel Da Silva*
Assinatura: *Ana Fernandes Da Silva*

Olimpia-SP 26-Janeiro-1 948

NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

COPIA 26-Janeiro-1 978

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CEDULA DE IDENTIDADE



Luzia da Silva Ferreira
ASSINATURA DO TITULAR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Este documento é o comprovante de inscrição no CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, válida a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura: *Luzia da Silva Ferreira*

LUZIA DA SILVA FERREIRA

S
E
R
P
H
O

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em: 10/11/99

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome: LUZIA DA SILVA FERREIRA

Nº de inscrição: 946111731-00

Data do Nascimento: 26/01/48



CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A.
Rua Manoel dos Santos Coimbra, 184 | Cuiabá MT
CNPJ 03.467.321/0001-99 | Inscrição Estadual 13.020.425-0
FAT-07-20141442532137-53

4412877

Conta do Mes

10/2014

A Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002.

Dados Cadastrais

LUZIA DA SILVA FERREIRA
RUA BENTO ALEXANDRE DOS SANTOS, 872 - 0521003309000
CENTRO-78280000-MIRASSOL D' OESTE-MT
Loc/Etapa/Liv/Seq:0052,10,003939,148 - Equipamento: 662954 - TENSÃO NOMINAL: 127v - 220v - GRUPO B
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL BAIXA RENDA BPC BAIXA RENDA
Fase: TRIFASICO Cod. Fiscal de Operação: FS [1.7.42.1]

Descrição de Consumo				CPF/CNPJ/IE	
Equipamento	662954	Consumo Med/Fat	445/445		
Leit. Atual (kWh)	84914	Numero de Dias Faturado	31		
Leit. Anter (kWh)	64469	Consumo Medio Diario	14,35		
		Constante	1,00		
		Origem da Leitura	LIDA		
		Fator de Potencia			
				Historico de Consumo (kWh)	
				AGO/14	445 MAR/14 288
				SET/14	412 FEV/14 276
				AGO/14	296 JAN/14 367
				JUL/14	354 DEZ/13 384
				JUN/14	332 NOV/13 340
				MAI/14	393 OUT/13 362
				ABR/14	304
Datas Importantes		Indicadores de Continuidade			
Leit. Anterior	15/09/2014	Conjunto Anel: QUATRO MARCOS			
Leit. Atual	16/10/2014	AGO/14	DIC	FIC	DMIC
Emissao	16/10/2014	Limite Mensal	6,15	3,86	3,63
		Limite Trim.	12,30	7,72	
Apresentacao	16/10/2014	Limite Anual	24,60	15,45	
Prox. Leitura	17/11/2014	Apurado	0,30	1,00	0,30
				Media 12 ultimo(s) mes(es) (kWh): 349	
				EUSD-Enc Uso Sist Dist (R\$): 41,78	

Discriminacao do Produto/Faturamento

Valores Faturados			
Descricao	Qtde-Faturada	Tarifa	Valor(R\$)
CONSUMO	30	0,131263	3,93
CONSUMO	70	0,225010	15,75
CONSUMO	120	0,337510	40,50
CONSUMO	226	0,375010	84,37
VALOR DO ICMS			52,00
VALOR DO COFINS			9,47
VALOR DO PIS			2,04
Total - (1)			208,06

Outros Lançamentos, Cobranças e Serv. Autoriz.	
CIP-CONTRIB DE ILUM PUB	12,57
Total - (2)	12,57

Composicao dos Preços em (R\$) (Artigo 31 Resolucao 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUICAO	TRIBUTOS	TRANSMISSAO	ENC. SETORIAIS	SOMA DEMONSTRATIVO
89,27	48,39	63,61	2,49	4,40	208,06

Mensagens

A PARTIR DE 2015 VIGORARA O SISTEMA DE BANDEIRAS TARIFARIAS. A BANDEIRA VERDE NAO IMPLICARA COBRANCA ADICIONAL. AS BANDEIRAS AMARELA OU VERMELHA, QUANDO ACIONADAS, IMPLICARAO TARIFAS DE MAIOR VALOR, DEVIDO AO MAIOR CUSTO DE GERACAO. NO MES DE OUTUBRO VIGORARAA A BANDEIRA VERMELHA, A QUAL IMPLICARAA R\$ 0,030 /kWh DE ACRESCIMO AO VALOR DA TARIFA, LIQUIDO DE TRIBUTOS. MAIS INFORMACOES EM WWW.ANEEL.GOV.BR
BENEF. TAR. SOCIAL RES 414/10 R\$ 34,01

Incidirao sobre a conta paga apos o vencimento multa de 2%, juros de mora de 0,0333% ao dia (conf. Lei 10.438/02) e atualizacao monetaria com base no IGPM a serem incluidos na proxima conta		Consumo (kWh)	Data de Vencimento	Valor total a pagar R\$
		445	30/10/2014	220,63
INFORMACAO DE TRIBUTOS				
TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	ALIQUOTA	VALOR DO IMPOSTO (R\$)	
ICMS	208,06	25%	52,00	
PIS	208,05	0,978000%	2,04	
COFINS	208,05	4,549800%	9,47	

Reservado ao Fisco

Periodo Fiscal: 20/10/2014

59F2.F32E.80A5.67C3.A5B5.7F9F.71F3.EDFF

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REG. GEP. 1891962-6 DATA DE EXPEDIÇÃO 30/06/2004

NOME RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BARBOSA

ROBERIO GONZAGA BARBOSA

CLAUDEMIRA DE ALMEIDA BARBOSA

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
MIRASSOL D'OESTE-MT 15/04/1987

DOC. ORIGINAL C.NASC. LIV. A9 FLS. 57
TERM 10322 MIRASSOL D'OESTE-MT

CPF * * * * *

Loss Moraes

Tânia da Silva Moraes

024

SP/SSP

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

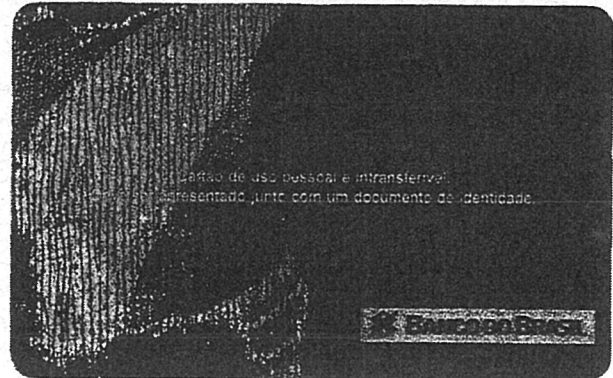
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDQ MENDES DE PAIVA

Rafaela Ap. Almeida Barbosa

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE





Bradesco
Cartões

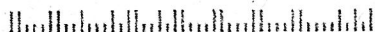
GOLD BRADESCO SEGUROS

Demonstrativo Mensal

VISA

Página 1 de 1

297 02151 0374



CTC MOOCA SPM P17
RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BARBOSA
RUA BENTO ALEXANDRE DOS SANTOS 947 CASA
CENTRO
78280-000 MIRASSOL D'OESTE MT



Vencimento: 05/11/2014
Postagem: 29/10/2014

Data de Vencimento

05/11/2014

Total da Fatura R\$

1.008,45

Pagamento Mínimo R\$

151,24

Parcelamento da Fatura R\$

Entrada 161,23
+ 12 x 101,80

* ATENÇÃO: Em caso de pagamento inferior ao valor total, o cliente deverá arcar com as taxas e encargos apontados nesta fatura. Incidentes sobre a diferença entre o valor total e o valor pago. Caso faça opção pelo pagamento mínimo desta fatura, serão cobrados encargos contratuais no próximo mês no valor de R\$ 107,15.

Data prevista para o fechamento da próxima fatura: 26/11/2014

Associado	Numero do Cartão	Período	Resumo das Despesas	
RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BARBOSA	4532 XXXX XXXX 9100	Outubro 2014	Saldo Anterior	211,02
			(-) Pagamento / Créditos	211,02
			(+) Despesas Locais R\$	895,99
			(+) Despesas no exterior em R\$	112,46
			(=) Total da Fatura R\$	1.008,45
			Cotação do Dólar utilizada:	R\$ 2,590
Resumo do Limite de Crédito		Limite de Crédito R\$	Limite em Seguros R\$	Limite Disponível
em 24 de outubro de 2014		1.500,00	600,00	219,94
Data	Histórico de Lançamentos	Cidade	US\$	R\$
06/10	PAGTO. POR DEB EM C/C			211,02
24/10	CUSTO TRANS. EXTERIOR-IOF			7,17
27/09	FARMACIA ALECRIN	MIRASSOL D'OE		94,28
27/09	OBÁ OBÁ CENTER 01/02	MIRASSOL D'OE		89,80
27/09	O BOTICARIO 01/03	MIRASSOL D'OE		31,93
30/09	POSTO RIO PARAGUAI	CACERES		60,17
30/09	POSTO PANTANAL	NOSSA SENHORA		100,00
03/10	JUBA SUPERMERCADOS	MIRASSOL D'OE		17,52
08/10	EX 2136 EXTRA CUIABA	CUIABA		23,32
08/10	AMAZONIA PETROLEO 1	CUIABA		30,00
09/10	SABOR DO CAMPO	CUIABA		24,40
09/10	DROGARIA SOL	CUIABA		44,90
10/10	GABRIELA	CUIABA		49,99
10/10	LOJAS AMERICANAS 257	CUIABA		26,78
10/10	SERRA PANTANAL	CUIABA		26,79
11/10	AZUL LINHAS AERFAS 01/02	BARUERI		117,95
11/10	AZUL LINHAS AERFAS	BARUERI		16,95
12/10	WWW.ALIEXPRESS.COM	LONDON	43,42	112,46
20/10	POSTO 56	SAO JOSE DOS		109,05
23/10	ANUIDADE DIFERENCIADA			24,99
	TIT 02/12			
Total para RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BARBOSA				1.008,45
Total da fatura em Real				1.008,45

Taxas Mensais	Atual	Taxas Máximas p/ Próximo Período
Mora	1,00%	1,00%
Multa por atraso	2,00%	2,00%
Parcelamento Fatura	5,90%	5,90%
Compras Parceladas	4,90%	4,90%
Rotativo	12,50%	12,50%
Saques	12,40%	12,40%
Encargos de atraso	14,90%	14,90%

* Custo Efetivo Total (CET) para o rotativo de 342,44% ao ano. Válido para o vencimento desta fatura.

PROGRAMA DE REI BRADESCO SEGUROS

Pontos Acumulados no mês anterior:	102
Saldo Total Disponível:	1.694
Pontos a Expirar em 04/09/2015:	0
* Pontuação consolidada de todos os cartões do Associado	

O saldo dessa fatura será debitado na
C/C: 0014091-0 da Agência: 1454

Central de Atendimento a Clientes	
Fone Fácil Bradesco	
Cartões e Regiões Metropolitanas:	4002 0022
ou 0XX + DDD +	4002 0022
Demais Localidades	0800 670 0022
Ouvindo:	0800 727 9933
SAC - Cartões de Crédito Bradesco:	0800 727 9988
SAC Deficiente Auditivo ou de Fala:	0800 722 0099
bradesco.cartoes.com.br	

Banco Bradesco Cartões S.A.	
CNPJ 09.438.325/0001-01	
Núcleo Cidade de Deus, S/N - Prédio Prata	
4º Andar - Vila Yara	CEP 06029-900 - Osasco - SP

AVISOS

* * * * *
DISPONIBILIZAMOS O SERVIÇO DE LIMITE DE CREDITO EMERGENCIAL, ESSE BENEFICIO FACILITA A REALIZACAO DE SUAS COMPRAS E SO E COBRADO EM CASO DE UTILIZACAO.

PARA COMPRAS NO EXTERIOR SERAO ACEITAS APENAS AS TRANSACOES REALIZADAS EM MOEDA ESTRANGEIRA. A OPCAO DE PAGAMENTO EM REAIS NAO ESTA MAIS DISPONIVEL. PARA MAIS INFORMACOES CONSULTE A CENTRAL DE ATENDIMENTO.

Débito automático em Conta-Corrente

Desbloqueio e Senha Inteligente - Atendimento Eletrônico

Agora você pode desbloquear e obter a senha do seu cartão

no Atendimento Eletrônico através dos telefones

da Central de atendimento que constam no verso do seu cartão.

Para acessar será necessário ter em mãos:

A senha de 4 dígitos e dispositivo de segurança (Token ou Tan Code).

Dúvidas, ligue para a Central de Atendimento ou procure sua agência

DEPOIS DE LER A FATURA DO SEU CARTÃO, O QUE VOCÊ FAZ COM O PAPEL?

Evite desperdício. Troque a fatura impressa pela fatura eletrônica.

Uma atitude consciente pode fazer muito para nós e para o planeta. Com o **InfoEmail** Bradesco, você substitui a sua fatura impressa por uma eletrônica e recebe, gratuitamente em seu e-mail, informações de todas as despesas feitas com o seu Cartão de Crédito Bradesco.

Veja as vantagens do InfoEmail



Facilidade
A fatura do mês gratuitamente no seu e-mail.



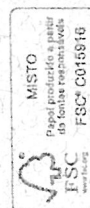
Conveniência
Você escolhe os dias e o período para envio.



Segurança
Informações protegidas por frase secreta.



Sustentabilidade
Evite o desperdício de papel.



Escolha a fatura eletrônica, você controla melhor os seus gastos e evita o desperdício de papel. **Acesse sua conta pelo bradesco.com.br ou bradescocartoes.com.br e cadastre-se no InfoEmail, opção Extrato Cartão de Crédito.**

Cod. 0185898W

Bradesco. Presença que faz a informação e a sustentabilidade conviverem lado a lado.



Bradesco
Cartões

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA

POLEGAR DIREITO

Divina Maria Ribeiro de Jesus

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TIPO DE FOTO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

IDENTIFICADO

ARACELINO RIBEIRO DE JESUS

DIVINA MARIA RIBEIRO DE JESUS

IVINHEMA - MS

35/04/1972

C.NASC. LIV. 02 FLS. 229

TERM 1681

MIRASSOL D'OESTE MT

513867041-72

Autenticado digitalmente

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Divina Maria Ribeiro de Jesus

ASSINATURA EM IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DR. AROLDO MENDES DE PAIVA

JUSTIÇA ELETORAL

TÍTULO ELEITORAL

BRASIL

NOME DO ELEITOR

MARGOS RIBEIRO DE JESUS

DATA DE NASCIMENTO

15/04/72

Nº INSCRIÇÃO

614141951872

ZONA

1

SECA

116

12 DE SETEMBRO

2012

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSSES S.A.
Rua Manoel dos Santos Coimbra, 184 | Cuiabá MT
CNPJ 03.467.321/0001-99 | Inscrição Estadual 13.020.425-0
FAT-07-20141402942575-20

4398114

Conta do Mes

08/2014

Dados Cadastrais

MARCOS RIBEIRO DE JESUS

RUA MADALENA MARQUES, 1433 - 0520605274000

PARQUE BANDEIRANTE - 78280000-MIRASSOL D' OESTE-MT

Loc/Etapa/Liv/Seq:0052 0: 003931.327 - Equipamento: 1458868 - TENSÃO NOMINAL: 127v - v - GRUPO B

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL NORMAL

CONVENCIONAL

Fase: MONOFASICO

Cod. Fiscal de Operação:

FS [1.7.42.1]

Descrição de Consumo

Equipamento	1458868	Consumo Med/Fat	126/126	CPF/CNPJ	CPF: 51386704172
Leit. Atual (kWh)	4185	Numero de Dias Faturado	30	Historico de Consumo (kWh)	
Leit. Anter (kWh)	4059	Consumo Medio Diario	4,20		
		Constante	1,00	AGO/14	125 JAN/14 30
		Origem da Leitura	LIDA	JUL/14	109 DEZ/13 30
		Fator de Potencia		JUN/14	16 NOV/13 30
				MAR/14	30 OUT/13 30
				ABR/14	30 SET/13 30
				MAR/14	30 AGO/13 30
				FEV/14	30

Dados Importantes

Leit. Anterior	09/07/2014	Indicadores de Continuidade				
Leit. Atual	08/08/2014	JUN/14	DIC	FIC	DMIC	
Emissao	08/08/2014	Limite Mensal	6,15	3,86	3,63	
Apresentacao	08/08/2014	Limite Trim.	12,30	7,72		
Prox. Leitura	08/09/2014	Limite Anual	24,60	15,45		
		Apurado				Media 12 ultimo(s)
		EUSD-Enc Uso Sist Dist (R\$): 2,93				mes(es) kWh: 43

Discriminacao do Produto/Faturamento

Valores Faturados				
Descricao	Qtde-Faturada	Tarifa	Valor(R\$)	
CONSUMO	126	0,381070	48,01	
VALOR DO ICMS			5,62	
VALOR DO COFINS			2,16	
VALOR DO PIS			0,48	
Total - (1)			56,27	

Outros Lancamentos, Cobrancas e Serv. Autoriz.

CIP-CONTRIB DE ILUM PUB	4,19
DOACAO STA CS CUIABA (65) 3061-1946	2,00
Total - (2)	6,19

Composicao dos Precos em (R\$) (Artigo 31 Resolucao 166/2005)

ENERGIA	DISTRIBUICAO	TRIBUTOS	TRANSMISSAO	ENC. SETORIAIS	SOMA DEMONSTRATIVO
29,17	15,82	8,26	0,82	2,20	56,27

Mensagens

- A PARTIR DE 2015 VIGORARA O SISTEMA DE BANDEIRAS TARIFARIAS. A BANDEIRA VERDE NAO IMPLICARA COBRANCA ADICIONAL. AS BANDEIRAS AMARELA OU VERMELHA, QUANDO ACIONADAS, IMPLICARAO TARIFAS DE MAIOR VALOR, DEVIDO AO MAIOR CUSTO DE GERACAO. NO MES DE AGOSTO VIGORARIA A BANDEIRA VERMELHA, A QUAL IMPLICARIA R\$ 0,030 /KWH DE ACRESCIMO AO VALOR DA TARIFA, LIQUIDO DE TRIBUTOS. MAIS INFORMACOES EM WWW.ANEEL.GOV.BR
- Diga nao ao trabalho infantil: nesta brincadeira todos saem perdendo.
Disque 100 e denuncie.
DEBITOS: 07/2014 R\$ 62,66

NOTIFICACAO DE SUSPENSAO DE FORNECIMENTO

Ate a presente data nao registramos o pagamento da(s) seguinte(s) fatura(s):

Referencia	Valor R\$	Vencimento	Referencia	Valor R\$	Vencimento
07/2014	62,66	22/07/2014			

Esta unidade consumidora estara sujeita a suspensao do fornecimento a partir de 24/08/2014, caso o pagamento nao seja realizado. O encerramento da relacao contratual podera ocorrer 2 (dois) ciclos de faturamento apos a suspensao do fornecimento. No ciclo da suspensao ou religacao podera ser cobrado o custo de disponibilidade. Caso o pagamento ja tenha sido realizado, favor desconsiderar esta notificacao.

Incidiu sobre a conta paga apos o vencimento multa de 2%, juros de mora de 0,0333% ao dia (conf. Lei 10.438/02) e atualizacao monetaria com base no IGP-M a serem incluidos na proxima conta	Consumo (kWh)	Data de Vencimento	Valor total a pagar R\$
	126	21/08/2014	62,46

INFORMACAO DE TRIBUTOS			
TRIBUTOS	BASE DE CALCULO	ALIQUOTA	VALOR DO IMPOSTO (R\$)
ICMS	56,27	10%	5,62
PIS	56,27	0,846200%	0,48
COFINS	56,27	3,837400%	2,16

Reservado ao Fisco

Periodo Fiscal: 12/08/2014

040D.BD44.68F3.6BEC.DF46.22BF.7540.CC4B

**ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO
ARTÍSTICO, CULTURAL, INFORMTIVO E SOCIAL DE
MIRASSOL D'OESTE - MATO GROSSO. CNPJ:
02.839.951.0001-84.**



AOS VINTE DE SETE DIAS (27.09.14) DO MÊS DE SETEMBRO (09) DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE (2014), ÀS 10H30, EM SUA SEDE SOCIAL, À RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, 500, CENTRO, MIRASSOL D'OESTE-MT, SE REUNIRAM EM ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA, OS MEMBROS DESTA ENTIDADE: **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ, DAVI BARBOSA DA SILVA, KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA, MARIA APARECIDA ROSA, DANIEL JOSÉ DA SILVA, RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BARBOSA, CLAITSON APARECIDO GONÇALVES E RENILVA ROSA PENA**, para deliberarem sobre os seguintes temas: a) Mudança no Estatuto Social da Entidade, conforme exigência relativa ao requerimento de renovação de outorga, conforme nota técnica nº 6959/2014/SEI-MC, Ofício nº 6833/2014/SEI-MC, de 11 de agosto de 2014; b) Desfiliação de membros em cargos de Diretoria da Entidade de partidos políticos, em conformidade com Art. 11 da Lei 9612/98. Aberta a Assembléia Extraordinariamente pelo senhor Antônio Carlos Silva Luz, Presidente da Associação, que verificou haver quorum legal para deliberar sobre os assuntos a serem decididos, este convidou a mim, Davi Barbosa da Silva, para secretariar a presente Assembléia Extraordinária, e assim o fiz. Com a palavra, o Presidente lamentou a ausência do Secretário da Entidade, Paulo Roberto Jesus dos Santos. Em seguida, colocou sob apreciação dos membros presentes as mudanças a serem feitas no Estatuto Social da Entidade, em atendimento as exigências contidas no Ofício nº 6833/2014/SEI-MC, de 11 de agosto de 2014, relativas ao Processo nº 53000.028782-2013-31, conforme Nota Técnica nº 6959/2014/SEI-MC. Por unanimidade, os membros presentes concordaram em alterar o Estatuto Social da Entidade, que passa agora a ter uma nova redação. Em relação a constatação de membros filiados a partidos políticos, contrariando o artigo 11 da Lei

OAD/MT. 1459-A.

9612/98, o Presidente da Entidade apresentou Certidão da Justiça Eleitoral que prova não está filiado a nenhuma agremiação partidária, o mesmo acontecendo com os membros da Diretoria, Davi Barbosa da Silva e Paulo Roberto Jesus dos Santos. Com a anuência de todos, o Presidente leu aos presentes a nova redação com as alterações feitas do Estatuto Social da Entidade:

**ATA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO
CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL
D' OESTE - ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE
MAIO DE MIRASSOL D' OESTE - ESTADO DE MATO
GROSSO**



CAPÍTULO I – DA ORGANIZAÇÃO, SEDE E FORO

ARTIGO 1º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D' Oeste (Associação Rádio Comunitária de Mirassol D' Oeste -MT), tem como sede à Rua Maria dos Anjos Braga, 500, Centro, Mirassol D' Oeste e Foro Jurídico a Comarca de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º

A Associação tem como abrangência a sede do município de Mirassol D' Oeste e comunidades próximas. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de divulgação cultural, informativa, social e desportiva.

ARTIGO 3º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social tem por objetivo:

I – Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, operando em FM (Frequência Modula), na sintonia de Mhz, baixa potência, divulgando programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, noticiário de lazer, político, econômico, infantil, entre outros.

7. OAB/MT. 1459-A

II – Apoio Cultural para cobrir os encargos da Associação e sua necessária expansão, de acordo com o que dispõe o Artigo 3º do Decreto 52.795 de 31 de dezembro de 1.963, se dará nos limites e formas da legislação específica.

CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES E PRINCÍPIOS

ARTIGO 4º

Sua finalidade será no atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, contra a violência e em busca de paz;
- b) Oferecer mecanismo de formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se a defesa civil sempre que necessário;
- d) Permitir a capacitação no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

ARTIGO 5º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D´Oeste atenderá em sua programação os seguintes princípios:

- a) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- b) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidário e condições sociais nas relações comunitário;
- c) Desenvolver e apoiar programas de educação ambiental e outros.

PARÁGRAFO ÚNICO

Qualquer cidadão da comunidade beneficiada poderá emitir opinião sobre quaisquer assunto abordado na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações, denúncias ou reivindicações,



7. OAB/MT. 1459-A

devendo observar este Estatuto e o momento adequado da programação para fazê-lo, através de pedido à direção.

CAPÍTULO III- DAS PRERROGATIVAS

ARTIGO 6º

Nas realizações de suas atividades, a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, poderá conveniar-se a qualquer entidade pública ou privada, desde que preservado os princípios deste Estatuto.



ARTIGO 7º

O Patrimônio e Receita da Associação serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

PARÁGRAFO ÚNICO

Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela Diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

ARTIGO 8º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, para desenvolver suas atividades, poderá contratar serviços necessários e nos limites de suas possibilidades financeiras.

CAPÍTULO IV- DOS ÓRGÃOS

ARTIGO 9º

A Associação é composta dos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral
- b) Diretoria Executiva
- c) Conselho Comunitário

ARTIGO 10º

A Assembléia Geral é o Órgão Supremo da Associação, sendo constituído por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos, podendo excluir associados do seu quadro, destituir membros da Diretoria e do Conselho, alterar o Estatuto, admitir novos sócios e demais decisões de âmbito geral da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste.

PARÁGRAFO I

A convocação da Assembléia Geral poderá ser feita pelo Presidente da Diretoria Executiva, pelo Conselho Comunitário ou por 1/3 (um terço) dos associados.



PARÁGRAFO II

O quorum mínimo de deliberação será de 50% (cinquenta por cento) mais um em primeira convocação; em segunda convocação 30 (trinta) minutos após a primeira, a qualquer número, e em terceira convocação 30 (trinta) minutos após a segunda convocação.

PARÁGRAFO III

As decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

PARÁGRAFO IV

As Assembléias Gerais podem ser:

- a) Ordinárias, de doze em doze meses, à partir da data de sua fundação
- b) Extraordinariamente a qualquer tempo de acordo com o disposto neste Capítulo.

ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 11º

A Diretoria Executiva é composta de um Presidente, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos com mandato de dois anos, podendo ser reeleito.

7. OAB/MT. 1459-A

ARTIGO 12º

As atividades do Presidente é coordenar as atividades da Diretoria Executiva, competindo-lhe representar a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele a executar medidas de proteção.

ARTIGO 13º

Compete ao Secretário substituir o Presidente no seus impedimentos, secretariar as assembléias gerais e as reuniões, guardar os livros e organizar os arquivos da Associação, atender ao expediente geral.



ARTIGO 14º

Compete ao Tesoureiro responder pela guarda dos valores e títulos da Associação, receber mensalidades dos associados, movimentar as contas da entidade juntamente com o Presidente, elaborar balancetes de prestação de contas, substituir o Secretário no seu impedimento.

ARTIGO 15º

O Conselho Comunitário terá função consultiva, fiscalizadora, competindo-lhe também, assessorar a Diretoria, interpretar o Estatuto e apreciar atos da Administração Geral.

ARTIGO 16º

O Conselho Comunitário será formado por 05 (cinco) membros indicados pelas suas respectivas entidades representativas.

DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 17º

As categorias dos Sócios são:

- a) Fundadores – são todas as pessoas que participaram da fundação, constituição do patrimônio e manutenção da Associação.

ARTIGO 18º

7. DAB/MT. 1459.A

A admissão de novos sócios deverá ser submetida a decisão da Assembléia Geral, mediante apresentação por escrito da entidade associada.

ARTIGO 19º

Serão admitidos como associados, cujo ingresso será gratuito, às pessoas físicas, com residência ou sede neste Município, bem como as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, por intermédio de seus representantes legais, que tenham preenchido formulário próprio e admitidos em Assembléia Geral, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, a quem são conferidos o direito de escolha dos integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, direito de voz e votos nas deliberações sobre a vida social da entidade.



PARÁGRAFO I

É direito do associado se demitir do quadro social quando julgar necessário, protocolando junto a Diretoria seu pedido de demissão. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social:

- a) Grave violação do Estatuto;
- b) Difamar a associação, seus membros, associados ou objetos;
- c) - Promover atividades que contrariem decisões de Assembléias;
- d) Desvio de bons costumes;
- e) Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;
- f) Falta de contribuições associativas estipulada em assembléia.

PARÁGRAFO II

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, que deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão, nos termos do que prescreve o art. 57, do Código Civil.

7. OAB/MT. 1459-14.

PARÁGRAFO III

A receita da Associação será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.



ARTIGO 20º

Aos associados, pessoas físicas ou jurídica em dia com as suas obrigações estatutárias, serão assegurados os direitos de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos.

ARTIGO 21º

O associado que deixar de comparecer a 02 (duas) Assembléias Ordinárias, previamente convocadas, sem justificativa, estará automaticamente desligado do quadro de sócios.

ARTIGO 22º

Os membros da Diretoria Executiva da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste ou do Conselho Comunitário que não cumprirem com suas funções, serão submetidos a avaliações da Assembléia Geral.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

PARÁGRAFO ÚNICO

A Assembléia Geral para eleição, será convocada 30 (trinta) dias antes do vencimento do mandato vigente.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 23º

A dissolução da Rádio Comunitária FM, ocorrerá segundo decisão de assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

T. JAB/MT. 1459.A.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

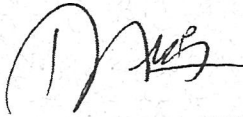


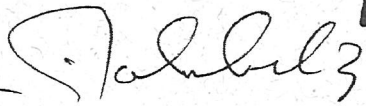

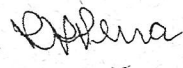
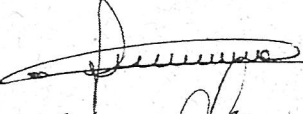
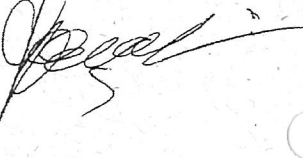
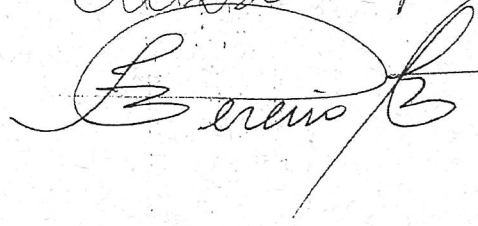
ARTIGO 24º

Este Estatuto poderá ser modificado somente pela Assembléia Geral.



ARTIGO 25º

O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia. Assim sendo eu DAVI BARBOSA DA SILVA, lavrei e assinei a Ata juntamente com os demais presentes.

Davi Barbosa da Silva   
Antonio Carlos Silva 
Ketullin Nayara Delmondes da Silva 
Renilva Rosa Pena - 
Maria Aparecida Rosa
Rafaela Ap. Almeida Barbosa
Daniel José da Silva 
Clitson Aparecido Gomes 
 OAB/MT-1459-A

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Selo de Controle Digital

Código do Ato: 107

AMH55775 R\$54,2

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

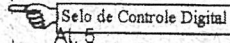
Consulte: www.tj.mt.gov.br/Selos



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Davi Barbosa da Silva Dou Fé. *****

AM075997 R\$ 5,00
Mirass 02 de outubro de 2014



Dou fé. Em testemunho (2) da verdade.

MARIA SILVA SOUZA-escrivente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104

<http://www.tjmt.jus.br/selos>

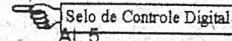
Maria Silva Souza

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.023.237/0001-65
Escrivente Autorizada

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Ketullin Nayara Delmondes da Silva Dou Fé. *****

AM076001 R\$ 5,00
Mirass 02 de outubro de 2014



Dou fé. Em testemunho (2) da verdade.

MARIA SILVA SOUZA-escrivente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104

<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.023.237/0001-65
Escrivente Autorizada

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 3918

Registro: R. 2142

Fls. nº 42 Livro nº 02

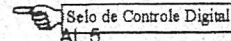
M. D'Oeste - MT 02/10/2014

Maria Silva Souza
Francisco Florêncio de Castilho
Notário e Registrador

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Antonio Carlos Silva Luz Dou Fé. *****

AM075990 R\$ 5,00
Mirass 02 de outubro de 2014



Dou fé. Em testemunho (2) da verdade.

MARIA SILVA SOUZA-escrivente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104

<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.023.237/0001-65
Escrivente Autorizada

DESTINATÁRIO:

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS

ESPLANADAS DOS MINISTÉRIOS BLOCO - R, 3º ANDAR -
ANEXO - ALA OESTE - SALA 300

CEP: 70.044-900 BRASÍLIA - DF



REMETENTE:

**RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE MAIO FM (ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL
INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE-MT)**

RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, Nº 500 - CENTRO

CEP: 78.280-000 MIRASSOL D'OESTE – MT

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Delegacia Regional do Estado de São Paulo

DESPACHO

Processo nº: 53000.028782/2013-31

Referência: 53900.005256/2015-11

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE

Assunto: Ata de eleição postada pela entidade antes de receber tal exigência.

1. Informamos que o documento da referência foi entregue pela entidade antes da expedição do Ofício 1753/2015 e respectiva NT 1260/2015 (que solicitava a ata enviada, dentre outros documentos). Todavia, como o protocolo foi feito na sede em Brasília, tal doc. chegou à Delegacia Regional via SEI em 04.02.2015.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline de Almeida Oliveira, Analista Tec Administrativo**, em 04/02/2015, às 13:32, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0358235** e o código CRC **4F7B255F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 4397/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.028782/2013-31**

Processo de Outorga nº: 53690.001239/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mirassol do Oeste/MT**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, diante da documentação encaminhada em resposta ao Ofício nº 6833/2014/SEI-MC e documentação postada em 27/01/2015, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se ainda a necessidade de adequação da atual redação consolidando as alterações estatutárias da Ata encaminhada, datada de 31/10/2006 (Anexo I), bem como de adequação aos preceitos das alíneas "h.1" "h.3" e "i" do **item 8.2** da Norma nº 1/2011, conforme detalhado a seguir:

i) Considerar, no art. 11 do estatuto, a limitação determinada pela alínea "h.3" de que ao mandato dos membros da diretoria será admitida **uma única recondução**, do modo a se afastar eventual óbice ao caráter comunitário da entidade por ventura oriundo de tal omissão;

ii) O estatuto deve ser adequado de forma a indicar corretamente o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, informando os cargos que compõem a diretoria e **suas respectivas atribuições**, já que o Estatuto encaminhado não estabelece as atribuições para o cargo de Vice-Presidente;

iii) Adequar a redação do estatuto às disposições do **art. 59 do Código Civil**, observando-se os requisitos do dispositivo para destituição de dirigentes e para alterações estatutárias, em atenção à alínea "i", bem como ao item 8.3, alínea

"h", da Norma nº 1/2011;

Transcrição do item 8.2 da Norma nº 1/2011 e suas alíneas acima mencionadas:

8.2. O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:

(...)

h) indicar o modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos e administrativos da entidade, estabelecendo:

h.1) os cargos que compõem a estrutura deliberativa e administrativa, bem como as suas respectivas atribuições;

(...)

h.3) o tempo de mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de 4 (quatro) anos, sendo admitida uma recondução;

i) indicar as condições para a alteração das disposições estatutárias, observadas as disposições contidas nos arts. 59 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

II. O Estatuto Social deverá ainda observar os dispositivos referentes às alíneas "e" e "h" do **item 8.3** da Norma nº 1/2011, conforme segue:

i) O estatuto deverá estabelecer os deveres dos associados, conforme determina a alínea "e";

ii) A redação do art. 10, parágrafo I do estatuto deve estar de acordo com o **art. 60 da Lei nº 10.406**, de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, de forma a garantir a **1/5 (um quinto) dos associados** o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos da entidade, em atenção à alínea "h";

A seguir a transcrição do item 8.3 da Norma nº 1/2011 e suas alíneas acima mencionadas:

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

(...)

e) estabeleçam os direitos e deveres dos associados;

(...)

h) determinem as competências da Assembleia Geral, observando as disposições constantes dos art. 59 e 60 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

III. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago D'arrola Pedrosa Galvao, Delegado**, em 05/03/2015, às 15:51, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 06/03/2015, às 14:51, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0396674** e o código CRC **43CD98F3**.

Minutas e Anexos

Anexo - págs. 30 a 35 do evento SEI (0075691) - Ata, datada de 31/10/2006, referente às alterações estatutárias.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 6341/2015/SEI-MC

São Paulo, 04 de março de 2015

Ao Senhor

ANTONIO CARLOS SILVA LUZ

Representante Legal da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste

Rua Maria dos Anjos Braga, 500 - Centro
78280-000 / Mirassol D'Oeste – MT

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.028782/2013-31.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 4397/2015/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago D'arrola Pedrosa Galvao, Delegado**, em 05/03/2015, às 15:52, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0396704** e o código CRC **66DCDF6B**.

FREE COM LETRA DE FORMA **AR**

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Ofício nº 6341/2015/SEI-MC

São Paulo, 04 de março de 2015

Ao Senhor
ANTONIO CARLOS SILVA LUZ
Representante Legal da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste
Rua Maria dos Anjos Braga, 500 - Centro
78280-000 / Mirassol D'Oeste - MT

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURO / VALEUR DECLARÉE

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

Andréli Pereira

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO / DATE DE LIVRAISON

19/03/15

CARIMBO DE ENTREGA / CARTEAU DE DESTINO

19 MAR 2015

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDOR

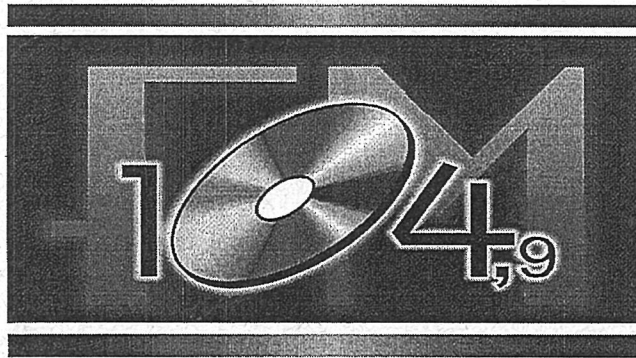
RUBRICA E MAT. DO ENVIO / SIGNATURE DE L'AGENCE

Marcelo de Souza Martins
Mat. 8.429.316-0
AC Mirassol D'Oeste/MT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0 PC04031-10 114 x 185 (mm)





53000.019694/2013-66
22/04/15

RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE MAIO FM

MIRASSOL D' OESTE – MT

CPI: 02.839.951/0001-84

FONE – (65) 241-2503 e CEL.: 9943-8170

RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA - 500 – CENTRO – CEP.: 78.280-000

12 Anos No Ar Ouvindo Você!

Mirassol D' Oeste, 15 de Abril de 2015

Of. nº 071/r14fm/15

AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

**DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES EM
SÃO PAULO – SP**

**REF. OF. Nº 6341/2015/SEI/MC DATADO DO DIA 04 DE
MARÇO DE 2015**

ASSUNTO: NOTA TÉCNICA Nº 4397/2015/SEI/MC

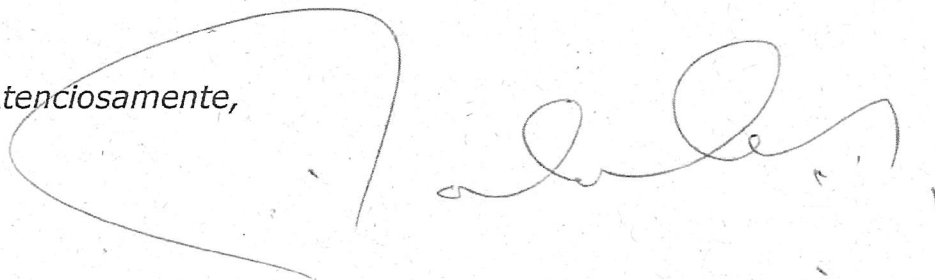
**RELATIVA À ANÁLISE DO 53000.028782/2013-31 DE
RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

SENHOR DELEGADO REGIONAL;

Em atendimento ao Ofício número **6341/2015/SEI-MC**, datado do **04 DE Março De 2015**, e recebido em **19 de Março de 2015**, cumpro-me informar à V. Senhoria, que as pendências verificadas na **Nota Técnica nº 4397/2015-SEI/MC**, desta Delegacia Regional, em relação ao **ESTATUTO** desta Entidade relativas à análise do **Processo de Renovação de Outorga nº 53000.028782/2013-31**, foram sanadas conforme segue em anexos a documentação.

Vale lembrar que outras modificações no **ESTATUTO** desta Entidade já haviam sido determinadas por esta Delegacia, conforme segue também em anexo cópia do **Ofício 6833/2015/SEI/MC**, datado do dia 11 de agosto de 2014, assim como do Estatuto e Ata.

Atenciosamente,



Jorn. Antônio Carlos Luz

**Presidente da Associação Comunitária de Desenvolvimento
Artístico, Cultural, Informativo e Social de Mirassol
D'OesteMT**



Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Ofício nº 6833/2014/SEI-MC

São Paulo, 11 de agosto de 2014

Ao Senhor

ANTONIO CARLOS SILVA LUZ

Representante Legal da ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE

Rua Maria dos Anjos, 770-B - Centro

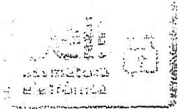
CEP: 78280-000 / Mirassol D'Oeste - MT

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.028782/2013-31.**

Senhor Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 6959/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 03/09/2014, às 13:48, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0078844** e o código CRC **EF6EEEE3**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 6959/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.028782/2013-31**

Processo de Outorga nº: 53690.001239/1998

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mirassol D'Oeste/MT**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Da leitura do Estatuto Social apresentado pela entidade, constata-se a necessidade de adequação da atual redação do artigo 19, ao disposto no artigo 57 da Lei nº 10.406/2002, que institui o Código Civil e o Estatuto Social ainda deverá conter, conforme Norma nº 1/2011:

8.2. *O Estatuto Social das associações comunitárias e das fundações interessadas em executar o serviço deverá:*

e) conter a denominação, os fins e o tempo de duração da entidade e, ainda, quando houver, o fundo social;

g) indicar, entre seus objetivos sociais, a finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente;

j) indicar as condições de extinção da entidade e a previsão da destinação do seu patrimônio, observadas as disposições contidas nos arts. 61 e 69 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil;

8.3. Os Estatutos Sociais das entidades comunitárias deverão ainda conter disposições que:

a) estabeleçam os critérios para ingresso e exclusão dos associados;

b) assegurem o ingresso gratuito, como associado, de todo e qualquer cidadão domiciliado na área de execução do serviço;

c) assegurem a todos os seus associados, pessoas físicas, em dia com as suas obrigações estatutárias, o direito de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

d) assegurem o ingresso gratuito, como associadas, de pessoas jurídicas sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, conferindo-lhes inclusive, por intermédio de seus representantes legais, o direito de escolher, mediante voto, os integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, bem como o direito de voz e voto nas deliberações sobre a vida social da entidade, nas instâncias deliberativas existentes;

f) especifiquem as fontes de recursos para manutenção da entidade;

g) determinem que não haverá a distribuição de bônus ou eventuais sobras da receita entre os associados;

Lei nº 10.406/2002

Art. 57. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no estatuto.

II. As alterações estatutárias promovidas devem ser devidamente averbadas junto ao registro inicial do Estatuto Social, ou seja, no Registro de Pessoas Jurídicas, mediante apresentação de certidão cartorária que vise tal comprovação.

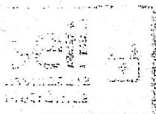
3. Além das pendências na documentação encaminhada, verificou-se também que:

I. Existem indícios de que a requerente mantém vínculos que a subordinam ou a sujeitam à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de outra entidade, mediante compromissos ou relações político-partidárias, em infringência ao disposto no art. 11 da Lei 9612/98, vez que 3 (três) dos 4 (quatro) diretores da entidade são filiados ao mesmo partido PMDB, conforme certidões do TSE (0078579), motivo pelo qual a entidade deverá se-manifestar.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada e **esclarecer** o item apontado, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização, sem prejuízo de eventual aplicação de sanções, caso seja apurada infração nos termos do artigo 40, inciso VI, do Decreto nº 2.615/1998.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 03/09/2014, às 13:48, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 04/09/2014, às 08:57, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0078593** e o código CRC **CC2D2871**.

**ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO
ARTÍSTICO, CULTURAL, INFORMATIVO E SOCIAL DE
MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO.
CNPJ: 02.839.951.0001-84.**

AOS SEIS (06) DIAS DO MÊS DE ABRIL DO ANO DE 2015 (DOIS MIL E QUINZE), ÀS 14 HORAS, NA SUA SEDE, LOCALIZADA À RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, 500, CENTRO, MIRASSOL D'OESTE, MT, SE REUNIRAM EM ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA, OS SEGUINTE MEMBROS DESTA ENTIDADE: **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ, DAVI BARBOSA DA SILVA, DANIEL JOSÉ DA SILVA KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA, RENILVA ROSA PENA, MARIA APARECIDA ROSA, LEVI SILVA DE MEDEIROS E MARCOS RIBEIRO DE JESUS**, para deliberarem sobre novas mudanças/alterações no **ESTATUTO SOCIAL DESTA ENTIDADE**, conforme determinações do Ministério das Comunicações Ofício nº 6341/2015/SEI-MC e NOTA TÉCNICA nº 4397/2015/SEI/MC, datadas do dia 04 de março deste ano. O senhor presidente, Antônio Carlos Silva Luz expôs aos presentes as alterações a serem feitas no ESTATUTO da Entidade de conformidade com os referidos documentos enviados pelo MC (Ministério das Comunicações), o que foi unanimamente aprovadas por todos. Assim no **ART. 11 – A Diretoria Executiva**, digo, Executiva é composta de um Presidente, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos com mandato de 04 anos (quatro), sendo admitida uma recondução. Já no **Parágrafo I do Art. 10** – A convocação da Assembléia Geral poderá ser feita pelo Presidente da Diretoria Executiva, pelo Conselho Comunitário ou 1/5 (um quinto) dos associados. **Nas Atribuições da Diretoria Executiva:** Art. 12, acrescentar Parágrafo I, digo, no Art. 12º, acrescentar **Parágrafo I**, sobre a atribuição do cargo de **Vice-presidente**, que passa ter a seguinte redação; já anteriormente definida, porém, não contida neste Estatuto: **Compete ao Vice-presidente, na falta do Presidente, coordenar as atividades da Diretoria Executiva, representar a**



Marcel de Sá Pereira

Marcel de Sá Pereira 12070

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 680 - Centro

Protocolo: 0366

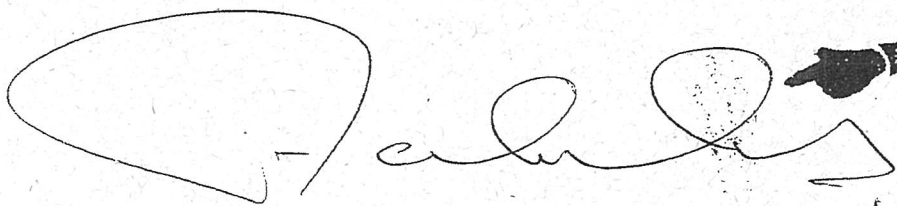
Registro: R-3166

Fls. nº 66 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT, 14/04/2015

Francisco Florêncio de Castilho
Francisco Florêncio de Castilho
Notário e Registrador

Entidade nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele, a executar medidas de proteção. Com relação as outras alterações, o senhor presidente disse que as mesmas foram feitas em Assembléia Extraordinária anterior, em atendimento ao Ofício nº 6833/2014/SEI/MC e Nota Técnica nº 6959/2014/SEI/MC e encaminhadas ao Ministério das Comunicações através do Ofício nº 064/r14fm/14 datado do dia 06/10/2014. Nada havendo a tratar nesta AE, terminou o senhor Presidente que se encerrasse a presente e que fosse confeccionada a **ATA** e o **ESTATUTO** com as devidas alterações aprovadas, que depois de lidas e achadas conforme fossem assinadas por todos os presentes.



Ketullin N. da Silva

Renilda Rosa Lima

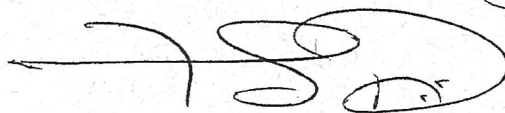
Daniel José das Neves

Dani BARBOSA DA SILVA

Maria Aparecida Rosa

Leandro Silva de Medeiros

Marcos Thelmo de Jesus



Marcel de Sá Pereira

Advogado OAB/MT 12070



2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 0166

Registro: R-1/66

Fls. nº 66 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT 14 / 04 / 2015

Francisco Florencio de Castilho
Francisco Florencio de Castilho
Notário e Registrador

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

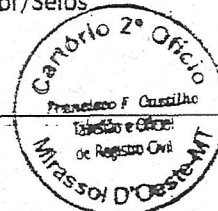
Ato de Notas e Registro
Selo de Controle Digital

Código do Ato: 107

AOU44287 R\$54,2

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Consulte: www.tj.mt.gov.br/Selos



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De Antonio Carlos
Silva Luz Dou Fé

ADVO1666 R\$ 5,00

Mirass 14 de abril de 2015

Dou fé Em testemunho () da verdade.

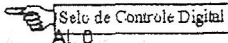
MARIA SILVA SOUZA - escrevente

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104

<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.073.237/0001-65
Escrevente Autorizada



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De Ketullin Nayara
Delmondes da Silva Dou Fé

ADVO1682 R\$ 5,00

Mirass 14 de abril de 2015

Dou fé Em testemunho () da verdade

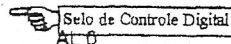
MARIA SILVA SOUZA - escrevente

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Cod. Serv. 104

<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.073.237/0001-65
Escrevente Autorizada



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De Levi Silva de
Medeiros Dou Fé

ADVO1675 R\$ 5,00

Mirass 14 de abril de 2015

Dou fé Em testemunho () da verdade.

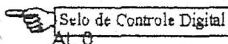
MARIA SILVA SOUZA - escrevente

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104

<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

Maria Silva Souza
CNPJ: 15.073.237/0001-65
Escrevente Autorizada



**ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA
DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL
INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE -
ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE MAIO DE
MIRASSOL D'OESTE - ESTADO DE MATO GROSSO**

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO, SEDE E FORO

ARTIGO 1º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste (Associação Rádio Comunitária de Mirassol D'Oeste -MT), tem como sede à Rua Maria dos Anjos Braga, 500, Centro, Mirassol D'Oeste e Foro Jurídico a Comarca de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º

A Associação tem como abrangência a sede do município de Mirassol D'Oeste e comunidades próximas. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de divulgação cultural, informativa, social e desportiva.

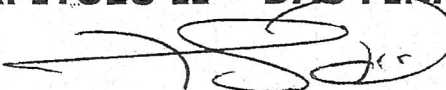
ARTIGO 3º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social tem por objetivo:

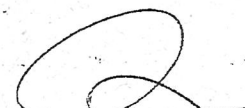
I - Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, operando em FM (Frequência Modula), na sintonia de Mhz, baixa potência, divulgando programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, noticiário de lazer, político, econômico, infantil, entre outros.

II - Apoio Cultural para cobrir os encargos da Associação e sua necessária expansão, de acordo com o que dispõe o Artigo 3º do Decreto 52.795 de 31 de dezembro de 1.963, se dará nos limites e formas da legislação específica.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES E PRINCÍPIOS


Marcel de Sá Pereira
Advogado OAB/MT 12070




[Illegible text]

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAR
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 0166

Registro: R-1/66

Fis. nº 66 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT 14/04/2015

Francisco Florêncio de Castilho

Francisco Florêncio de Castilho
Notário e Registrador

ARTIGO 4º

Sua finalidade será no atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, contra a violência e em busca de paz;
- b) Oferecer mecanismo de formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se a defesa civil sempre que necessário;
- d) Permitir a capacitação no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

ARTIGO 5º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste atenderá em sua programação os seguintes princípios:

- a) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- b) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidário e condições sociais nas relações comunitário;
- c) Desenvolver e apoiar programas de educação ambiental e outros.



PARÁGRAFO ÚNICO

Qualquer cidadão da comunidade beneficiada poderá emitir opinião sobre quaisquer assunto abordado na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações, denúncias ou reivindicações, devendo observar este Estatuto e o momento adequado da programação para fazê-lo, através de pedido à direção.

CAPÍTULO III- DAS PRERROGATIVAS

ARTIGO 6º

Nas realizações de suas atividades, a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo

Manoel de Sá Pereira

Advogado OAB/MT 12070

2.º SERVICIO NOTARIAL E REGISTRO
PRIVATIVO DE REGISTROS PRODUZIDA EM 1994
Pelo Antonio Martins de Sousa, advogado
Protocolo: 0166
Registrado: 8-11-66
Folha nº 66 Livro nº 00
1.º D. O. 14. 10. 1966
Tratado de F. L. de P. 1966
Francisco F. F. de C. 1966
F. F. de C. 1966

e Social de Mirassol D'Oeste, poderá conveniar-se a qualquer entidade pública ou privada, desde que preservado os princípios deste Estatuto.

ARTIGO 7º

O Patrimônio e Receita da Associação serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

PARÁGRAFO ÚNICO

Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela Diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

ARTIGO 8º

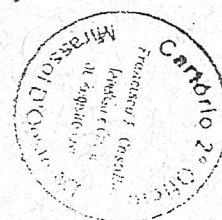
A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, para desenvolver suas atividades, poderá contratar serviços necessários e nos limites de suas possibilidades financeiras.

CAPÍTULO IV- DOS ÓRGÃOS

ARTIGO 9º

A Associação é composta dos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral
- b) Diretoria Executiva
- c) Conselho Comunitário



ARTIGO 10º

A Assembléia Geral é o Órgão Supremo da Associação, sendo constituído por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos, podendo excluir associados do seu quadro, destituir membros da Diretoria e do Conselho, alterar o Estatuto, admitir novos sócios e demais decisões de âmbito

Marcel de Sá Pereira

Advogado OAB/MT 12070

2º SERVIDOR: [illegible]
PRIVATIZADO POR: [illegible]
RUE ANTONIO MACHADO DE [illegible]
Protocolo: 0166
Registro: B-1166
Fol. nº 66 Livro 02
M. D. Oeste - MT, 14/04/15
[illegible]
Francisco [illegible]
Machado de [illegible]

geral da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste.

PARÁGRAFO I

A convocação da Assembléia Geral poderá ser feita pelo Presidente da Diretoria Executiva, pelo Conselho Comunitário ou por 1/5 (um quinto) dos associados.

PARÁGRAFO II

O quorum mínimo de deliberação será de 50% (cinquenta por cento) mais um em primeira convocação; em segunda convocação 30 (trinta) minutos após a primeira, a qualquer número, e em terceira convocação 30 (trinta) minutos após a segunda convocação.

PARÁGRAFO III

As decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

PARÁGRAFO IV

As Assembléias Gerais podem ser:

- a) Ordinárias, de doze em doze meses, à partir da data de sua fundação
- b) Extraordinariamente a qualquer tempo de acordo com o disposto neste Capítulo.


ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

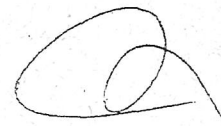
ARTIGO 11º

A Diretoria Executiva é composta de um Presidente, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos com mandato de 04 anos (quatro), sendo admitida uma recondução.

ARTIGO 12º

As atividades do Presidente é coordenar as atividades da Diretoria Executiva, competindo-lhe representar a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste nos atos internos


Marcel de Sá Pereira
Advogado OAB/MT 12070



7º SERVIÇO DE REGISTRO E CARTÓRIO
RUA ANTONIO MARQUES DE OLIVEIRA, 100 - JARDIM
PROTOCOLO: 0166
REGISTRO: R-2166
FOLHA: 66 LIVRO Nº 00
M. D. Oeste - MT 14/04 2015
Francisco Florêncio de
Melo & Cia. Ltda.

e externos, em juízo ou fora dele a executar medidas de proteção.

PARÁGRAFO I

Compete ao Vice-presidente, na falta do Presidente, coordenar as atividades da Diretoria Executiva, representar a Entidade nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele, a executar medidas de proteção.

ARTIGO 13º

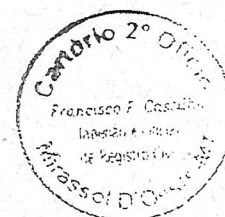
Compete ao Secretário substituir o Presidente no seus impedimentos, secretariar as assembléias gerais e as reuniões, guardar os livros e organizar os arquivos da Associação, atender ao expediente geral.

ARTIGO 14º

Compete ao Tesoureiro responder pela guarda dos valores e títulos da Associação, receber mensalidades dos associados, movimentar as contas da entidade juntamente com o Presidente, elaborar balancetes de prestação de contas, substituir o Secretário no seu impedimento.

ARTIGO 15º

O Conselho Comunitário terá função consultiva, fiscalizadora, competindo-lhe também, assessorar a Diretoria, interpretar o Estatuto e apreciar atos da Administração Geral.



ARTIGO 16º

O Conselho Comunitário será formado por 05 (cinco) membros indicados pelas suas respectivas entidades representativas.

DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 17º

As categorias dos Sócios são:

- a) Fundadores – são todas as pessoas que participaram da fundação, constituição do patrimônio e manutenção da Associação.

Marcel de Sá Pereira
Advogado OAB/MT 12070

[Handwritten signature]

[illegible]

9910: 01000000

[illegible]

ARTIGO 18º

A admissão de novos sócios deverá ser submetida a decisão da Assembléia Geral, mediante apresentação por escrito da entidade associada.

ARTIGO 19º

Serão admitidos como associados, cujo ingresso será gratuito, às pessoas físicas, com residência ou sede neste Município, bem como as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, por intermédio de seus representantes legais, que tenham preenchido formulário próprio e admitidos em Assembléia Geral, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, a quem são conferidos o direito de escolha dos integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, direito de voz e votos nas deliberações sobre a vida social da entidade.

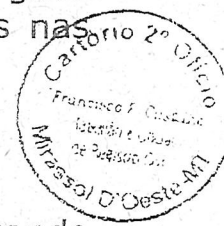
PARÁGRAFO I

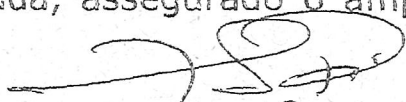
É direito do associado se demitir do quadro social quando julgar necessário, protocolando junto a Diretoria seu pedido de demissão. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social:

- a) Grave violação do Estatuto;
- b) Difamar a associação, seus membros, associados ou objetos;
- c) - Promover atividades que contrariem decisões de Assembléias;
- d) Desvio de bons costumes;
- e) Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;
- f) Falta de contribuições associativas estipulada em assembléia.

PARÁGRAFO II

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, que deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de




Marcel de Sá Pereira
Advogado OAB/MT 12070



2º SERVIÇO NACIONAL DE
PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS
TODAS AS ATIVIDADES SÃO DE RESPONSABILIDADE DO
PROFESSOR 0166
Registro: 8-1166
Livro nº 02
Atividade - MT 14/04/2015
Assinado: *Assinado*
Comissão Fiscalizadora de Contas
Notas e Registros

defesa do associado em questão, nos termos do que prescreve o art. 57, do Código Civil.

PARÁGRAFO III

A receita da Associação será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.

ARTIGO 20º

Aos associados, pessoas físicas ou jurídica em dia com as suas obrigações estatutárias, serão assegurados os direitos de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos.

ARTIGO 21º

O associado que deixar de comparecer a 02 (duas) Assembléias Ordinárias, previamente convocadas, sem justificativa, estará automaticamente desligado do quadro de sócios.

ARTIGO 22º

Os membros da Diretoria Executiva da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste ou do Conselho Comunitário que não cumprirem com suas funções, serão submetidos a avaliações da Assembléia Geral.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

PARÁGRAFO ÚNICO

A Assembléia Geral para eleição, será convocada 30 (trinta) dias antes do vencimento do mandato vigente.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 23º

A dissolução da Rádio Comunitária FM, ocorrerá segundo decisão de assembleia Geral, e o remanescente de seu



Marcel de Sá Pereira

Advogado OAB/MT 12070

2º SERVIÇO NOTARIAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS
Rua Antonio Martins da Costa - 101 - Centro

Protocolo: 0166

Registro: R-1166

Fic. nº 66 Livro nº 02

M. Deste - MT 14/04/2015

Indisico Florêncio da Costa
Notário e Registrador

patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

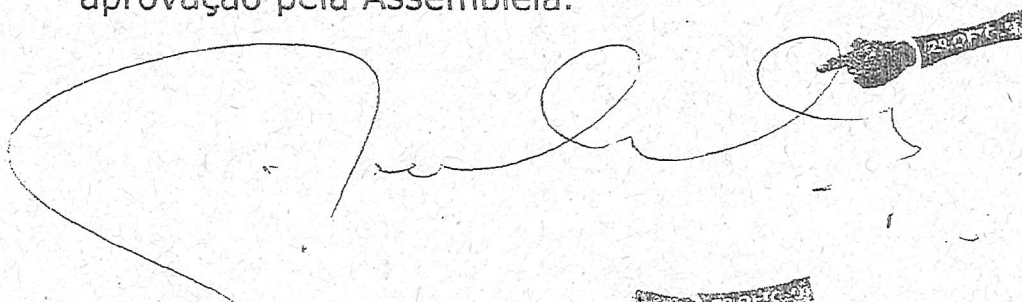
CONSIDERAÇÕES FINAIS

ARTIGO 24º

Este Estatuto poderá ser modificado somente pela Assembléia Geral.

ARTIGO 25º

O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia.



Ketullin N.O. da Silva

Reinaldo Rosa Pena

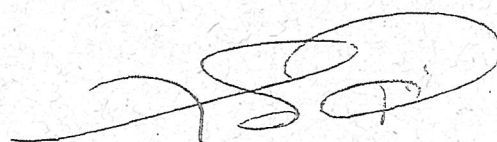
Daniel José da Silva

Dani BARBOSA DA SILVA

Maria Aparecida Rosa

Luci Silva de Jesus

Marcelo Ribeiro de Jesus



Marcel de Sá Pereira
Advogado OAB/MT 12070

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRO
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS NATURAIS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro - CEP 78200-000 - FONE: (65) 3241-1030

Protocolo: 0166

Registro: R-1166

Folha nº 66 Livro nº 002

M. D'Oeste - MT 14/04/2015

Maria Silva Souza
Francisco Florêncio de Castilho
Notário e Registrador

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78200-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De Antonio Carlos
Silva Luz Dou Fé *****

AOV01662 R\$ 5,00
Mirassol 14 de abril de 2015

Selo de Controle Digital
At: 0

Dou fé Em testemunho(*1*) da verdade

MARIA SILVA SOUZA - escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

Maria Silva Souza
CPF: 15.023.231/0001-55
Escrevente Autorizada

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78200-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De Ketullin Nayara
Delmondes da Silva Dou Fé *****

AOV01678 R\$ 5,00
Mirassol 14 de abril de 2015

Selo de Controle Digital
At: 0

Dou fé Em testemunho(*1*) da verdade

MARIA SILVA SOUZA - escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

Maria Silva Souza
CPF: 15.023.231/0001-55
Escrevente Autorizada

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78200-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIÃO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De Levi Silva de
Medeiros Dou Fé. *****

AOV01670 R\$ 5,00
Mirassol 14 de abril de 2015

Selo de Controle Digital
At: 0

Dou fé Em testemunho(*1*) da verdade

MARIA SILVA SOUZA - escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

Maria Silva Souza

Maria Silva Souza
CPF: 15.023.231/0001-55
Escrevente Autorizada

**ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DA
ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO
ARTÍSTICO, CULTURAL, INFORMTIVO E SOCIAL DE
MIRASSOL D´OESTE – MATO GROSSO. CNPJ:
02.839.951.0001-84.**



AOS VINTE DE SETE DIAS (27.09.14) DO MÊS DE SETEMBRO (09) DO ANO DE DOIS MIL E QUATORZE (2014), ÀS 10H30, EM SUA SEDE SOCIAL, À RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA, 500, CENTRO, MIRASSOL D´OESTE-MT, SE REUNIRAM EM ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA, OS MEMBROS DESTA ENTIDADE: **ANTONIO CARLOS SILVA LUZ, DAVI BARBOSA DA SILVA, KETULLIN NAYARA DELMONDES DA SILVA, MARIA APARECIDA ROSA, DANIEL JOSÉ DA SILVA, RAFAELA APARECIDA ALMEIDA BARBOSA, CLAITSON APARECIDO GONÇALVES E RENILVA ROSA PENA**, para deliberarem sobre os seguintes temas: a) Mudança no Estatuto Social da Entidade, conforme exigência relativa ao requerimento de renovação de outorga, conforme nota técnica nº 6959/2014/SEI-MC, Ofício nº 6833/2014/SEI-MC, de 11 de agosto de 2014; b) Desfiliação de membros em cargos de Diretoria da Entidade de partidos políticos, em conformidade com Art. 11 da Lei 9612/98. Aberta a Assembléia Extraordinariamente pelo senhor Antônio Carlos Silva Luz, Presidente da Associação, que verificou haver quorum legal para deliberar sobre os assuntos a serem decididos, este convidou a mim, Davi Barbosa da Silva, para secretariar a presente Assembléia Extraordinária, e assim o fiz. Com a palavra, o Presidente lamentou a ausência do Secretário da Entidade, Paulo Roberto Jesus dos Santos. Em seguida, colocou sob apreciação dos membros presentes as mudanças a serem feitas no Estatuto Social da Entidade, em atendimento as exigências contidas no Ofício nº 6833/2014/SEI-MC, de 11 de agosto de 2014, relativas ao Processo nº 53000.028782-2013-31, conforme Nota Técnica nº 6959/2014/SEI-MC. Por unanimidade, os membros presentes concordaram em alterar o Estatuto Social da Entidade, que passa agora a ter uma nova redação. Em relação a constatação de membros filiados a partidos políticos, contrariando o artigo 11 da Lei

[Assinatura] OAB/MT. 1459-H

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 3918

Registro: 2-3143

Fls. nº 41 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT 02 / 30 / 20 14

Francisco Flôrencio de Castilho
Notário e Registrador

9612/98, o Presidente da Entidade apresentou Certidão da Justiça Eleitoral que prova não está filiado a nenhuma agremiação partidária, o mesmo acontecendo com os membros da Diretoria, Davi Barbosa da Silva e Paulo Roberto Jesus dos Santos. Com a anuência de todos, o Presidente leu aos presentes a nova redação com as alterações feitas do Estatuto Social da Entidade:



**ATA DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO
COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO
CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL
D' OESTE - ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE
MAIO DE MIRASSOL D' OESTE - ESTADO DE MATO
GROSSO**

CAPÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO, SEDE E FORO

ARTIGO 1º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D' Oeste (Associação Rádio Comunitária de Mirassol D' Oeste -MT), tem como sede à Rua Maria dos Anjos Braga, 500, Centro, Mirassol D' Oeste e Foro Jurídico a Comarca de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso.

ARTIGO 2º

A Associação tem como abrangência a sede do município de Mirassol D' Oeste e comunidades próximas. É uma sociedade civil, sem fins lucrativos, de duração indeterminada, de divulgação cultural, informativa, social e desportiva.

ARTIGO 3º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social tem por objetivo:

I - Executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, conforme a legislação vigente, operando em FM (Frequência Modula), na sintonia de Mhz, baixa potência, divulgando programas de caráter educativo, cultural, histórico, recreativo, religioso, informativo, noticiário de lazer, político, econômico, infantil, entre outros.

7. OAB/MT. 1459-A

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 5948

Registro: R-2143

Fls. nº 41 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT 02/30/2014

Francisco Florêncio de Castilho
Notário e Registrador

II – Apoio Cultural para cobrir os encargos da Associação e sua necessária expansão, de acordo com o que dispõe o Artigo 3º do Decreto 52.795 de 31 de dezembro de 1.963, se dará nos limites e formas da legislação específica.

CAPÍTULO II – DAS FINALIDADES E PRINCÍPIOS

ARTIGO 4º

Sua finalidade será no atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

- a) Dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade, contra a violência e em busca de paz;
- b) Oferecer mecanismo de formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, cultura e o convívio social;
- c) Prestar serviços de utilidade pública, integrando-se a defesa civil sempre que necessário;
- d) Permitir a capacitação no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

ARTIGO 5º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste atenderá em sua programação os seguintes princípios:

- a) Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- b) Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidário e condições sociais nas relações comunitário;
- c) Desenvolver e apoiar programas de educação ambiental e outros.

PARÁGRAFO ÚNICO

Qualquer cidadão da comunidade beneficiada poderá emitir opinião sobre quaisquer assunto abordado na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações, denúncias ou reivindicações,



7. OAB/MT. 1459-A

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIMATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 420 - Centro

Protocolo: 3918

Registro: R-1141

Fls. nº 41 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT 02/10/2014

Francisco Florêncio de Castilho
Notário e Registrador

devendo observar este Estatuto e o momento adequado da programação para fazê-lo, através de pedido à direção.

CAPÍTULO III- DAS PRERROGATIVAS

ARTIGO 6º

Nas realizações de suas atividades, a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, poderá conveniar-se a qualquer entidade pública ou privada, desde que preservado os princípios deste Estatuto.



ARTIGO 7º

O Patrimônio e Receita da Associação serão compostos pelas contribuições sociais definidas pela Assembléia Geral, pelas doações, auxílios e subvenções, pelos bens móveis ou imóveis, pelas rendas e juros de depósitos bancários e aplicação financeira, pelos saldos de exercícios financeiros anteriores transferidos para a conta patrimonial, por valores advindos de suas atividades comunitárias, bem como por aqueles decorrentes do patrocínio sob forma de apoio cultural.

PARÁGRAFO ÚNICO

Toda receita ou despesa deverá ser aprovada pela Diretoria e nenhum membro de seu quadro diretivo será remunerado.

ARTIGO 8º

A Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, para desenvolver suas atividades, poderá contratar serviços necessários e nos limites de suas possibilidades financeiras.

CAPÍTULO IV- DOS ÓRGÃOS

ARTIGO 9º

A Associação é composta dos seguintes órgãos:

- a) Assembléia Geral
- b) Diretoria Executiva
- c) Conselho Comunitário

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 3918

Registro: 8-1141

Fis. nº 41 Livro nº 02

M. D'Este - Int 02 / 30 / 20 14

Francoise Florenço de Castilho
Notário e Registrador

ARTIGO 10º

A Assembléia Geral é o Órgão Supremo da Associação, sendo constituído por todos os sócios em pleno exercício de seus direitos, podendo excluir associados do seu quadro, destituir membros da Diretoria e do Conselho, alterar o Estatuto, admitir novos sócios e demais decisões de âmbito geral da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste.

PARÁGRAFO I

A convocação da Assembléia Geral poderá ser feita pelo Presidente da Diretoria Executiva, pelo Conselho Comunitário ou por 1/3 (um terço) dos associados.



PARÁGRAFO II

O quorum mínimo de deliberação será de 50% (cinquenta por cento) mais um em primeira convocação; em segunda convocação 30 (trinta) minutos após a primeira, a qualquer número, e em terceira convocação 30 (trinta) minutos após a segunda convocação.

PARÁGRAFO III

As decisões serão tomadas por maioria simples dos presentes.

PARÁGRAFO IV

As Assembléias Gerais podem ser:

- a) Ordinárias, de doze em doze meses, à partir da data de sua fundação
- b) Extraordinariamente a qualquer tempo de acordo com o disposto neste Capítulo.

ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

ARTIGO 11º

A Diretoria Executiva é composta de um Presidente, Vice-presidente, Secretário e Tesoureiro, eleitos pela Assembléia Geral dentre os sócios em pleno gozo de seus direitos com mandato de dois anos, podendo ser reeleito.

7. OAB/MT. 1459-A

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PATRIARQUIA DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Av. Américo Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 3919

Registro: 3.3143

Fig. nº 43 **Livro nº** 02

M. O. Oeste - MT 02/10/2014

Francisco Fiorêncio de Castilho

Notário e Registrador

ARTIGO 12º

As atividades do Presidente é coordenar as atividades da Diretoria Executiva, competindo-lhe representar a Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste nos atos internos e externos, em juízo ou fora dele a executar medidas de proteção.

ARTIGO 13º

Compete ao Secretário substituir o Presidente no seus impedimentos, secretariar as assembléias gerais e as reuniões, guardar os livros e organizar os arquivos da Associação, atender ao expediente geral.



ARTIGO 14º

Compete ao Tesoureiro responder pela guarda dos valores e títulos da Associação, receber mensalidades dos associados, movimentar as contas da entidade juntamente com o Presidente, elaborar balancetes de prestação de contas, substituir o Secretário no seu impedimento.

ARTIGO 15º

O Conselho Comunitário terá função consultiva, fiscalizadora, competindo-lhe também, assessorar a Diretoria, interpretar o Estatuto e apreciar atos da Administração Geral.

ARTIGO 16º

O Conselho Comunitário será formado por 05 (cinco) membros indicados pelas suas respectivas entidades representativas.

DOS ASSOCIADOS

ARTIGO 17º

As categorias dos Sócios são:

- a) Fundadores – são todas as pessoas que participaram da fundação, constituição do patrimônio e manutenção da Associação.

ARTIGO 18º

7. DAB/MT. 1459.A

Francisco Florêncio de Castilho
Móvel e Registrador

M. D'Oeste - MT 02/10/2014

Fis. nº 43 Livro nº 02

Registro: 3412

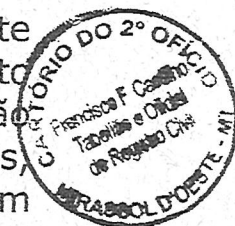
Protocolo: 3412

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRATICO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

A admissão de novos sócios deverá ser submetida a decisão da Assembléia Geral, mediante apresentação por escrito da entidade associada.

ARTIGO 19º

Serão admitidos como associados, cujo ingresso será gratuito, às pessoas físicas, com residência ou sede neste Município, bem como as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, sediadas na área de execução do serviço, por intermédio de seus representantes legais, que tenham preenchido formulário próprio e admitidos em Assembléia Geral, desde que se comprometam a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto, a quem são conferidos o direito de escolha dos integrantes dos órgãos deliberativos e administrativos, direito de voz e votos nas deliberações sobre a vida social da entidade.



PARÁGRAFO I

É direito do associado se demitir do quadro social quando julgar necessário, protocolando junto a Diretoria seu pedido de demissão. São passíveis de punição temporária ou de exclusão definitiva do quadro social:

- a) Grave violação do Estatuto;
- b) Difamar a associação, seus membros, associados ou objetos;
- c) - Promover atividades que contrariem decisões de Assembléias;
- d) Desvio de bons costumes;
- e) Conduta duvidosa, atos ilícitos ou imorais;
- f) Falta de contribuições associativas estipulada em assembléia.

PARÁGRAFO II

A perda da qualidade de associado será determinada pela Diretoria Executiva, que deverá submetê-la à Assembléia Geral, convocada especialmente para este fim, para deliberação fundamentada, assegurado o amplo direito de defesa do associado em questão, nos termos do que prescreve o art. 57, do Código Civil.

7. OAB/MT. 1459-14

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 3918

Registro: R- 1143

Fls. nº 41 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT 02 / 10 / 2014

Francisco Florêncio de Castilho
Francisco Florêncio de Castilho
Notário e Registrador

PARÁGRAFO III

A receita da Associação será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais e não será admitida a remuneração de seus dirigentes pelo exercício de suas funções, bem como a distribuição de lucros (sobras), dividendos, vantagens ou bonificações a qualquer dos seus associados ou dirigentes.



ARTIGO 20º

Aos associados, pessoas físicas ou jurídica em dia com as suas obrigações estatutárias, serão assegurados os direitos de votar e ser votado para todos os cargos que compõem os órgãos administrativos e deliberativos.

ARTIGO 21º

O associado que deixar de comparecer a 02 (duas) Assembléias Ordinárias, previamente convocadas, sem justificativa, estará automaticamente desligado do quadro de sócios.

ARTIGO 22º

Os membros da Diretoria Executiva da Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste ou do Conselho Comunitário que não cumprirem com suas funções, serão submetidos a avaliações da Assembléia Geral.

DISPOSIÇÕES GERAIS:

PARÁGRAFO ÚNICO

A Assembléia Geral para eleição, será convocada 30 (trinta) dias antes do vencimento do mandato vigente.

DISPOSIÇÕES FINAIS

ARTIGO 23º

A dissolução da Rádio Comunitária FM, ocorrerá segundo decisão de assembleia Geral, e o remanescente de seu patrimônio líquido, será destinado a entidade de fins não econômicos congênere, definida na Assembléia.

T. OAB/MT. 1459.A

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 3918

Registro: R-1141

Fls. nº 42 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT 02/10/2014

Francisco Flôrencio de Castilho
Francisco Flôrencio de Castilho
Notário e Registrador

CONSIDERAÇÕES FINAIS

ARTIGO 24º

Este Estatuto poderá ser modificado somente pela Assembléia Geral.



ARTIGO 25º

O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembléia. Assim sendo eu DAVI BARBOSA DA SILVA, lavrei e assinei a Ata juntamente com os demais presentes.

Davi Barbosa da Silva

Autores da Ata: Luiz Tadeu

Ketullin Nayara Delmondes da Silva

Renilva Rosa Lima - R. Lima

Maria Aparecida Rosa

Rafaela Ap. Almeida Barbosa

Daniel José da Silva

Clitson Aparecido: Clitson Aparecido

Leandro B. DAB/T-1459-A

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Selo de Controle Digital

Código do Ato: 107

AMH55775 R\$54,2

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Consulte: www.tj.mt.gov.br/Selos



CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Davi Barbosa
da Silva Dou Fé. *****

AMO75997 R\$ 5,00
Mirass 02 de outubro de 2014.

Selo de Controle Digital
At. 5

Dou fé. Em testemunho () da verdade.

MARIA SILVA SOUZA - escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Ketulin Nayara
Delmondes da Silva Dou Fé. *****

AMO76001 R\$ 5,00
Mirass 02 de outubro de 2014

Selo de Controle Digital
At. 5

Dou fé. Em testemunho () da verdade.

MARIA SILVA SOUZA - escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

2º SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
PRIVATIVO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS
Rua Antonio Martins da Costa, 480 - Centro

Protocolo: 3918

Registro: R. 2142

Fls. nº 41 Livro nº 02

M. D'Oeste - MT 02/10/2014

Francisco Florêncio de Castilho
Notário e Registrador

CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE MIRASSOL D'OESTE - MT
RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, 480 - CENTRO - CEP 78280-000 - FONE: (65) 3241-1030
TABELIAO RESPONSÁVEL: FRANCISCO FLORENCIO DE CASTILHO

Reconheço por Verdadeiro a(s) Firma(s) De: Antonio Carlos
Silva Luz Dou Fé. *****

AMO75990 R\$ 5,00
Mirass 02 de outubro de 2014

Selo de Controle Digital
At. 5

Dou fé. Em testemunho () da verdade.

MARIA SILVA SOUZA - escrevente
Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Cod. Serv. 104
<http://www.tjmt.jus.br/selos>

1º Porte Carta Comercial

1º Porte Carta Comercial

1º Porte Carta Comercial

1º Porte Carta Comercial

PARA

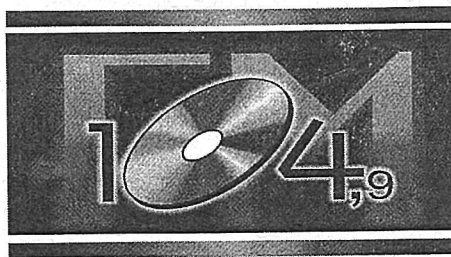
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES NO ESTADO DE SÃO PAULO

RUA MERGENTHALER, 592, BLOCO I, MEZANINO
(ECT) - VILA LEOPOLDINA

CEP.: 05311-900

SÃO PAULO-SP





RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE MAIO FM

MIRASSOL D' OESTE - MT

CPJ: 02.839.951/0001-84

FONE - (65) 241-2503 e CEL.: 9943-8170

RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA - 500 - CENTRO - CEP.: 78.280-000
12 Anos No Ar Ouvindo Você!

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Memo. nº 1329/2015/SEI-MC

São Paulo, 27 de abril de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação de Outorga**

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>Entidade</u> <u>Localidade</u>	<u>CNPJ</u>	
01. Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM Estância Velha/RS	02.488.296/0001-67	
02. Associação Beneficente Cultural Comunitária de Brasilândia de Minas Brasilândia de Minas/MG	03.091.239/0001-02	
03. Associação Comunitária 29 de Dezembro - ACVD Cruz do Capibaribe/PE	02.286.253/0001-07	Santa
04. Associação Cultural Comunitária de Pedreira Pedreira/SP	01.585.086/0001-24	
05. Associação de Moradores do Serra Verde Alegre/RS	02.683.487/0001-80	Porto
06. Movimento Teatral Ziriguidum Art Circus Pesqueira/PE	02.351.731/0001-07	
07. Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danuzia Danielle Escada/PE	03.407.938/0001-19	
08. Associação Comunitária Feminina de Montalvânia Montalvânia/MG	01.903.554/0001-61	
09. Associação Comunitária de Radiodifusão e Desenvolvimento Cultural		

de Mutum - ACORDECUM
Mutum/MG

02.615.534/00041-58

10. Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informa-
tivo e Social de Mirassol D'Oeste
Mirassol D'Oeste/MT

02.839.951/0001-84

11. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos
Valinhos/SP

02.130.718/0001-28

12. Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski
Feliciano/RS

01.571.761/0001-66 Dom

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 28/04/2015, às 10:22, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0478553** e o código CRC **8CD3E6C9**.



Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » » Consultas » » Geral | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: MT
Município: Mirassol d'Oeste
Canal: 285
Fase: 3

Distrito: Mirassol d'Oeste
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D OESTE
Nome Fantasia: RÁDIO COMUNITÁRIA 14 DE MAIO FM
Logradouro: RUA MARIA DOS ANJOS BRAGA
Telefone: (65) 241-2503
Situação: Atenção: Entidade devedora (Não bloqueada)

CNPJ: 02.839.951/0001-84
Bairro: CENTRO
Número: 500
Fax: Não Informado

☒ Dados da Outorga

☒ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
669	Portaria	MC	14/11/2001	28/11/2001	Autoriza Executar Serviço	Jur.
23401	ATO	SCM	04/03/2002	05/03/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
347	Decreto Legislativo	CN	29/07/2003	30/07/2003	Deliber. do C. Nacional	Jur.
45657	ATO	SCM	02/08/2004	04/08/2004	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
145	Despacho	MC	23/04/2010		Advertência	Jur.
558	Portaria	MC	29/05/2013	31/05/2013	Multa	Jur.

☒ Característica da Estação Instalada

☒ Dados do Licenciamento

Tela Inicial Imprimir



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO Nº 145 DE 23 DE *abr* DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 30 do mesmo ano, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 53000.026116/2007** e, considerando a faculdade conferida pelo disposto no § 1º do artigo 59 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, com a modificação do artigo 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, resolve **advertir** a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL, INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D' OESTE**, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Mirassol D' Oeste, Estado de Mato Grosso, por descumprir o disposto no artigo 18 c/c artigo 21, inciso IV, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1988, que instituiu o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Edineia P. da Costa
EDINEIA PEREIRA DA COSTA

DL: 3417/2003



O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas às penalidades de multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

ANEXO

Nº do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R\$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.042771/2012	ABRAQUA-Associação Brasileira de Qualificação de Ensino Pró-Rádio	RADCOM	São Paulo	SP	Multa	223,91	Inciso XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 538, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.002378/2012	Associação Comunitária Novo Alvorecer	RADCOM	Eldorado	MS	Multa	279,88	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 539, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.040503/2012	Associação Cultural Serra, Denominada ACS	RADCOM	Tangará da Serra	MT	Multa	342,08	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 540, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.025332/2012	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Florestópolis	RADCOM	Florestópolis	PR	Multa	1.028,10	Incisos XV e XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 541, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.048695/2012	Associação Comunitária Campina-verdense	RADCOM	Campina Verde	MG	Multa	273,66	Inciso XXIX do Art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 542, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.025041/2012	Associação Comunitária e Cultural Vale do Rio Grande	RADCOM	Colômbia	SP	Multa	1.028,10	Incisos XV e XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 543, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.038318/2012	Associação de Radiodifusão Comunitária Lagartense	RADCOM	Lagarto	SE	Multa	279,88	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 544, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.011761/2012	Associação Recreativa da Melhor Idade - ARMI	RADCOM	Serra dos Aimorés	MG	Multa	279,88	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 545, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.046551/2010	Associação Comunitária de Radiodifusão Vale do Ipanema FM de Aguas Belas	RADCOM	Aguas Belas	PE	Multa	547,33	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e item 21.1 da Norma 01/2011	Portaria DEEA nº 546, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.014502/2012	Associação Comunitária Cultural e de Comunicação de São José de Ubá	RADCOM	São José de Ubá	RJ	Multa	279,88	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 547, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.038317/2012	Associação Comunitária Beneficente e Cultural Dona Joaquina de Pompeu	RADCOM	Pompeu	MG	Multa	342,08	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 548, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.068883/2010	Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM	RADCOM	Tacuru	MS	Multa	223,91	Inciso XIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e c/ subitens 19.3 e 19.3.1 da Norma 01/2004	Portaria DEEA nº 549, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.010756/2012	Associação Rádio FM Comunitária Cidade Progresso	RADCOM	Pendências	RN	Multa	279,88	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 550, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.035180/2012	Scala FM Stereo de Curitiba Ltda	FM	Curitiba	PR	Multa	16.449,53	Alínea "h" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEEA nº 551, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.025328/2011	Fundação Nossa Senhora do Rócio	FM	Curitiba	PR	Multa	4.310,20	Item 21 do art. 122 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEEA nº 552, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.045245/2011	Fundação Setorial de Radiodifusão Educativa de Sons e Imagens	TVE	Pindamonhangaba	SP	Multa	1.189,50	Alínea "d" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEEA nº 553, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013
53000.016169/2013	Ibirá Radiodifusão Ltda	FM	Ibirá	SP	Multa	1.645,71	Alínea "e" do item 12 do art. 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão	Portaria DEEA nº 554, de 29/5/2013	Portaria MC nº 858/2008 Portaria MC nº 112/2013
53000.011065/2012	Associação Comunitária Beneficente Nossa Senhora da Conceição - Rádio Millennium	RADCOM	Pereiras	SP	Multa	1.142,33	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615	Portaria DEEA nº 555, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.051484/2010	Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul	RADCOM	Jandaia do Sul	PR	Multa	342,08	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 556, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 858/2008
53000.029720/2012	Associação Rádio Comunitária de Taquari	RADCOM	Taquari	RS	Multa	571,16	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 557, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.053472/2010	Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico, Cultural, Informativo e Social de Mirassol D'Oeste	RADCOM	Mirassol D'Oeste	MT	Multa	342,08	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 558, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 858/2008
53000.031383/2012	Associação Rádio Comunitária de Itapiranga	RADCOM	Itapiranga	SC	Multa	279,88	Inciso XV do Art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 559, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.021088/2012	Associação Cultural e Comunitária de Itapoá	RADCOM	Itapoá	SC	Multa	1.142,33	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 560, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.008720/2012	Fundação Angelo Redivo	TVE	Araranguá	SC	Multa	1.119,53	Parágrafo único do art. 13 do Decreto-Lei nº 236/67	Portaria DEEA nº 561, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 858/2008
53000.030210/2012	Associação Ambientalista de Praia Seca	RADCOM	Araruama	RJ	Multa	1.028,10	Incisos XV e XXIX do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 562, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.013561/2012	Associação Comunitária e Cultural Porto União	RADCOM	Porto União	SC	Multa	1.142,33	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 563, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.018976/2012	Associação Cultural e Comunitária de Amigos - ACCA	RADCOM	Juína	MT	Multa	279,88	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 564, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.021348/2012	Associação de Radiodifusão Comunitária Voz Livre	RADCOM	São Ludgero	SC	Multa	571,16	Inciso XV do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 565, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 562/2011
53000.047208/2012	Associação Comunitária de Jacaré dos Homens - ACJH	RADCOM	Jacaré dos Homens	AL	Multa	391,84	Inciso II do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEEA nº 566, de 29/5/2013	Portaria MC nº 112/2013 Portaria MC nº 858/2008

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHO

Processo nº: **53900.030032/2015-47**

Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE**

Em atenção ao Memorando nº 1329/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53000.054244/2013	<ul style="list-style-type: none"> Em trâmite; Processo em análise da mídia encaminhada pela entidade; Irregularidade: em apuração, razão pela qual não dispomos de informação acerca de eventuais irregularidades.
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.026116/2007	<ul style="list-style-type: none"> PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0558350); Despacho nº 145, de 23 de abril de 2010 - ADVERTÊNCIA (0561835); Infração: art. 18 c/c art. 21, inciso IV, da Lei nº 9.612/88 (data de ocorrência: 01/07/2003 e 16/08/2003).
	53000.053472/2010	<ul style="list-style-type: none"> PAI aguardando o pagamento da multa aplicada. Verificar relatório do SRD (0558350); Portaria nº 558, de 29/05/2013, publicada no Diário Oficial da União de 31/05/2013 - MULTA (0561835); Infração: art. 40, inciso XV, do Decreto nº 2.615/98 (data de ocorrência: 20/09/2010).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 01/07/2015, às 09:42, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0558364** e o código CRC **2762F3FB**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 8484/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.028782/2013-31**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Mirassol D'Oeste/MT**, por meio da Portaria nº **669**, publicada no DOU de 28/11/2001, e Decreto Legislativo nº **347**, publicado no DOU de 30/07/2003.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 30/07/2013. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 07/06/2013, (página 02 do evento SEI 0075691), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011.

REQUERENTE
Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste

QUADRO DIRETIVO
<p>Antonio Carlos Silva Luz - Presidente</p> <p>Davi Barbosa da Silva - Vice-Presidente</p> <p>Ketullin Nayara Delmondes da Silva - Tesoureira</p> <p>Levi Silva de Medeiros - Secretário</p>

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 13 a 28 do evento SEI (0471625) do documento 53900.019694/2015-66
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 03 a 08 do evento SEI (0355338) do documento 53900.005256/2015-11

3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 09,12, 14 e 16 do evento SEI (0355338) do documento 53900.005256/2015-11
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 05 do evento SEI (0075691)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 39 do evento SEI (0075691)
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual.	Ok, página 38 do evento SEI (0075691)
7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 11 a 13 do evento SEI (0075691)

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0558364 processo anexado 53900.030032/2015-47.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 07/07/2015, às 14:08, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 07/07/2015, às 15:28, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/07/2015, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 20/07/2015, às 12:09, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho, Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 04/08/2015, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0475989** e o código CRC **7F3C98BA**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.028782/2013-31**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **30/07/2013**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Mirassol D'Oeste / MT.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.028782/2013-31 e nº 53690.001239/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mirassol D'Oeste / MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional,

nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

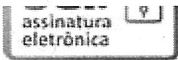
	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.





Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por lucas.carvalho, versão 2 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:17:37.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: 53900.030496/2015-53

De ordem, encaminhe-se ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Christiane Miranda de Araujo**,
Assistente Técnico, em 22/06/2015, às 11:54, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC
89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html>
informando o código verificador **0565335** e o código CRC **91235FFD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por denielle.silva, versão 2 por denielle.silva em 22/06/2015 11:28:21.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

DESPACHO

Processo nº: **53900.030496/2015-53**

Referência: **PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC - CUNJUR.**

Interessado: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária..

De ordem do Sr. Diretor, encaminho o processo em referência à Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC - para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Sergio Martins Leite, Técnico CDT Nível V - Atividades de Complexidade Gerencial**, em 22/06/2015, às 12:15, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0565526** e o código CRC **74792606**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por evandro.leite, versão 2 por evandro.leite em 22/06/2015 12:15:13.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.028782/2013-31

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, 0592379), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	X		Página 02 do evento SEI 0075691
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		Página 05 do evento SEI (0075691)
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		Página 39 do evento SEI (0075691)
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	X		Página 38 do evento SEI (0075691)
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		Páginas 13 a 28 do evento SEI (0471625) do documento 53900.019694/2015-66
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	X		Páginas 03 a 08 do evento SEI (0355338) do documento 53900.005256/2015-11
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		Páginas 09, 12, 14 e 16 do evento SEI (0355338) do documento 53900.005256/2015-11
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X		Páginas 11 a 13 do evento SEI (0075691)
9	Relatório de apuração de infrações	X		Evento SEI 0558364 processo anexo 53900.030032/2015-47

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária, em 16/07/2015, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0592389** e o código CRC **C681580E**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 3611/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.028782/2013-31 e nº 53690.001239/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mirassol D'Oeste / MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI**, Ministro de Estado das Comunicações, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644688** e o código CRC **82AE3A77**.

EM Nº 528/2015/SEI-MC

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.028782/2013-31**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de **30/07/2013**, a autorização outorgada à **Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Mirassol D'Oeste / MT.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0644711** e o código CRC **663BDD52**.



PORTARIA Nº 3.603, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.069421/2013-44 e nº 53780.000129/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE CAMPO REDONDO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de CAMPO REDONDO/RN.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.605, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029374/2013-04 e nº 53103.000025/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 21/05/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FEIRA NOVA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de FEIRA NOVA/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.606, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.069249/2013-29 e nº 53790.00340/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à COMISSÃO DE APOIO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE - CACA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santo Antonio da Patrulha / RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.608, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.055380/2013-17 e nº 53830.002602/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE VALINHOS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Valinhos/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.609, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.040584/2013-45 e nº 53830.002256/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 07/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COMUNICAÇÃO DE NOVA GRANADA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de NOVA GRANADA / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.610, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057576/2013-38 e nº 53740.001250/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 09/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO VALE DO TIBAGI, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Telmaco Borba / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.611, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.028782/2013-31 e nº 53690.001239/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mirassol D'Oeste / MT.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.612, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.027270/2013-57 e nº 53650.000671/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRÓ CIDADANIA E CULTURA DE PARACURU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Paracuru / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.613, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057914/2011-70 e nº 53710.001172/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08/10/2011, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE NEPOMUCENO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nepomuceno / MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.614, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.067628/2013-84 e nº 53710.000815/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL DE MUTUM - ACORDECUM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mutum/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.615, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059200/2013-68 e nº 53710.001396/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 17/11/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E ECOLÓGICA DE OURO PRETO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ouro Preto/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.616, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.039068/2013-78 e nº 53710.001330/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA FEMININA DE MONTALVÂNIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Montalvânia/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.617, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.008262/2014-92 e nº 53710.000325/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ARCO-IRIS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ibiraci/MG.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.028782/2013-31

Referência: Portaria nº 3.611, de 19 de agosto de 2015.

Interessado: Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 25/08/2015, da Portaria nº 3.611, de 19/08/2015, que “*Renova a autorização outorgada à Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste-MT, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Mirassol D'Oeste-MT*”, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 26 de agosto de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 27/08/2015, às 11:37, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0686920** e o código CRC **969F955C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.028782/2013-31**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 3611, de 19/08/2015, no Diário Oficial da União de 25/08/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Mirassol D'Oeste/MT**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.028782/2013-31**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia**, **Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/09/2015, às 17:03, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0691210** e o código CRC **94F2C550**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE

DESPACHO

Processo nº: 53000.028782/2013-31

Interessado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO
CULTURAL INFORMATIVO E SOCIAL DE MIRASSOL D'OESTE

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 15 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 15/10/2015, às 11:46, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0770075** e o código CRC **C3349387**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por camilla.tavares, versão 2 por camilla.tavares em 15/10/2015 11:26:54.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.028782/2013-31, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Mirassol D'Oeste / MT.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA**, Ministro de Estado das Comunicações, em 01/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0777099** e o código CRC **8B5E6218**.

Criado por denielle.silva, versão 2 por denielle.silva em 20/10/2015 08:36:31.

Brasília, 1 de Fevereiro de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.028782/2013-31, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informativo e Social de Mirassol D'Oeste, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Mirassol D'Oeste / MT.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

Presidência da República
CODOC/PROTOCOLO

17 FEV 2016

Hora:

Assinatura:

Boa tarde

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar

requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO
PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS		SI M	NÃO O	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.				
1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
1				
9.	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à			

- 2 renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.

Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014. Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por lucas.carvalho, versão 3 por lucas.carvalho em 19/06/2015 08:15:56.

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque